



ENERGIA E CRISE FINANCEIRA

Governo relaxa análise de casas populares (Folha de S. Paulo) 02/10/09	3
Importação maior derruba saldo comercial (Folha de S. Paulo) 02/10/09	3
Mercado Aberto (Folha de S. Paulo) 02/10/09	4
Empreiteiras acham terceirização "essencial" (Folha de S. Paulo) 02/10/09	5
Fazenda ataca "terrorismo fiscal" usado para justificar subida de juros (O Estado de S. Paulo) 02/10/09	6
Governo, negócios e mercado (O Estado de S. Paulo) 02/10/09	7
Tesouro pode cobrir rombo previsto no FAT (O Estado de S. Paulo) 02/10/09	8
Odebrecht monta consórcio para disputar obra de Belo Monte (O Estado de S. Paulo) 02/10/09	9
Amyris capta US\$ 42 milhões para investir em diesel de cana (O Estado de S. Paulo) 02/10/09	10
Alimentos caem, energia arrefece e IPC-Fipe desacelera alta (Estadão Online 06:58h) 02/10/09	11
Eletronuclear assina acordo para Angra 3 (Valor Econômico) 02/10/09	12
Eletrosul vai atender a Argentina (Valor Econômico) 02/10/09.....	13
Para economista, pré-sal deve financiar transição energética (Valor Econômico) 02/10/09.....	13
Fundo de pensão busca opções de investimento com queda do juro (Valor Econômico) 02/10/09	17
Elétricas aprendem a lidar com o vento (Valor Econômico) 02/10/09.....	18
Barganha e mudança climática (Valor Econômico) 02/10/09	20
CNI focará pressão no Legislativo contra Petrobras como operadora única (Valor Econômico) 02/10/09.....	21
Investimento cresce, mas superávit cai nos Estados (Valor Econômico) 02/10/09	22
Partilha é 'cláusula pétrea' do pré-sal, diz secretário (Estadão Online 14:38h) 01/10/09.....	25
Comissão do Senado discute regime de incentivos para fontes alternativas (CanalEnergia) 01/10/09	25
Fernando Luiz Zancan, da ABCM: A operação hidrotérmica e o papel do carvão mineral (CanalEnergia) 01/10/09	26
Cemig GT inicia emissão de R\$ 2,7 bilhões em notas promissórias (CanalEnergia) 01/10/09	28
MPX Energia ON encerra em baixa de 3,23% (CanalEnergia) 01/10/09	28
Abdan: TCU quer rever novos contratos de Angra 3 (CanalEnergia) 01/10/09	28
APMPE projeta potencial de investimento de R\$ 130 bilhões em PCHs nos próximos 15 anos (CanalEnergia) 01/10/09	29
Cogen e Coomex realizam workshop sobre a integração da biomassa na matriz elétrica (CanalEnergia) 01/10/09	30
UTE Camaçari Muricy I inicia operação comercial de 148 MW por tempo determinado (CanalEnergia) 01/10/09... 30	30
Sobradinho trabalha com 66,93% da capacidade (CanalEnergia) 01/10/09.....	30
Coelce inicia pagamento da primeira parcela de dividendos de 2008 (CanalEnergia) 01/10/09	31
MPX Energia ON registra queda de 2,02% (CanalEnergia) 01/10/09	31
Aprovados índices de DEC e FEC de seis distribuidoras (CanalEnergia) 01/10/09.....	31
Alerj realiza audiência pública sobre três PCHs nesta quinta-feira (CanalEnergia) 01/10/09	32
MME divulga sistemática do leilão de eólicas (CanalEnergia) 01/10/09	32
CPI das Tarifas de Energia realiza audiência no Maranhão e em Pernambuco (CanalEnergia) 01/10/09	32
CPI em Rondônia investigará possíveis irregularidades na UHE Jirau (CanalEnergia) 01/10/09	33
CCC: Distribuidoras pagarão R\$ 279,536 milhões referentes a setembro (CanalEnergia) 01/10/09.....	33

SINDICAL

Brasília terá primeira central de atendimento a deficientes auditivos (CUT Nacional) 02/10/09.....	33
Metalúrgicos na Conexel continuam de braços cruzados (CUT Nacional) 02/10/09	34
Protesto (CUT Nacional) 02/10/09	34
Sem proposta, bancários mantêm greve (CUT Nacional) 02/10/09	34
Servidores federais mobilizados (CUT Nacional) 01/10/09.....	35
Defesa do pré-sal e da soberania nacional (CUT Nacional) 01/10/09	35
A crise ainda não passou (CUT Nacional) 01/10/09	37
Agora é pressão total no Senado (CUT Nacional) 01/10/09.....	39
Rondônia (CUT Nacional) 01/10/09	39
Sexta-feira, 17 h, no MASP (CUT Nacional) 01/10/09	40
Educação Profissional e Tecnológica (CUT Nacional) 01/10/09	41
Trabalhadores no Ramo do Vestuário (CUT Nacional) 01/10/09.....	42
10º Congresso da Cosatu, África do Sul (CUT Nacional) 01/10/09	43
Terceirização (CUT Nacional) 01/10/09	44
Greve dos Bancários (CUT Nacional) 01/10/09.....	46
Posse festiva da direção da CUT-RS será nesta sexta (CUT Nacional) 01/10/09.....	47
O golpe e a base aérea americana nas Honduras (CUT Nacional) 01/10/09.....	47
Trabalhadores da educação em Campinas (SP) propõem novos critérios de aulas em 2010 (CUT Nacional) 01/10/09	49
Professor João Sicsú: Taxa de câmbio e projeto de desenvolvimento (CUT Nacional) 01/10/09.....	50
Contraproposta aprovada pelos trabalhadores da Conab é entregue a empresa (CUT Nacional) 01/10/09.....	51
Metalúrgicos da Gerdau em Sorocaba paralisam atividades por duas horas (CUT Nacional) 01/10/09	52
Câmara aprova aumento de recursos para Educação (CUT Nacional) 01/10/09.....	52
Ditadura hondurenha usa estado de sítio para expulsar camponeses (CUT Nacional) 01/10/09	52
BB aceita combater assédio moral e a contratar três mil funcionários (CUT Nacional) 01/10/09.....	53
Mais de 500 metalúrgicos contra demissões na Makita (CUT SP) 01/10/09	54
Nesta sexta (02): trabalhadores da saúde vão à Paulista para denunciar privatização do SUS (CUT SP) 01/10/09	55

Governo relaxa análise de casas populares (Folha de S. Paulo) 02/10/09

Para acelerar processos, Caixa Econômica Federal terceiriza avaliações relativas ao programa Minha Casa Minha Vida

Banco estatal alega "compromisso com governo federal" para mudança de seus procedimentos; funcionários protestam

SHEILA D'AMORIM
ANDRÉA MICHAEL
DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Com o objetivo de acelerar a construção das casas prometidas no programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) para 2010, o governo federal terceirizou todas as análises técnicas de engenharia das obras.

Com isso, os 973 engenheiros e arquitetos concursados da Caixa Econômica Federal -normalmente os encarregados das análises em grandes obras, que movimentam um volume significativo de recursos públicos- ficarão obrigatoriamente de fora do programa.

Uma das principais vitrines do governo Lula, ao lado do Bolsa Família e do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), o MCMV prevê 1 milhão de casas para famílias com renda até dez salários mínimos. Somente em subsídios serão consumidos cerca de R\$ 34 bilhões, incluindo recursos diretos da União e do FGTS.

Em comunicado datado de 13 de agosto e obtido pela Folha, a Caixa alega um "compromisso com o governo federal" e determina que o trabalho de análise técnica seja distribuído para 3.682 funcionários terceirizados cadastrados pelo banco.

A Caixa já vinha recorrendo à iniciativa privada para a avaliação de obras sob sua responsabilidade, uma vez que o quadro fixo de engenheiros e arquitetos não dá conta das demandas. Mas era política no banco delegar a esses terceirizados as análises de baixo risco, como avaliação do valor de imóvel a ser financiado. As obras de grande vulto e impacto social (como as do PAC e as da MCMV) costumavam ser repassadas para os funcionários de carreira.

Em casos extremos, em que era preciso passar trabalho desses programas para terceiros, a obra era monitorada por um engenheiro do quadro da Caixa. Agora, noutra iniciativa surpreendente, a Caixa atribuiu apenas aos gerentes e supervisores técnicos a tarefa de monitorar os terceirizados.

Segundo a Folha apurou, as mudanças foram recebidas com protestos pelo corpo de engenheiros do banco. Eles alegam sobrecarga de trabalho (no caso dos gerentes e supervisores) e esvaziamento de funções (no caso dos engenheiros e arquitetos). Além disso, apontam para os riscos de descontrole no uso de dinheiro público e dizem não querer se associar a um procedimento administrativo tão vulnerável.

Essas queixas já foram encaminhadas ao vice-presidente de Governo da Caixa, Jorge Hereda. Em algumas superintendências regionais, como no interior de São Paulo, funcionários estão se recusando a cumprir a determinação, o que levou à paralisação de obras.

"A terceirização é comum. O que é anormal é retirar totalmente os funcionários do quadro da Caixa e deixar o monitoramento apenas na mão dos chefes", reclama o presidente da Aneac (Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa), Luiz Guilherme Zigmantas. Ele é um dos representantes que está negociando a revogação da decisão com Hereda.

Segundo Zigmantas, o vice-presidente do banco prometeu dar uma resposta aos funcionários até o final do mês.

Importação maior derruba saldo comercial (Folha de S. Paulo) 02/10/09

País comprou US\$ 12,534 bi no exterior no mês passado, fazendo com que a balança tivesse o menor resultado desde janeiro

Exportações aumentaram só 0,3%, mas importações subiram 16,4%; compras de máquinas e equipamentos cresceram 20% em setembro

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

O crescimento das importações em setembro derrubou o saldo da balança comercial do país. Com as vendas ao exterior estacionadas praticamente no mesmo patamar de agosto, o superavit no mês não passou de US\$ 1,33 bilhão, o menor resultado desde janeiro.

Ainda assim, o comércio do Brasil com o mundo refletiu a retomada industrial no país. Os embarques de produtos manufaturados cresceram, enquanto as compras de máquinas e equipamentos sinalizam a volta dos investimentos no setor.

O total das exportações do país em setembro fechou em US\$ 13,864 bilhões, apenas 0,3% superior ao resultado de agosto. Como os principais produtos agrícolas brasileiros já foram vendidos no primeiro semestre do ano, houve queda de 9,6% nos embarques de produtos básicos, mas o movimento foi compensado pelos crescimentos de 10,3% nas vendas de bens industrializados e de 1,8% na de bens intermediários.

"A queda das commodities é normal para esta época do ano, após o fim das colheitas, ainda mais com a antecipação da safra da soja, que bateu recorde este ano. A boa notícia é o crescimento [nas exportações] dos produtos industrializados", disse o secretário de Comércio Exterior do Ministério do Desenvolvimento, Welber Barral.

No entanto, a melhor penetração no exterior dos produtos brasileiros de maior valor agregado ocorreu paralelamente a uma redução média de 0,7% nos preços dessas mercadorias. Ou seja, as empresas estão conseguindo exportar mais, mas com menor margem de lucro.

"Isso é resultado de um mercado mundial mais competitivo, mas há um limite para esses descontos", afirmou o secretário. Para Barral, uma forma de reagir a esse acirramento na disputa por espaços nos fluxos de comércio seria a adoção de medidas para a redução dos custos burocráticos, tributários e de logística na produção.

Já as importações em setembro somaram US\$ 12,534 bilhões, superando em 16,4% as operações de agosto. O destaque ficou para o aumento de 20,2% nas compras de máquinas e equipamentos.

Para Alexandre Chaia, economista do Instituto Insper (ex-Ibmec), o movimento reflete a tentativa da indústria nacional em se preparar para o aumento da demanda esperado para o próximo ano.

"Como o prazo de maturação dos investimentos não é imediato, as empresas já estão começando a corrigir e a modernizar a capacidade, ainda em parte ociosa, mas que será exigida em meados de 2010, quando a crise for inteiramente superada", avaliou.

Segundo Chaia, a queda do superávit comercial após uma sequência longa de resultados expressivos tende a se repetir nos meses finais deste ano porque a economia brasileira está crescendo mais rapidamente do que o restante do mundo.

Mercado Aberto (Folha de S. Paulo) 02/10/09

MARIA CRISTINA FRIAS - cristina.frias@uol.com.br

Amec aceitará estrangeiro e fundo de pensão

A Amec (Associação de Investidores no Mercado de Capitais) está em busca de grandes gestores estrangeiros para participar de sua diretoria. Walter Mendes de Oliveira, presidente da entidade, visitará, a partir de segunda-feira, grandes investidores de Nova York e Boston.

"O objetivo é apresentar o trabalho da Amec e convidá-los a participar da direção", diz Mendes, que também é responsável pela área de renda variável do Itaú Unibanco.

Na agenda, estão encontros com grandes administradoras de recursos como Blackrock e Batterymarch Financial Management, entre outros gestores.

A ideia é oferecer aos estrangeiros 2 das 14 vagas de diretoria. Administradores de fundos de pensão brasileiros também deverão ocupar duas vagas.

Mendes reconhece que a decisão pode provocar conflitos de interesse. "Foi uma dúvida inicial que tivemos, mas isso pode ocorrer com outros diretores que temos também", diz.

"Já houve caso em que um diretor representava investidores em determinada empresa que gerava algum tipo de questionamento ou em que algum associado tinha um pleito junto à CVM (Comissão de Valores Mobiliários)", acrescenta.

Nesses casos, os diretores se manifestaram e se abstiveram de votar, segundo Mendes.

"É o que deverá ocorrer, se tivermos diretores estrangeiros e de fundos de pensão envolvidos em alguma questão. Além disso, serão poucas diretorias, em um conjunto de 14."

Com os diretores estrangeiros, virão mais investimentos de fora, além da prática adquirida na defesa de pequenos investidores, estima a Amec.

"Lá, o desenvolvimento da governança corporativa e do respeito a investidores minoritários já ocorreu e os gestores podem nos passar essa experiência", segundo Mendes.

MAQUETE VERDE

O conceito de "prédio verde" no Brasil ainda tem muito a avançar, segundo Roberto Aflalo, um dos sócios-diretores do escritório Aflalo & Gasperini Arquitetos, responsável por empreendimentos como o Eldorado Business Tower e o edifício sede da IBM em São Paulo. "Já temos alguns bons exemplos de projetos responsáveis, mas estamos muito longe do estado da arte. Há mais de 20 anos visitei alguns prédios na Alemanha, onde já havia tudo o que ainda se tenta praticar hoje no Brasil", afirma Aflalo, cujo projeto da torre do Eldorado acaba de receber a certificação Platinum, do Leed (Leadership in Energy and Environmental Design), selo verde mais disputado no mercado da construção civil hoje no mundo. A avaliação abrange elementos como impacto da obra, origem dos materiais, existência de vagas para veículos de combustível alternativo, maximização do uso de luz natural e minimização de gasto de energia com ar condicionado.

MACA

É de 6.500 o total de ações impetradas por operadoras de planos de saúde contra a ANS questionando a lei que exige o ressarcimento ao SUS caso seus beneficiários utilizem os serviços de instituições integrantes do sistema público de saúde. De acordo com a lei, as operadoras devem ressarcir os órgãos do SUS pelas despesas realizadas no atendimento dos seus beneficiários nos limites de cobertura previstos nos contratos.

ENERGIA

Edison Lobão (Minas e Energia) participa do seminário Energia Nuclear - Desmistificação e Desenvolvimento, proposto pela Eletronuclear com o apoio da Eletrobrás e coordenado pelo economista Miguel Colasuonno. O evento será realizado hoje, na Associação Comercial do RJ. José Luiz Alquéres (ex-Eletrobrás) e agentes do mercado de capitais também participarão.

SACOLA 1

A maioria dos shopping centers pretende manter seu quadro de pessoal em 2009 e em 2010, segundo pesquisa da PricewaterhouseCoopers encomendada pela Abrasce (associação do setor), que será divulgada hoje. Segundo a pesquisa, 18% das empresas do setor vão reduzir a equipe em 2009 e 4% em 2010. Foram consultados 94 shopping centers de todo o país.

SACOLA 2

O estudo da Abrasce também mostra as práticas de gestão de pessoas nos shopping centers. Não há um processo estruturado de gestão de talentos em 82% deles. E nenhum possui um plano de carreira bem definido, segundo a pesquisa. A remuneração variável é adotada pela maioria deles, principalmente o pagamento de bônus executivos e participação sobre lucros e resultados. Dessas ações, 94% são de curto prazo.

RARIDADE

Um livro com um relato de 1640 sobre o Brasil holandês terá lance mínimo de R\$ 17 mil no 12º Leilão de Livros Raros e Papéis Antigos, que a Fólio Livraria, especializada em antiguidades, promoverá amanhã, em SP. A obra foi escrita pelo holandês Johan Nieuhof, que fez parte do serviço da Companhia das Índias Ocidentais. Entre as raridades do leilão está também um obra de Mario de Andrade sobre música brasileira, a partir de R\$ 9.000.

com JOANA CUNHA e MARINA GAZZONI

Empreiteiras acham terceirização "essencial" (Folha de S. Paulo) 02/10/09

Para associação de construtores, não seria possível cumprir metas do programa sem contratação de terceirizados

Já sindicato de engenheiros e arquitetos critica mudança nos procedimentos e aponta ação "temerária" por parte da Caixa Econômica

Operários em obra do Minha Casa, Minha Vida, em Mauá (SP)

DA SUCURSAL DE BRASÍLIA

Para Paulo Safady Simão, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção) -que reúne as principais construtoras que atuarão no programa-, a terceirização é um procedimento normal, mas, no caso do programa habitacional Minha Casa Minha Vida, essencial.

"Sem o auxílio dos terceirizados, que trabalham com qualidade e foram escolhidos pela própria Caixa, não seria possível cumprir a meta fixada, de 400 mil unidades contratadas até o final deste ano", disse.

Em uma conta imprecisa, feita a pedido da reportagem, Simão arriscou dizer que haveria atraso de pelo menos um ano para atingir essa meta se a mão de obra utilizada se restringisse apenas aos quadros do banco estatal.

Lembra ainda que, além do MCMV, a Caixa tem R\$ 24 bilhões em outros programas de habitação, saneamento, recuperação de imóveis usados e financiamentos de novas unidades que precisam ter andamento e, para isso, também requerem acompanhamento de profissionais da área técnica.

Até o dia 29 de setembro, a Caixa recebeu 1.862 propostas de empreendimentos no MCMV, para a construção de 355.821 unidades, que somam R\$ 22,9 bilhões. Só foram contratados 343 empreendimentos, equivalentes a 78.212 unidades e R\$ 5,1 bilhões.

Já o presidente do Confea (Conselho Federal de Engenharia Arquitetura e Agronomia), Marcos Túlio de Melo, engenheiro civil, vê com reservas a ordem da Caixa. Segundo ele, os engenheiros e arquitetos da Caixa são reconhecidos como uns dos mais capacitados do país. "Em vez de terceirizar, o ideal era haver uma política para remontar o número de profissionais de acordo com a necessidade dos programas."

Melo diz ainda que "é indispensável que esse programa seja supervisionado por um engenheiro ou arquiteto, caso contrário será uma ação muito temerária, além de ilegal."

O presidente da Aneac (Associação Nacional dos Engenheiros e Arquitetos da Caixa), Luiz Guilherme Zigmantas, ressalta que a preocupação dos engenheiros do quadro nesse caso específico é o risco da operação. "Quanto maior a terceirização, maior o risco", diz. Ele explica ainda que é inviável deixar a supervisão das análises terceirizadas só nas mãos dos supervisores técnicos.

"Obras como as do PAC e do MCMV exigem praticamente dedicação integral. Como é que cerca de 60 supervisores do país vão conseguir cuidar de tudo? Isso considerando obras que podem movimentar milhões de reais", afirma. Mesmo com a seleção feita pela Caixa previamente para contratar os terceirizados, ainda há problemas. A Aneac registrou o descredenciamento de duas empresas no ano passado. Elas foram consideradas irregulares porque, ao mesmo tempo em que faziam análise para definir a liberação de dinheiro pela Caixa para determinado município, elas também concorriam na licitação municipal para executar as obras. (SHEILA D'AMORIM E ANDREA MICHAEL)

Fazenda ataca "terrorismo fiscal" usado para justificar subida de juros (O Estado de S. Paulo) 02/10/09

Secretário de Política Econômica da Fazenda não cita diretamente o BC, mas ataca projeções de inflação e de juros

Fabio Graner, BRASÍLIA

O Ministério da Fazenda subiu o tom em defesa da política fiscal. O secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Nelson Barbosa, convocou ontem entrevista coletiva para atacar o que chamou de "terrorismo fiscal" que estaria sendo praticado por "alguns analistas" e pela "oposição" e afirmar que a política em curso não provoca riscos inflacionários. Segundo a assessoria do Ministério da Fazenda, a entrevista foi chamada a pedido do ministro Guido Mantega, que está em viagem internacional.

As declarações foram uma reação à divulgação do Relatório Trimestral de Inflação do Banco Central, na semana passada, que chamou atenção para os impactos inflacionários do aumento dos gastos públicos, o que irritou a cúpula da Fazenda.

"Há uma tentativa de terrorismo fiscal de alguns analistas para forçar uma expectativa de subida dos juros", disse Barbosa. "É uma crítica baseada no fim do mundo, na avaliação de que, se não se voltar em tudo o que foi feito em torno do papel do Estado, se o Estado não emagrecer, se não voltar à política do Estado Mínimo, a situação será insustentável. Isso é terrorismo. E não negociamos com terroristas."

BANCO CENTRAL

Ao ser questionado se o Banco Central, que tocou no problema em seu último relatório, também seria terrorista, Barbosa disse que "não".

Estrategicamente, ele ressaltou ainda que o documento mostra uma política fiscal "perfeitamente compatível" com o sistema de metas de inflação, pois mesmo com os estímulos que foram dados, a projeção do BC é de que o IPCA - o índice oficial de inflação - ficará na meta no ano que vem.

Segundo Barbosa, a política fiscal em curso ajudou a recuperar o crescimento da economia brasileira e é sustentável no médio prazo. O secretário também considera errada a avaliação, hoje corrente no mercado de juros, de que a taxa básica (Selic) vai subir no ano que vem, ainda no primeiro semestre.

"Acho esse cenário equivocado. O mercado também erra. A realidade vai se impor. E o mercado vai se adaptar à realidade", afirmou, lembrando que os analistas não anteciparam no ano passado, durante a fase aguda da crise, a queda da Selic para 8,75% ao ano .

PAPEL DO ESTADO

O secretário destacou os termos ideológicos dos ataques feitos ao governo e jogou um ingrediente político na discussão. Segundo ele, como a oposição e alguns analistas não conseguem criticar as conquistas obtidas nos últimos anos com um papel mais ativo do Estado na distribuição de renda e na promoção do crescimento, as críticas vêm "disfarçadas" na forma do discurso sobre "desequilíbrio fiscal", de que a atual política não seria sustentável.

Além desse aspecto político-ideológico, ele ressaltou o aspecto do mercado, da briga entre comprados e vendidos no mercado de juros que provoca as apostas sobre os rumos da política fiscal e seu impacto na economia.

Ele afirmou que é importante haver "austeridade fiscal" e controle do gasto público. Mas rejeitou o tipo de crítica que "é baseada no princípio de que tudo que foi feito está errado e deve ser revertido".

SUPERÁVIT

Segundo o secretário, o governo vai perseguir a meta de 2,5% do Produto Interno Bruto (PIB) para o superávit primário - a economia para o pagamento de juros da dívida pública - e não usará o abatimento de investimentos permitido em lei e recentemente ampliado, o que permite um resultado de até 1,56% do PIB.

Barbosa acha que o descrédito que o mercado tem sobre o cumprimento da meta se deve a uma lenta reação da arrecadação à retomada da atividade econômica. Mas ele acredita que a recuperação da economia vai impactar positivamente a arrecadação e o resultado fiscal. Ele aposta em crescimento de 4,5% a 5% para o PIB em 2010.

Apesar do compromisso com as metas fiscais, Barbosa destacou que está havendo uma migração do debate, antes concentrado nas metas fiscais, para o ritmo de crescimento do gasto público.

Esse modelo de discussão é, na visão dele, de melhor qualidade. Ele lembrou que o governo apoia o projeto que está no Congresso, que limita o crescimento da despesa do governo federal com pessoal à variação da inflação mais 2,5% ao ano, o que vai ajudar a conter a expansão desse gasto.

FRASES

Nelson Barbosa

Secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda

"Há uma tentativa de terrorismo fiscal de alguns analistas para forçar uma expectativa de subida dos juros"

"É uma crítica baseada no fim do mundo, na avaliação de que, se não se voltar em tudo o que foi feito em torno do papel do Estado (...) se o Estado não emagrecer, a situação será insustentável"

Governo, negócios e mercado (O Estado de S. Paulo) 02/10/09

Rogério L. Furquim Werneck*

Uma análise recente das sequelas que a crise econômica poderá deixar nos EUA levanta questões que ensejam reflexões oportunas sobre os descaminhos por que tem enveredado a relação entre o governo e o setor privado no Brasil. A análise é feita por Luigi Zingales em artigo publicado no número inaugural da revista National Affairs, disponível em <http://nationalaffairs.com/publications/detail/capitalism-after-the-crisis>. O autor talvez seja mais conhecido no Brasil pelo livro Salvando o Capitalismo dos Capitalistas, escrito há alguns anos com Raghuram Rajan, que entre 2003 e 2006 foi economista-chefe do Fundo Monetário Internacional.

Zingales nasceu e estudou na Itália e Rajan, na Índia. Seus caminhos se cruzaram há pouco mais de 20 anos, quando ingressaram no programa de doutorado em Economia do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT). Tiveram ambas trajetórias acadêmicas brilhantes e são hoje professores da Escola de Negócios da Universidade de Chicago.

Tanto o livro como o artigo se beneficiam do olhar estrangeiro dos autores, especialmente atento a nuances essenciais do capitalismo norte-americano que explicam boa parte de sua inigualável vitalidade. Uma dessas nuances, que já havia sido tratada com destaque no livro, é a forma peculiarmente eficaz com que o processo político nos EUA tem conseguido resolver ao longo da história a inevitável tensão entre lobbies pró-negócios e lobbies pró-mercado. Lobbies pró-negócios tendem a ser especialmente poderosos. Envolvem a defesa de interesses de grupos particulares nas decisões do governo. E quase sempre não são pró-mercado, no sentido de contribuir para reforçar a concorrência aberta e livre na economia. Muito pelo contrário.

A ideia é que na Europa e na Ásia a resultante dessa tensão tem sido muito mais desfavorável ao lobby pró-mercado que nos EUA. Especulando sobre as razões de tais diferenças, Zingales menciona no artigo, entre outras hipóteses, as raízes históricas peculiares dos EUA, onde, de um lado, a democracia precedeu a industrialização e, de outro, o setor privado nunca foi de fato acuado por uma coalizão de esquerda que representasse ameaça crível a seus interesses fundamentais. Em países onde tal ameaça teve de ser enfrentada, o lobby pró-mercado perdeu espaço ao ter de se unir defensivamente ao lobby pró-negócios.

O que Zingales teme é que a gigantesca crise que se abateu sobre a economia dos EUA, a partir de meados do ano passado, tenha abalado seriamente as convicções da opinião pública que davam sustentação ao lobby pró-mercado no país. E que isso torne o capitalismo norte-americano mais exposto ao lobby pró-negócios e, portanto, lamentavelmente mais parecido com o capitalismo da Europa ou da Ásia, onde as empresas tendem a atribuir importância muito maior a manter boas conexões no governo.

Só o tempo dirá se o abalo foi tão sério quanto teme Zingales. Mas sua análise levanta questões fundamentais que, no Brasil, têm recebido menos atenção do que merecem. Entre nós, o lobby pró-mercado sempre foi um tanto atrofiado. O que preocupa, contudo, é que esteja em vias de ser esmagado pela hipertrofia do lobby pró-negócios, agora estimulado pela chocante receptividade com que tem sido acolhido pelo governo.

Sem ir mais longe, basta ter em mente as novas diretrizes que vêm pautando a atuação do BNDES e a formatação que o governo quer dar à exploração do pré-sal. No BNDES, a prioridade parece ser um programa de aumento deliberado da concentração industrial, fartamente regado a recursos públicos, em nome da criação de "campeões nacionais". Para a exploração do pré-sal, o que se contempla é um arranjo indefensável. De um lado, a concessão do monopólio de operação à Petrobrás, uma empresa com mais de 60% do capital detido por acionistas privados, à qual seriam entregues, sem licitação, reservas de 5 bilhões de barris. De outro, a montagem de um grande cartório para a produção nacional de equipamentos para a indústria petrolífera, em que a Petrobrás controlaria "o cofre das graças e o poder da desgraça", como teria dito Victor Nunes Leal diante do "coronelismo industrial" que o primitivismo do arranjo configura.

O lobby pró-mercado não tem tido vez. E, lamentavelmente, decisões desse alcance vão tomando forma sob a influência exclusiva e escancarada do lobby pró-negócios.

*Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio

Tesouro pode cobrir rombo previsto no FAT (O Estado de S. Paulo) 02/10/09

Saldo do Fundo deve ficar negativo em R\$ 2,8 bi em outubro; em 2010, buraco deve chegar a R\$ 7,8 bilhões

Lu Aiko Otta, BRASÍLIA

Este mês, a equipe econômica terá de tomar uma decisão difícil: como cobrir o primeiro rombo da história do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT). "Em outubro, o saldo já ficará negativo", disse ao Estado o presidente do Conselho Deliberativo do FAT (Codefat), Luigi Nese. O Fundo deve encerrar este ano com um déficit de R\$ 2,8 bilhões. Para 2010, a estimativa é de um saldo negativo ainda maior: R\$ 7,8 bilhões. O FAT é responsável pelo pagamento do seguro-desemprego e do abono salarial, além de financiar investimentos produtivos.

Existem duas alternativas, segundo informou Nese. A primeira é o Tesouro Nacional enviar recursos ao Ministério do Trabalho para cobrir o déficit. A outra é o FAT recuperar parte de seu patrimônio que está em poder dos bancos. "O FAT tem um patrimônio de R\$ 160 bilhões", informou Nese.

Desses, R\$ 110 bilhões estão no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), que utiliza esses recursos em linhas de crédito ao setor produtivo. Banco do Brasil e Caixa também receberam depósitos. "O Codefat não tem ingerência sobre de onde virão os recursos que suprirão o déficit", disse Nese. "É uma decisão que cabe aos Ministérios da Fazenda e do Planejamento." Um integrante da área econômica informou que a escolha ainda não foi feita.

A tendência, porém, é que o governo lance mão dos recursos do Tesouro para contornar o problema. A avaliação é de um conselheiro do FAT. Ele explicou que o patrimônio do fundo que está com os bancos foi depositado com o compromisso de devolução imediata em caso de necessidade. "Mas você já imaginou se, a essa altura, o governo pede ao BNDES, à Caixa e ao Banco do Brasil a devolução de perto de R\$ 1 bilhão cada um?" A expansão do crédito via bancos oficiais foi um dos pilares da estratégia governamental de combate à crise.

"O Tesouro vai ter de resolver isso, porque estão em jogo programas importantes, como o seguro-desemprego", disse o deputado Paulo Pereira da Silva (PDT-SP), o Paulinho da Força Sindical. "Eles não podem parar." Por outro lado, a solução via Tesouro não é tão fácil como parece, pois o governo está às voltas com a falta de recursos em 2009 e, principalmente, em 2010. Para o ano que vem, o quadro é tão grave que o relator do Orçamento, Geraldo Magela (PT-DF), cogita reduzir a meta de superávit primário (economia para pagamento de juros) do setor público de 3,3% do Produto Interno Bruto (PIB) para 2% do PIB. Assim, aumenta o espaço para gastos.

Os conselheiros do FAT acham, porém, que o Tesouro pode contribuir para cobrir o rombo porque ficou com cerca de R\$ 700 milhões em receitas que seriam do Fundo. Essa "captura" se deu pela Desvinculação de Receitas da União (DRU), um mecanismo que retém no Tesouro 20% do dinheiro arrecadado com uma finalidade estabelecida em lei - como é o caso.

O rombo do FAT é uma espécie de crônica de um problema anunciado. Em 2008, o Tribunal de Contas da União (TCU) aprovou um acórdão sugerindo medidas para melhorar a situação financeira do Fundo. Na época, aos números já mostravam um desequilíbrio estrutural. Entre 2003 e 2007, as receitas cresceram a um ritmo médio de 13,6% ao ano, contra uma expansão média de 16,7% nas despesas. Assim, o déficit era uma questão de tempo.

Essa tendência explosiva foi motivada, paradoxalmente, por uma boa notícia: o aumento do número de trabalhadores com carteira assinada. Formalizados, eles passaram a ter direito ao seguro-desemprego e ao abono salarial. Assim, esses dois programas passaram a consumir mais recursos do Fundo. A situação ficou ainda pior com os sucessivos reajustes do salário mínimo, já que os dois benefícios são vinculados ao piso salarial. Esse é o principal fator de crescimento do déficit para 2010.

O desequilíbrio foi agravado também pela decisão de repassar às centrais de trabalhadores 10% da arrecadação da contribuição sindical a partir de 2008. Essa contribuição é uma das fontes de receita do FAT.

O grosso dos recursos do FAT, porém, vem da arrecadação das contribuições ao Programa de Integração Social (PIS) e ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep), das quais 40% são do Fundo. Também aí houve problemas. De janeiro a agosto, os recolhimentos desses tributos tiveram queda real de 7,42% em comparação com igual período de 2008, segundo a Receita Federal do Brasil.

Segundo Nese, a avaliação feita em meados 2008 sobre o desempenho do FAT não apontava para o déficit este ano. No entanto, a crise fez aumentar as despesas com o seguro-desemprego, de forma que o "rombo" foi estimado em R\$ 3,5 bilhões. Agora, com a recuperação da economia, a perspectiva é de um saldo negativo um pouco menor: R\$ 2,8 bilhões.

Odebrecht monta consórcio para disputar obra de Belo Monte (O Estado de S. Paulo) 02/10/09

Empresa também se prepara para disputar reforma do Maracanã e de outros três estádios para a Copa de 2014

Raquel Landim

file://imagem/93/odebrechtinfrapresidente.jpg:1.93.12.2009-10-02.9

A Odebrecht está em "negociações avançadas" para formar o consórcio que vai participar da licitação da Hidrelétrica de Belo Monte, no Rio Xingu, no Pará. A empresa também se prepara para disputar a reforma de quatro estádios escolhidos para sediar a Copa do Mundo de 2014.

Segundo Felipe Jens, presidente da Odebrecht Investimentos em Infraestrutura (OII), as negociações da Sociedade de Propósito Específico (SPE) para a obra de Belo Monte estão em fase final com dois possíveis sócios. Ele revela ainda que existem conversas com mais 5 a 10 empresas, mas em fase preliminar.

Também entrará na disputa o consórcio formado por CPFL, Suez e Neoenergia. A Odebrecht não conta, por enquanto, com a participação de outros consórcios na licitação. Jens reconhece que a concorrência será acirrada, mas está otimista. "Toda vitória que não é suada, não tem graça", disse.

A Cemig pode entrar na briga ao lado da CPFL, mas a Odebrecht não perdeu as esperanças. "Foi anunciado que a Cemig estaria no outro grupo, mas a empresa não se pronunciou oficialmente. Temos um excelente relacionamento com eles", disse Jens. A companhia mineira é sócia da Odebrecht na construção da Usina de Santo Antonio, no Rio Madeira.

A Odebrecht também está em negociações com empresas consumidoras de energia, mas o executivo não revela os nomes. Companhias como Vale, Votorantim e CSN têm interesse no negócio, mas a lei determina que a participação dos consumidores de energia no consórcio não pode passar de 20%.

Independente do grupo vencedor, a Eletrobrás deve entrar com 40% a 49% do investimento de Belo Monte, conforme anunciou o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão.

Segundo Jens, uma das maiores preocupações das construtoras é a divergência com o governo sobre os valores do investimento para a construção da usina. A Empresa de Pesquisa Energética (EPE) enviou ao Tribunal de Contas da União (TCU) uma estimativa de R\$ 16 bilhões, enquanto os estudos das construtoras apontam para R\$ 33 bilhões a R\$ 35 bilhões.

"É preciso entender a premissa utilizada para chegar nesse número. Nossa percepção é que tem um erro de escopo, como alguma obra que não foi considerada, porque a diferença é muito grande", disse Jens.

Para Jens, se o preço estimado pelo governo for mantido, o interesse das construtoras diminui bastante.

O BNDES deve financiar 80% do valor final. Segundo Jens, as construtoras estão negociando com o banco para que o financiamento de Belo Monte seja feito na modalidade de "project finance". Dessa forma, o risco não é do acionista, mas do projeto. Esse modelo foi utilizado para a Usina de Santo Antonio, mas ainda persistem dúvidas no governo sobre as garantias necessárias.

A Odebrecht também tem interesse nas Hidrelétricas de Tapajós e Teles Pires. Mas é possível que essas obras não saiam da gaveta em 2010, por causa das eleições. "A Odebrecht apostou no Brasil. Estamos participando dos grandes projetos", disse Jens.

Outra iniciativa importante para o conglomerado baiano é a Copa de 2014. A empresa avalia as reformas dos estádios do Maracanã, no Rio de Janeiro, Pituacu, na Bahia, Arruda, em Pernambuco, e Verdão, no Mato Grosso. As obras seriam realizadas por meio de Parceria Público Privada (PPP).

Ele explica que funcionaria como uma concessão, em que a Odebrecht reformaria e gerenciaria o estádio por 20 ou 30 anos. "Não é só reformar, mas mudar a atual concepção que temos de estádio", disse Jens.

A empresa quer transformar os estádios em complexos de entretenimento, com praças de alimentação, estacionamento e um ambiente seguro que permita aos torcedores circular com a família.

Jens explica que esse tipo de obra significaria um investimento mais vultoso do que apenas cumprir com as normas da Federação Internacional de Futebol (Fifa). "Não precisa colocar abaixo, mas tem de fazer reformas significativas. Essa é uma discussão que estamos tendo com o governo", disse.

Ele afirma ainda que a receita viria, principalmente, do aluguel de camarotes para grandes empresas.

A Odebrecht Investimentos em Infraestrutura (OII) é o braço do grupo que aporta o capital, negocia com outros sócios e faz a estruturação financeira. Os projetos estão concentrados nos setores de energia, transporte e logística.

Amyris capta US\$ 42 milhões para investir em diesel de cana (O Estado de S. Paulo) 02/10/09

Produto, que é produzido de forma experimental, deve entrar em fase comercial a partir de 2011

Eduardo Magossi

A companhia americana de tecnologia Amyris Biotechnologies divulgou a captação de US\$ 42 milhões no mercado internacional para investir na produção de diesel da cana-de-açúcar no Brasil.

A empresa, que tem uma planta na cidade de Campinas (SP) e detém a tecnologia nesse segmento, recebeu aporte de novos investidores, entre eles o Grupo Cornélio Brennand, de Recife, e o grupo britânico Naxos UK.

A Amyris também recebeu investimentos de seus atuais acionistas, que incluem Votorantim Novos Negócios, Fundos Khosla Ventures, Kleiner Perkins e TPG (Texas Pacific Group).

Segundo o diretor executivo da Votorantim Novos Negócios e membro do conselho de administração da Amyris, Fernando Reinach, o objetivo da empresa é investir esses recursos para transformar a produção de diesel de cana da escala experimental para a comercial.

Reinach afirma que os recursos poderão ser utilizados para comprar uma usina de grande porte e transformá-la de produtora de etanol para diesel de cana ou para construir uma nova usina. "A estratégia da Amyris ainda não está completamente definida", disse.

O executivo ressalta que, para a produção de diesel de cana-de-açúcar, uma usina de etanol precisaria alterar a forma de fermentação da garapa e se livrar do processo de destilação, por exemplo.

O diesel de cana está sendo considerado um avanço no aproveitamento da cana-de-açúcar. "É um diesel praticamente livre de enxofre que pode substituir as importações de diesel mineral que o Brasil tem de fazer para atender à demanda interna."

Segundo Reinach, depois que o diesel de cana-de-açúcar entrar em escala comercial, novos produtos deverão ser desenvolvidos, como gasolina e querosene de aviação feitos também da cana.

A expectativa da empresa é de que outros US\$ 18 milhões sejam captados no curto prazo, totalizando US\$ 60 milhões em 2009. "Existem muitos investidores interessados na tecnologia da Amyris", explica ele.

Em nota distribuída ao mercado internacional, o presidente da Amyris Biotechnologies, John Melo, afirmou que o sucesso dessa nova rodada de captação "demonstra a confiança dos nossos acionistas na tecnologia que desenvolvemos, na estratégia e na capacidade de implementação de nossa equipe, tanto no Brasil quanto nos EUA". Segundo ele, o próximo passo é estabelecer uma operação em escala industrial no Brasil.

PRODUÇÃO

A Amyris iniciou, em abril, a produção experimental de diesel renovável da cana-de-açúcar na unidade em Campinas. A capacidade de produção é de 90 mil litros por mês, mas a expectativa é de que a empresa esteja produzindo 1 bilhão de galões até 2015. Segundo Reinach, o diesel renovável deverá entrar no mercado em 2011.

Este ano, o diesel renovável da Amyris foi oficialmente registrado na Agência de Proteção Ambiental (EPA, da sigla em inglês) americana como o primeiro combustível a base de hidrocarbonetos feito de um vegetal que poderá ser comercializado nos EUA.

No Brasil, até maio, a Amyris tinha uma joint venture com a trading brasileira Crystalsev, parte do Grupo Santelisa Vale. Com a negociação entre a Dreyfus e a Santelisa, a Amyris decidiu comprar sua participação na trading. Dessa forma, o plano inicial de utilizar o caldo de cana das usinas do grupo Santelisa foi alterado.

BAIXO CUSTO

Segundo Reinach, o objetivo da Amyris é comercializar um combustível não apenas renovável e que substitua as importações de diesel feitas pelo Brasil mas também que seja de baixo custo. "Estamos desenvolvendo novas tecnologias para que a produção do diesel renovável tenha um custo baixo", disse o executivo. Neste momento, Reinach explica que o diesel de cana já é competitivo com o petróleo, custando a partir de US\$ 70 por galão.

Alimentos caem, energia arrefece e IPC-Fipe desacelera alta (Estadão Online 06:58h) 02/10/09

REUTERS

SÃO PAULO, 2 DE OUTUBRO - A inflação ao consumidor em São Paulo desacelerou um pouco mais que o esperado em setembro, refletindo o fim do impacto do reajuste de energia elétrica e uma queda dos preços de alimentos.

O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) subiu 0,16 por cento em setembro, ante alta de 0,48 por cento em agosto, informou a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe) nesta sexta-feira.

Analistas consultados pela Reuters previam uma taxa de 0,20 por cento, segundo a mediana de 21 respostas que variaram de 0,10 a 0,30 por cento.

Os preços do grupo Habitação aumentaram 0,47 por cento em setembro, ante avanço anterior de 1,23 por cento. Em agosto, esse grupo foi pressionado pelo reajuste da tarifa de energia, mas ao longo de setembro foi perdendo força, até ser praticamente anulado no fechamento do mês.

Os custos de Alimentação tiveram queda, de 0,63 por cento, ante alta anterior de 0,22 por cento.

Esse grupo sofreu até recentemente impacto dos produtos in natura, cujas colheita e plantação foram prejudicadas pelas chuvas gerando fortes altas de preços. Agora, esses itens estão revertendo parte dessas elevações, assim como outros produtos que subiram muito recentemente, como o leite.

Por outro lado, os preços de Transportes passaram a subir, em 0,25 por cento em setembro, após caírem no mês anterior, em 0,05 por cento.

Os de Vestuário e de Saúde também impactaram o índice para cima, com elevações maiores em setembro, de respectivamente 0,75 e 0,65 por cento.

O IPC mede a variação dos preços no município de São Paulo de famílias com renda até 20 salários mínimos.

(Reportagem de Vanessa Stelzer)

Energia: Ordem de serviço para contrato da obra civil, de R\$ 1,25 bi, será firmada hoje com Andrade Gutierrez

Eletronuclear assina acordo para Angra 3 (Valor Econômico) 02/10/09

Francisco Góes e Heloisa Magalhães, Do Rio

Othon Luiz Pinheiro da Silva, presidente: "Após negociação longa envolvendo o TCU e chegou-se a um ponto de equilíbrio"

A Eletronuclear e a Andrade Gutierrez assinam hoje, no Rio, a primeira ordem de execução de serviços do contrato de construção civil da usina nuclear de Angra 3. O valor total do contrato de construção civil da usina firmado entre a estatal, uma subsidiária da Eletrobrás, e a empreiteira é de R\$ 1,248 bilhão. O montante representa uma redução de cerca de 20% em relação à primeira proposta apresentada em 2008 pela Andrade Gutierrez, de R\$ 1,578 bilhão, disse o presidente da Eletronuclear, Othon Luiz Pinheiro da Silva.

A retomada das obras civis de Angra 3 envolveu uma longa negociação com o Tribunal de Contas da União (TCU). Em julho, o TCU liberou a continuidade das obras para conclusão de Angra 3, mas uma auditoria do tribunal detectou "sobrepço" nos valores acertados entre a Eletronuclear e a Andrade Gutierrez. Na ocasião, decisão do tribunal determinou que o contrato fosse reduzido em cerca de R\$ 120 milhões.

Silva negou que tenha havido "sobrepço". Segundo ele, houve diferenças entre as estimativas feitas pela Eletronuclear e os preços ofertados pela construtora. "Houve uma negociação longa envolvendo o TCU e chegou-se a um ponto de equilíbrio", afirmou Silva. No processo, a proposta original da Andrade Gutierrez sofreu ajustes que levaram ao valor final do contrato já assinado e submetido ao TCU. Trata-se, na verdade, de um aditivo ao contrato original acertado pela estatal com a construtora há mais de 20 anos.

Antes de determinar a redução de preço, o TCU já havia decidido sobre a possibilidade jurídica de manutenção do contrato da Andrade Gutierrez para conclusão das obras. Silva disse que a ordem de serviços a ser assinada hoje inclui a concretagem e a preparação das instalações físicas da usina até a primeira lage, a qual deve ficar pronta em dezembro. A partir daí, a previsão é de que a usina, com 1.405 megawatts de capacidade de geração de energia elétrica, torne-se operacional em cinco anos.

A meta é ter a usina em funcionamento em maio de 2015. As negociações com o TCU foram realizadas de forma simultânea a outros processos necessários para a retomada do projeto, incluindo a licença ambiental pelo Ibama e a licença de construção dada pela Comissão Nacional de Energia Nuclear (Cnen). A prefeitura de Angra dos Reis também deu sinal verde para o projeto.

O presidente da Eletronuclear afirmou que o valor corrigido necessário para concluir Angra 3 é de R\$ 8,1 bilhões, dos quais quase R\$ 6 bilhões correspondem à parte nacional, financiada pelo BNDES e pela Eletrobrás. A parcela importada, de cerca de € 1 bilhão, terá financiamento internacional, incluindo bancos dos países fornecedores dos equipamentos. "Essa parte está em negociação", disse Silva.

Segundo ele, ainda este mês ou em novembro deve ser lançada licitação internacional para a adequação de Angra 3, que vai incluir o detalhamento das mudanças exigidas no projeto. Nessa licitação poderão participar empresas estrangeiras associadas a companhias nacionais. Logo depois, em cerca de dois meses, serão lançados os editais para a montagem eletromecânica da usina. Essa etapa será dividida em dois: uma licitação para a montagem primária, incluindo a parte nuclear da usina propriamente, e outra para a montagem secundária, que considera equipamentos como turbinas e geradores.

A francesa Areva, fornecedora dos equipamentos da usina, participará prestando serviços de engenharia. A Areva é a sucessora da KVVU, subsidiária da Siemens, e responsável pelo projeto de Angra 2. Os equipamentos de Angra 3 estão guardados na Nuclep, em Itaguaí (RJ), e em Angra dos Reis. A Areva também vai fornecer a parte de instrumentação e controle da usina, equipamentos que ainda não foram comprados. São bens semelhantes aos que serão usados em uma usina em construção na França e que deve ficar pronta no prazo de dois anos, disse Silva.

Eletrosul vai atender a Argentina (Valor Econômico) 02/10/09

Vanessa Jurgenfeld, de Florianópolis

A Eletrosul assina hoje com a Empreendimentos Binacionales (Ebisa), estatal argentina do setor de energia, um acordo para intercâmbio (exportação e importação) de energia. A intenção é suprir parte das necessidades da Argentina, cuja crise energética é latente há pelo menos três anos.

Segundo o diretor de operações da Eletrosul, Antonio Vituri, o acordo foi regulamentado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e coloca à disposição dos argentinos a Conversora de Frequência de Uruguaiana, pertencente à Eletrosul e localizada em Uruguaiana (RS), que poderá atender em até 1,2 mil MW médios a demanda do país vizinho. A Argentina passará a comprar energia, mas só terá direito a adquiri-la se houver sobra em geração nas usinas hidrelétricas ou termelétricas brasileiras.

Até agora, segundo Vituri, a Argentina poderia usar a conversora de Uruguaiana em situações emergenciais, mas era obrigada a pagar pela energia consumida também com energia. Tratava-se de um escambo, onde o país vizinho pagava quando tivesse condições de reenvio.

Apesar de estabelecer o pagamento e recolhimento de imposto sobre a operação, o acordo não fixou um valor a ser pago pela energia, que poderá ser adquirida em leilões ou diretamente com um fornecedor no Brasil.

O intercâmbio vinha sendo discutido desde o início deste ano. Em 2008, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita à Argentina, comprometeu-se a ajudar a suprir a carência de energia daquele país. Em parte, ao ter mais insumo fornecido pelo Brasil, a Argentina pode diminuir as compras de gás boliviano, um suprimento no qual o Brasil tem interesse.

O volume de 1,2 mil MW médios, no entanto, é pequeno e não resolve o problema energético da Argentina. Segundo Vituri, o volume em questão seria para o fornecimento equivalente ao consumo de uma cidade de 20 mil a 30 mil habitantes. Ele estará voltado a atender a uma necessidade específica da região de fronteira entre os dois países.

Não há investimentos envolvidos neste acordo, cujo prazo é de um ano, podendo ser renovado. Toda a operação e manutenção da conversora será feita pela Eletrosul e ressarcido pela Ebisa. Eventualmente, o Brasil também poderá recorrer ao intercâmbio e comprar energia do país vizinho, mas o propósito maior neste momento foi atender a demanda dos argentinos.

Ambiente: Brasil só será competitivo com investimento em educação e pesquisa, diz Sérgio Besserman

Para economista, pré-sal deve financiar transição energética (Valor Econômico) 02/10/09

Daniela Chiaretti, de São Paulo

Sérgio Besserman: "A questão da Amazônia é que definirá se o Brasil estará à altura da oportunidade que está à nossa frente"

Para que a economia brasileira seja descarbonizada e esteja pronta a ser competitiva no mundo de 2020, o maior investimento necessário será em educação, pesquisa científica e no engajamento das empresas no processo de inovação tecnológica. Em paralelo, as riquezas do pré-sal têm que financiar a transição para outra matriz energética, aproveitando as vantagens comparativas do Brasil em biomassa, pequenas hidrelétricas, energia solar e eólica. "O pré-sal é uma benção, uma riqueza, mas é o passado", diz nesta entrevista o economista e professor Sérgio Besserman Viana.

Besserman, que fez longa carreira no BNDES e presidiu o IBGE durante o governo Fernando Henrique, assina o capítulo "A Sustentabilidade do Brasil" do livro "Brasil pós-crise - Agenda para a Próxima Década", organizado pelos

economistas Fabio Giambiagi e Octavio de Barros. A obra, que acaba de sair (Editora Campus, 384 páginas, R\$ 89), pretende estimular "propostas para que o Brasil de 2020 seja muito melhor que o de 2010". Reúne textos de economistas e gente que pensa o Brasil. Coube a Besserman, junto com o colega José Eli da Veiga e o cientista político Sérgio Abranches, inserir os contornos da temática ambiental nesta pauta.

Os autores dizem ter tentado "introduzir na lógica econômica a consciência de que existem limites naturais em um planeta finito". Eles explicam como enxergam o futuro: "A agenda do século XXI será presidida pelas escolhas sobre como considerar as perdas de capital natural", dizem os autores. "E, nos próximos anos, as principais decisões na economia, na governança e na política mundial dirão respeito à intensidade, à velocidade e à forma como os custos da descarbonização dos processos produtivos e modos de consumo serão internalizados na economia de mercado."

Garimparam informações diversas sobre o mundo do futuro. A Agência Internacional de Energia projeta um aumento de 50% da demanda energética até 2030, com dependência nos combustíveis fósseis, a continuar a toada atual. Lembram que é o padrão de consumo dos países desenvolvidos (e dos ricos e da classe média dos emergentes), o que soma cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo, o grande responsável pelo nível atual das emissões de gases que provocam o efeito estufa. "Os demais 5 bilhões de humanos, especialmente centenas de milhões na China, Índia, Brasil, Rússia, México, entre outros que antes da crise estavam começando a superar os patamares da pobreza, ambicionam legitimamente e esforçam-se para alcançar exatamente o mesmo tipo de consumo." Este é um dos impasses do acordo do clima que, se espera, seja assinado em dezembro, na CoP-15, a conferência do clima de Copenhague.

O desafio que o mundo tem pela frente é gigantesco. Reduzir até 2050 as emissões pela metade do que eram em 1990 significa imaginar que, em 2035, o mundo de 9 bilhões de pessoas não poderá emitir mais do que 9 bilhões de toneladas de carbono por ano - ou uma tonelada por pessoa. "Hoje as nações industrializadas emitem, em termos per capita, quatro vezes mais do que isso. As nações em desenvolvimento, por sua vez, emitem per capita quatro vezes menos do que isso", pontua o texto. "E se há uma grande novidade histórica na primeira década do século XXI, pelo menos até a eclosão da crise, é a velocidade com que suas economias crescem e que suas populações expandem o consumo e, conseqüentemente, suas emissões."

Para quem raciocina em termos de energia, os autores recorrem às premissas do físico Marcelo Gleiser que lembra que o consumo de energia mundial foi de 14 trilhões de watts em 2006. Projetando o aumento da população, um crescimento econômico modesto (1,6% ao ano) e um inacreditável aumento na eficiência do uso de energia (de 500%), mesmo assim o mundo usará 28 trilhões de watts em 2050, nas suas contas. Ou seja, mesmo com um esforço absurdo, o mundo usará o dobro de energia na metade do século.

Os autores refletem sobre o impacto da crise econômica, no curto prazo, na questão climática, com a óbvia redução nas emissões de gases-estufa decorrentes do refluxo no nível de atividades da economia mundial. Mas então apontam que a "lacuna da maioria dos diagnósticos atuais está em não considerar que não basta a retomada da confiança e do crédito para que esse processo possa ocorrer. A indefinição sobre as decisões globais relativas à descarbonização da produção e do consumo implica também incerteza sobre o futuro sistema de preços relativos na economia, tornando muito difícil o cálculo da taxa de retorno e aumentando a taxa de risco dos investimentos de prazo mais longo." Touché. Sem acordo climático, o cenário econômico continua obscuro, aposta o trio.

Se a descarbonização da economia mundial é uma certeza, dizem, a velocidade com que as decisões serão tomadas é que é a grande dúvida. O atraso nas negociações de um acordo climático só aumentará a incerteza e os custos da transição, diz Besserman. Acordos mal costurados trazem o risco de fragmentação mundial e um protecionismo que já se insinua. A seguir, trechos da entrevista:

Valor: Qual o risco, na economia, de um atraso do acordo climático mundial? O que acontece se não for assinado em Copenhague?

Sérgio Besserman Vianna: O fracasso de uma negociação de acordo contra a mudança climática vai fazer com que os custos para combater o aquecimento global poucos anos à frente sejam muito mais elevados do que se iniciarmos hoje a transição. Ao mesmo tempo existirão também custos de fragmentação política e riscos de protecionismo.

Valor: O mundo, dizem vocês, pode sucumbir nos próximos anos à fragmentação e à tentação protecionista. O que imaginam?

Besserman: É um cenário indesejável e não muito provável, mas pode ocorrer de não haver um acordo eficaz contra o aquecimento global, ou acordos que não contem com a adesão generalizada e isso impulsiona o mundo na direção da fragmentação da governança global. Se houver um acordo e China, Índia e Brasil não entrarem, isto é um mundo que não encontra a governança global necessária para os desafios que tem pela frente.

Valor: E o protecionismo está se esboçando?

Besserman: Já está sugerido. Aparece por exemplo numa cláusula da lei climática já aprovada pela Câmara do Congresso dos Estados Unidos e que torna possível a adoção de medidas fortemente protecionistas contra produtos de países que não participem do acordo global da mudança climática. A lei não foi ainda aprovada no Senado e o presidente Obama fez um reparo admitindo o protecionismo desta cláusula. Mas a lógica econômica sugere que não é viável que os EUA passem a ter um custo para emitir gases de efeito-estufa e permitam desvio de comércio, produção e investimentos para países que não fazem parte do movimento geral contra o aquecimento global.

Valor: Porque esta cláusula é ameaçadora?

Besserman: Países que fizerem parte do acordo contra a mudança climática estarão impondo um custo na emissão de gases-estufa. Um determinado bem de consumo nos EUA se tornará mais caro por conta do custos de sua emissão. Suponha um país hipotético na Ásia, que não tem metas, não faz parte do acordo global e produz o mesmo bem... Poderia acontecer, por exemplo, de a produção dos EUA tender a ser desviada para aquele país, porque é mais barato. Mas isso não vai acontecer porque serão impostas barreiras comerciais ao país fora do acordo global. Este ponto está na agenda também com declarações recentes do presidente francês Nicolas Sarkozy na mesma direção. A OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) também tem se pronunciado sobre o tema.

Valor: Está no livro: a superação das energias sujas tem o potencial de se constituir no próximo grande boom de inovações e isto pode ser um impulso para a saída da crise. A China parece estar perseguindo esta trilha, mas também não quer abrir mão do carvão. Como fica?

Besserman: São cenários em aberto a depender do acordo global que pode acontecer agora em Copenhague ou não. Ali, depurando tudo, vamos estar precificando o custo de emitir gases-estufa. O tamanho da meta necessária para tentar atingir o objetivo fixado de não aquecer o planeta mais de 2 C sinaliza uma grande transição tecnológica, que diz respeito, num primeiro momento, à eficiência energética em geral, e um forte impulso às fontes renováveis de energia. Mas este é apenas o início. Porque em seguida vêm todas as mudanças decorrentes das alterações de preços relativos que tende a se acentuar porque as metas para 2050 são ainda mais radicais que as previstas para 2020. Vem uma grande transição pela frente, isto é certo, e quem acompanhar esta transição tecnológica vai se inserir competitivamente neste novo mundo. Quem não acompanhar, e se agarrar às formas do passado sem visualizar esta transição radical e profunda, corre o risco de ficar descompassado.

Valor: Como fica o Brasil na descarbonização de sua economia?

Besserman: É uma imensa oportunidade. Temos grandes vantagens comparativas neste mundo de baixo teor de carbono, como a nossa matriz energética, que já é mais limpa, ou políticas benéficas em si, como a redução do desmatamento da Amazônia. Temos que fazer modificações na logística, como no nosso setor de transportes. Estas vantagens comparativas podem se tornar vantagens competitivas.

Valor: Os senhores dizem que o maior investimento necessário para que a economia brasileira seja descarbonizada é em educação e tecnologia. Pode explicar?

Besserman: Esta nova economia tem enorme ênfase em conhecimento. Não só por conta das inovações tecnológicas necessárias para chegar a ela, mas porque seria um modo de produzir e consumir muito avesso a desperdícios e ineficiência. E isso depende de conhecimento.

Valor: Os senhores dizem que o Brasil está fazendo "diversos equívocos" no campo da energia. Falam das políticas que subsidiam o uso do carvão e das térmicas a óleo, mas também mencionam as hidrelétricas. Como assim?

Besserman: No caso das hidrelétricas é um não aproveitamento inteligente das possibilidades de integração com outras fontes renováveis, do potencial das pequenas hidrelétricas e de uma melhoria no padrão de gestão e transparência no caso das hidrelétricas maiores. No caso da energia em geral, é preciso ter claro que o futuro são as fontes renováveis e não emissoras de gases-estufa. O pré-sal é uma benção, uma riqueza, mas é o passado.

Valor: O passado?

Besserman: Sim, porque estamos nos preparando para o fim da civilização dos combustíveis fósseis.

Valor: Como fica esta "benção"?

Besserman: O uso inteligente do pré-sal é utilizar estes recursos para potencializar a transição para outra matriz energética, aproveitando as vantagens comparativas do Brasil em biomassa, solar, eólica, pequenas hidrelétricas. Sim, este é o futuro. Usar o recurso do pré-sal para ir a este futuro é maravilha. Mas apostar no mundo dos combustíveis fósseis e ficar estacionado nele seria um equívoco. Para mim, o risco é o país, em vez de mobilizar seus recursos para a transição tecnológica, acabar utilizando-os de forma a ficar ancorado no mundo do passado. Planejamento e política industrial mirando a transição tecnológica da matriz energética é muito importante. Neste novo mundo há riquezas equivalentes a muitos pré-sais.

Valor: Energia nuclear é opção?

Besserman: Desde que a custos suficientemente competitivos para compensar algumas externalidades negativas, como o lixo radioativo. E na condição de uma solução racional para o lixo radioativo nos próximos 300 a 500 anos, ela pode, sim, ter um papel importante na matriz do Brasil.

Valor: No caso da Amazônia, vocês lembram que não há um modelo a ser copiado. E agora?

Besserman: A questão da Amazônia é que definirá se o Brasil estará à altura da oportunidade que está à nossa frente. Porque ali, além do aprimoramento das políticas de monitoramento e gestão e de grandes avanços em iniciativas contra o desmatamento como a moratória da soja, nós precisaríamos dar um grande salto e criar, pela primeira vez na história um modelo de desenvolvimento sustentável para uma economia tropical.

Valor: Por que uma agenda para a Amazônia estará "necessariamente no centro de uma agenda de desenvolvimento brasileira para o século XXI"?

Besserman: Trata-se de um desafio civilizatório novo. Um país como o Brasil, que tem um pé na modernidade, terá que demonstrar pioneiramente a possibilidade de fazer o que o professor Carlos Nobre, do INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais), e a geógrafa Bertha Becker apresentam como o caminho para que o Brasil se torne uma potência ambiental. E isto é, basicamente, conhecimento.

Valor: Por que pensar o futuro da Amazônia apenas em termos de uma "economia um pouco mais sustentável, com seu povo um pouco menos pobre, é escolher a degradação no médio prazo?" Não é isso que está embutido no discurso dos países ricos ao dizer que é mais barato agir aqui do que lá?

Besserman: Acho que este discurso é mais nosso do que deles, de uma parte atrasada do Brasil que tem a ideia que a continuidade do tipo de ocupação atual leva a um verdadeiro desenvolvimento econômico e à emancipação social da região. Não leva e é quase uma ofensa ao futuro das populações que lá vivem. Elas não querem um pouco mais. Elas têm direito ao que a Amazônia tem ali de riqueza e pode oferecer ao Brasil e ao mundo. É um novo modelo de desenvolvimento.

Valor: Segundo os senhores, a Amazônia sustentável só é possível com um polo de desenvolvimento hightech, uma espécie de "silicon valley". O que é isso?

Besserman: A sustentabilidade da floresta passa por sua capacidade de gerar valor. Esta geração de valor decorrerá, em parte, de acordos globais que precifiquem os serviços que a Amazônia presta ao mundo, mas em outra parte, de uma aplicação intensiva de conhecimento, de forma que os recursos ali disponíveis, especialmente o reservatório genômico, permitam a produção de riquezas.

Valor: O senhor mencionou que é preciso rever a política de transportes? Como?

Besserman: A construção de uma economia de baixo carbono no Brasil tem três grandes eixos. A Amazônia, a energia e a logística. O setor imediato a mexer aí dentro é transporte. É do maior interesse nosso redesenhar um modelo sustentável com forte redução de emissões e para o futuro. Isto significa conseguir, através de parcerias público-privadas rever a questão das ferrovias, hidrovias e navegação costeira e fazer um planejamento inteligente da integração de todos estes modais.

Valor: Este mundo novo contempla a pavimentação da BR-319, a Manaus-Porto Velho?

Besserman: Mesmo com todos os cuidados, a criação de áreas ambientais e planejamento, o que já seria um grande avanço, a pavimentação não deixa de ser a reprodução de um modelo de ocupação da Amazônia que tem se revelado ineficiente e fora do controle. Um mínimo de visão estratégica sugere que externalidades positivas recomendam o reexame da hipótese de hidrovias ou ferrovias.

Valor: Esta agenda, então, não é um limite ao crescimento?

Besserman: Não, apenas não é o limite como é o caminho para a inserção mais competitiva da economia brasileira na economia mundial.

Estratégia: Entidades ampliam a fatia em renda variável para cumprir metas atuariais

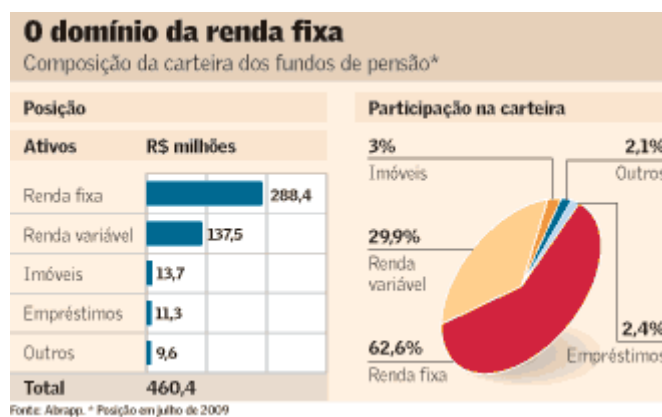
Fundo de pensão busca opções de investimento com queda do juro (Valor Econômico) 02/10/09

Janes Rocha, de Curitiba

As usinas hidrelétricas de Jirau e de Belo Monte e o Trem Bala estão nos planos de investimento da Petros, afirma o presidente, Wagner Pinheiro. Os fundos de pensão fechados começam a traçar a estratégia para ampliar a fatia da renda variável no portfólio de investimentos. Por trás desse movimento está a queda da taxa de juros básica da economia, que ameaça o cumprimento das metas atuariais e, conseqüentemente, a capacidade dos fundos em pagar as aposentadorias no futuro. Projetos de infraestrutura nas áreas de energia e transportes, fundos de investimentos em crédito e em participações acionárias (FIDC e FIP) estão no catálogo de opções que os fundos de pensão estão avaliando para ampliar o portfólio de renda variável.

Grandes fundações como Petros e Valia, dos funcionários da Petrobras e da Vale do Rio Doce, vão priorizar os FIP em projetos de infraestrutura. Com patrimônio de cerca de R\$ 40 bilhões, o Petros poderá aumentar a participação da renda variável na carteira de investimentos dos atuais 30% para 35% a 40%. As usinas hidrelétricas de Jirau e Belo Monte e o Trem Bala estão nos planos, disse o presidente da entidade, Wagner Pinheiro. Além de fundos de "private equity", de governança e infraestrutura, a Valia (R\$ 11 bilhões em patrimônio) começou a apostar mais no mercado imobiliário, disse Eustáquio Lott, presidente do fundo. Entidades como Fachesf (R\$ 4 bilhões) e Real Grandeza (R\$ 7 bilhões) têm estratégias distintas. A Fachesf está olhando mais para a renda fixa em crédito privado, enquanto a Real Grandeza quer focar em rentabilidade e liquidez, daí apontar para o investimento em ações via bolsa.

A estratégia da Petros para tomar mais risco é "fazer uma combinação entre aplicação direta em bolsa de valores, ampliando a participação das ações no portfólio, e uma parcela via FIP (Fundos de Investimentos em Participações)", definiu Pinheiro. A fundação não pretende desinvestir em nenhuma de suas aplicações nas companhias em que mantém blocos de controle. "O Brasil vai num processo de crescimento econômico sustentado e todas as empresas estão crescendo", justifica Pinheiro, mantendo em aberto as empresas e os setores em que poderá investir o dinheiro da fundação. Como regra geral, acrescenta que hoje olha com prioridade os setores mais "afeitos aos fundos de pensão", ou seja, que mantêm fluxo de caixa constante e boa qualidade de crédito. A Petros tem investimentos em 26 fundos de "private equity" que totalizam R\$ 9,3 bilhões de capital total, alguns ainda em fase de captação, informou Luis Carlos Afonso, diretor financeiro e de investimentos da fundação.



O comprometimento da Petros no capital destes fundos é 24% ou R\$ 2,2 bilhões. Até agora foram aplicados R\$ 3,36 bilhões, dos quais a fundação participou com R\$ 770 milhões. A projeção de retorno dos fundos - que aplicam em 72 empresas - é de 19% reais.

Eustaquio Lott, presidente da Valia, conta que a fundação já fez um primeiro movimento no sentido de ampliar a renda variável na carteira, de 20% para 30%, a partir de duas boas oportunidades surgidas do ano passado para cá. A primeira foi a derrocada dos preços das ações nas bolsas por causa da crise. A Valia aproveitou para investir R\$ 250 milhões na compra de ações de diversas empresas e setores. "Só este investimento valorizou-se 50% até agora", disse Lott. Outra oportunidade foi a fusão da Perdigão com a Sadia, que criou a Brazil Food. A Valia, que é parte de um grupo de fundos que está no bloco de controle da Perdigão, pagou R\$ 350 milhões para subscrever ações da nova empresa e manter a posição acionária.

"A queda dos juros nos leva necessariamente a assumir um risco maior na busca de rentabilidade para cumprir a meta", afirmou Lott ao Valor, referindo-se à meta atuarial do fundo, que é atingir rentabilidade de 6% ao ano mais a variação do INPC. Um dos setores em que a Valia resolveu ampliar suas apostas é no imobiliário. Recentemente, a entidade investiu R\$ 50 milhões na compra de metade de uma das três torres de escritórios comerciais, num total de 23 mil metros quadrados, no Conjunto Cidade Jardim, em São Paulo. Por outro lado, vendeu um pacote de ações correspondentes a 15% do capital do Metrô do Rio de Janeiro para a Invepar. "Foi uma boa oportunidade de venda", explicou Lott.

Na busca de maior rentabilidade, a Fachesf, fundo de pensão dos funcionários da Companhia Hidro Elétrica do Rio São Francisco, está promovendo algumas importantes alterações na estratégia de investimentos da carteira. Primeiro, está analisando "alguma migração" da carteira de renda fixa, do crédito público para o privado, através da aquisição de cotas de fundos de securitização de recebíveis (FIDC) e debêntures, disse Luiz da Penha Souza da Silva, gerente de investimentos da entidade. Com um patrimônio líquido de R\$ 4 bilhões, o portfólio da Fachesf está alocado 70% em renda fixa, 20% em renda variável e 10% em imóveis e empréstimos a participantes.

Dentro desta parcela de 10%, os estatutos da fundação autorizam a aplicação de até 5% em fundos de participação e projetos de "venture capital". Souza e Silva disse que os projetos existentes hoje na carteira da fundação cumprem apenas 2% e a ideia é procurar FIP e projetos de infraestrutura para atingir os 5% permitidos. Outra importante mudança é passar a buscar papéis de renda fixa indexados a índices de preços e não mais a CDI (taxa de juros). "É uma mudança significativa que estamos buscando para manter o casamento dos ativos com o passivo atuarial e por isso vamos buscar papéis atrelados a índices de preços, preferencialmente IPCA", afirmou Silva. A meta atuarial da Fachesf, que é IGP-M mais 6% ao ano, também está por ser revista, trocando o índice de preços geral do mercado pelo que mede a inflação ampla, mantendo a taxa de juros.

Na fundação Real Grandeza, dos funcionários das estatais Furnas, Eletrobrás e Eletronuclear, a estratégia é priorizar a rentabilidade e a liquidez. Está direcionada neste sentido a porção renda variável do plano de benefícios definidos (BD), que concentra quase a totalidade (96%) do patrimônio da fundação. Para a pequena porção restante, dos planos de contribuição definida (CD), dos funcionários mais jovens e ainda na ativa, a fundação buscará um pouco mais de rentabilidade e risco, diz o diretor-presidente Sergio Wilson Ferraz Fontes. Para a parcela de renda variável do BD, que é de no máximo 17% da carteira, Fontes diz que não haverá novos investimentos, 90% dos recursos estão aplicados em 25 das ações "blue chips" da bolsa, seguindo o IBX-100 como benchmark. "No CD, a variável rentabilidade é mais importante", diz Fontes, explicando que na administração desta carteira os gestores procuram "concentrar todo o esforço e capacidade de análise para extrair as melhores condições".

Com administração conservadora, a Real Grandeza tampouco procura expansão em participações acionárias. Ao contrário: vendeu sua parte no capital da Perdigão e na Acesita e está estudando a venda do controle da CRT (concessão da rodovia Rio-Teresópolis), que detém através de debêntures. "A ideia é desinvestir em participações", diz Fontes. A análise da entidade é que blocos de controle têm pouca liquidez e trazem custos de participação como gestor.

Elétricas aprendem a lidar com o vento (Valor Econômico) 02/10/09

Jeffrey Ball, The Wall Street Journal

As fontes renováveis de energia estão jogando a indústria de eletricidade num turbilhão.

Com tantos países se comprometendo a produzir 20% ou mais de sua eletricidade com fontes renováveis dentro de 10 anos, as vicissitudes do vento e do sol acabam sobrecarregando a rede tradicional, hidro ou termoelétrica, que jamais foi projetada para dar conta das exigências da nova era.

Ventos tendem a ser mais fortes à noite - mas as pessoas usam mais eletricidade durante o dia. A luz do sol pode perder sua intensidade em segundos se eclipsada por uma nuvem - uma inconveniência para pessoas que gostam de ter o ar-condicionado ligado o tempo todo em dias quentes.

Uma solução seria armazenar energia renovável e usar o estoque em dias sem vento ou nublados. Mas essa tecnologia está em estágio embrionário. Por isso, o setor está tentando melhorar a previsão dos altos e baixos da energia de modo que possa adaptar a infraestrutura movida a combustíveis fósseis para lidar com as variações.

Energia renovável é instável demais para substituir carvão, combustível nuclear ou gás natural. Cada fazenda de vento ou instalação solar tem de ter quase a quantidade equivalente de energia convencional de reserva. Isso aumenta os custos

"Estamos pondo renováveis num sistema que não foi criado para renováveis", diz Paul Denholm, analista do Laboratório Nacional de Energia Renovável do governo americano.

Energia eólica é a fonte renovável de energia que mais tem crescido. Estimuladas por decretos e subsídios governamentais, fazendas eólicas respondem por mais da metade de toda a capacidade líquida de geração de energia acrescentada nos Estados Unidos em 2008, segundo o Departamento de Energia.

Mas capacidade de produzir não é produção real. Devido em grande parte à imprevisibilidade do clima, as milhares de turbinas de vento instaladas nos EUA produziram, juntas, só 1,3% da eletricidade dos EUA em 2008, mostram números do departamento.

Em qualquer momento, o problema pode ser vento demais ou vento de menos. A Bonneville Power Administration, uma estatal de serviços públicos em Portland, Estado de Oregon, usa a maior coleção de campos eólicos dos EUA. Entre janeiro e agosto, a produção média de energia do vento respondeu por 12% do consumo médio de eletricidade na área que a empresa cobre. A cada hora, a energia eólica varia bastante.

Terça-feira foi um exemplo. À 1 da manhã, as fazendas eólicas na área da Bonneville estavam gerando cerca de 1.550 megawatts. Às 7h, caiu para 800 megawatts - como se a natureza tivesse desligado o interruptor justamente quando as pessoas estavam levantando e ligando as luzes e torradeiras. Então, à noite, quando o pessoal tinha voltado para a cama, o vento ganhou força. Poucos minutos depois da meia-noite, a energia passou de 2.000 megawatts.

A maior parte da eletricidade na área da Bonneville vem de hidrelétricas. Para compensar a volatilidade do vento, a empresa altera o volume de água que libera em suas barragens. Mas as variações do vento podem ser grandes demais para as barragens darem conta. Às vezes, quando o vento está forte, a Bonneville tem de despejar água por cima da barragem para evitar sobrecarregar os fios de eletricidade, sacrificando assim um tipo de energia limpa por outro. Quando o vento é tão forte que a Bonneville não tem como despejar água o bastante, a empresa manda desligar as turbinas eólicas.

"Tudo muda com o vento", diz Bart McManus, um especialista em vento da Bonneville.

Calmarias repentinas podem ser tão problemáticas quanto ventanias repentinas. No Texas, Estado que mais produz energia eólica nos EUA, 26 de fevereiro de 2008 entrará para a história como o dia em que o vento morreu.

Às 15h daquele dia, as fazendas eólicas do Texas, concentradas na parte oeste do Estado, estavam gerando cerca de 2.000 megawatts de eletricidade. Então, uma frente fria chegou. Às 18h30 - quando a demanda geralmente chega ao pico - a produção no Texas havia despencado para cerca de 360 megawatts

Para piorar, e sem desconfiar de nada, os texanos ligaram seus aquecedores por causa do frio - e grande parte do aquecimento na área rural é elétrico. Então, justamente quando o vento enfraqueceu de surpresa, a demanda de energia subiu.

A operadora da malha elétrica do Texas, a Electric Reliability Council of Texas, conhecida como Ercot, rebolou. Ela cortou a energia para vários clientes industriais que, em troca de redução das tarifas, haviam aceitado deixar a Ercot desligar a tomada em caso de emergência.

Investidores estão despejando dinheiro em ideias para armazenagem. Uma é melhorar as baterias. Outras propõem sistemas que usariam energia renovável para bombear água morro acima ou comprimir ar sob o solo; mais tarde, quando a rede precisasse de energia, a água desceria do morro e o ar seria liberado, alimentando os geradores conectados à malha. Até agora, nada disso está disponível em escala.

Como não dá para controlar, o jeito é prever.

A Ercot contratou uma empresa para dar uma previsão, hora a hora, de como o vento vai se comportar em cada projeto eólico de sua malha durante as próximas 48 horas. São precisos medidores instalados na rede para alimentar essas previsões. A Bonneville está instalando medidores também.

Mas as previsões continuam frustrantes. Logo depois da meia-noite no Natal de 2007, um vento imprevisível bateu em Colorado, um Estado com muitas turbinas. A produção foi de quase zero para 775 megawatts no sistema operado pela Xcell Energy.

"Fomos sobrecarregados", diz Tom Imbler, vice-presidente de operações comerciais da Xcel. Para compensar, a empresa teve trabalho para reduzir a produção em algumas de suas termoeletricas. Essas usinas "nunca foram projetadas para aumentar e diminuir a produção no nível que estamos querendo que elas façam" na era da energia renovável. "Estamos aprendendo com a experiência."

Parece que todos já estão conformados com o fato de que terá que haver um Copenhague 2.

Barganha e mudança climática (Valor Econômico) 02/10/09

Por Noreena Hertz

As negociações sobre mudanças climáticas determinarão o futuro do planeta. É essencial que elas aconteçam no âmbito de estruturas e marcos que estimulem o acordo, ao colocar outros importantes temas multilaterais em discussão

Quando o panda sorri, o mundo aplaude. Ou foi o que pareceu, depois do recente discurso do presidente chinês Hu Jintao nas Nações Unidas. A julgar pela forma como a maioria da mídia noticiou as suas palavras, foi como se a China tivesse dado uma declaração importante sobre redução das emissões do gás-estufa.

Não deu. Tudo o que o presidente Hu disse foi que a China agora "se empenharia" em refrear as suas emissões de carbono numa dimensão "notável". Mas como se mede "empenho" ou "notável"? Como me disse uma pessoa com vínculos estreitos com a administração chinesa, ao ser pressionado: "O que foi dito na verdade foi completamente sem sentido". De fato, não havia nenhuma meta específica e, como qualquer observador da China sabe, o "enverdecimento" do governo é notícia velha. A política oficial chinesa nos anos recentes tem sido tornar o crescimento do PIB mais verde. Mas não à custa do próprio crescimento - e a China pretende crescer num ritmo bem veloz.

Pelo menos o panda sorriu. O pobre Barack Obama nem isso teve a oferecer. Ele não fez nenhuma promessa de reduzir as emissões nos Estados Unidos e, com as desgastantes batalhas por votos já em curso em torno da reforma dos serviços de saúde, me pergunto quanto tempo e energia Obama terá para se dedicar a imperativos ambientais.

Se tudo o que o mundo obteve desse encontro de líderes de governo na Assembleia Geral da ONU foi retórica sem conteúdo, a pior notícia é que ela obteve mais do mesmo no encontro do G-20 em Pittsburgh. Como me disse um ministro de Finanças, de forma bem melancólica, quando lhe perguntei o que havia sido obtido na questão da mudança climática: "Palavras", ele disse, "só palavras".

Considerando que restam pouco mais de dois meses até o encontro de cúpula de Copenhague sobre mudança climática, que deveria estruturar o acordo que substituirá o Protocolo de Kyoto, isso é deprimente. Talvez as únicas pessoas que não estejam subitamente surpresas sejam as que estão imersas nas negociações. Com mais de mil pontos ainda por acertar, todos os formuladores de política com os quais conversei recentemente disseram que eles não conseguem ver como um acordo significativo possa ser obtido até dezembro em Copenhague.

Na verdade, todos estão se preparando nos bastidores para um acordo "Copenhague 2", e para o que os envolvidos nas negociações estão chamando de "caminhada ainda mais árdua". Mesmo que algum tipo de comunicado oficial seja improvisado em dezembro, e países com eleições iminentes, como o Reino Unido, exercerão pressão para tanto, é difícil crer que ele conterá detalhes suficientes ou que refletirá o nível apropriado de comprometimento para surtir o impacto tão desesperadamente necessário.

"Copenhague 1" sempre esteve fadada a fracassar, em parte porque - e isso pode soar estranho a princípio - é toda sobre mudança climática. Apesar de os cortes nas emissões de CO2 e o acordo sobre obtenção de recursos e finanças serem metas necessárias, a realidade geopolítica é que a mudança climática não pode ser dissociada do comércio exterior ou das discussões sobre taxas de câmbio, o FMI, reforma da ONU, e assim por diante. Existe um "quid pro quo" que ninguém menciona explicitamente, mas que precisa ser abordado: os conflitos de escolha entre essas negociações,

não só dentro delas. Não ocorrerá nenhuma ação significativa sobre mudança climática enquanto ela não for acertada no âmbito desse esquema mais amplo.

Isso significa retirar o tema do seu compartimento atual e ser realista o bastante para entender que a posição do Brasil sobre a redução da floresta tropical, por exemplo, será afetada se o país receber ou não um assento no Conselho de Segurança da ONU. Isso significa ser sofisticado o bastante para entender que, enquanto a China se sentir pressionada a parar de respaldar o yuan, é pouco provável que cumpra os compromissos sobre as reduções das emissões.

A ampliação do raio de ação da próxima rodada de negociações, de forma que muito mais [itens] possam ser usados como fichas de barganha, poderá dificultar consideravelmente a tarefa dos negociadores. Mas isso também lhes conferiria margem de atuação consideravelmente maior. Na verdade, não existe nenhuma outra forma de evitar que o processo permaneça um jogo de soma zero.

É muito inquietante que "Copenhague 2" não só terá de navegar nesse terreno complicado, mas que precisará fazê-lo em menos de cinco anos. A bomba-relógio climática está acionada, e reina um senso de urgência palpável. Isso porque, como já alertou abertamente o Painel Intergovernamental sobre Mudança Climática da ONU, se as emissões não caírem antes de 2015, e só caírem desta data em diante (e a tendência global é que elas têm aumentado), chegaremos ao ponto em que será demasiado tarde para voltar.

Nesse ponto, os cenários de Juízo Final de secas, elevação do nível dos mares, guerras por energia e recursos e migração em massa se tornarão realidade. Apenas pense nas imagens das tempestades e inundações recentes nas Filipinas e no Vietnã, que desalojaram e mataram milhares de pessoas, e multiplique esses horrores muitas vezes. É com isso que estamos nos defrontando.

As negociações sobre mudança climática são provavelmente as mais importantes de toda a nossa vida pois seu desfecho determinará a sorte do nosso planeta. É essencial que elas aconteçam no âmbito de estruturas e marcos que estimulem o acordo, ao colocar outros importantes temas multilaterais em discussão. Os governos do mundo precisam ser capazes de fazer barganhas se pandas e presidentes fizerem mais do que sorrir.

Noreena Hertz é professora de Globalização, Sustentabilidade e Finanças na Escola de Finanças de Duisenberg, em Amsterdã, e professora convidada na Judge Business School, na Universidade de Cambridge. Seu livro mais recente é "The Silent Takeover" (A silenciosa tomada de controle). Copyright: Project Syndicate, 2009. www.project-syndicate.org

CNI focará pressão no Legislativo contra Petrobras como operadora única (Valor Econômico) 02/10/09

Danilo Fariello, de Brasília

Mascarenhas: "Quem não tem competidor não é capaz de aferir sua maior eficiência. Fugir disso é fugir do que a sociedade quer"

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) fechou ontem uma posição oficial a ser encaminhada a governo e parlamentares sobre os projetos de lei que tratam do pré-sal. Resignados sobre a tentativa de estimular o governo a rever o sistema de partilha da produção do óleo, o foco das demandas dos industriais estará no estabelecimento da Petrobras como operadora única dos campos e sobre os poderes que serão concedidos à nova estatal do setor, inicialmente chamada de Petro-sal.

Depois de reunir-se com o presidente da Petrobras no início da semana, José de Freitas Mascarenhas, presidente do conselho de infraestrutura da CNI, considerou "ingênua" a visão de José Sérgio Gabrielli ao minimizar a importância de a empresa ser operadora única. "Quem não tem competidor não é capaz de aferir sua maior eficiência. Fugir disso é fugir do que a sociedade quer" No debate na sede da Confederação, com representantes da indústria, do Ministério de Minas e Energia, do BNDES e do setor acadêmico, ficou evidente a preocupação dos potenciais fornecedores da estatal em tê-la como compradora única de seus produtos.

"A Petrobras peca por ter uma visão de si muito além do que seria razoável. Às vezes ela é mais que um Estado dentro do Estado", acrescentou Mascarenhas.

Os industriais acreditam que o modelo atual de concessões para a exploração do petróleo poderia ser adotado no pré-sal com apenas algumas modificações. Porém, o clima na reunião era de batalha perdida com relação à tentativa de dissuadir o governo sobre o modelo de partilha.

Na mesmo evento, o representante da Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), Roberto Ramos, defendeu que o novo marco regulatório do pré-sal tenha um tratamento diferenciado para o gás que será extraído das reservas. Na visão de Ramos, o sistema de partilha prevê que o governo terá também uma grande parte da produção de gás produzido, mas essa matéria-prima é muito menos rentável do que o petróleo, por isso a tarifação pode encarecer muito o seu aproveitamento.

A expectativa da associação é de grande volume de produção de gás nas áreas do pré-sal, mas, segundo Ramos, pelo modelo atual, ele poderia chegar às indústrias a preço acima dos US\$ 9 dólares por milhão de BTU (Unidade Térmica Britânica, usada como referência de preços). É por volta desse preço que o gás importado da Bolívia chega às indústrias do Sul e Sudeste hoje.

Na avaliação de Ramos, com dados preliminares, o gás do pré-sal é de alta qualidade e muito mais rico do que a proporção entre barris de petróleo e gás na Bacia de Campos, embora existam importantes problemas tecnológicos para seu aproveitamento.

Atualmente, a Petrobras usa cerca de 15% do gás para convertê-lo em energia elétrica para as próprias plataformas na Bacia de Campos, diz Ramos. Ele prevê que, para o pré-sal, será necessário usar 25% da produção de gás para o próprio sistema, segundo cálculos preliminares conservadores da Abiquim. "De cada cem mil barris extraídos, é possível gerar cerca de 100 MW."

Além desses 25%, mais gás pode ser reinjetado na terra para manter a pressão dos campos e evitar que ele seja jogado no ambiente, explicou. Ontem, a empresa anunciou que em novembro iniciará testes no campo terrestre de Miranga, na Bahia, para avaliar a tecnologia que poderá ser adotada para reinjeção de gás em alta pressão no pré-sal.

O desafio ambiental é grande já que, se jogado na atmosfera, o gás do pré-sal levaria ao ar 7 milhões de toneladas de gás carbônico por dia, ou 3,5% das emissões atuais brasileiras. Durante o debate, foi lembrado ainda que, mesmo antes da crise, o preço do gás nos EUA sempre esteve abaixo do preço no Brasil, de US\$ 9 o milhão de BTU. Atualmente, o preço do gás americano é de cerca de US\$ 3,00 pela mesma unidade de referência.

Contas públicas: Governos começam a sentir melhoras na arrecadação

Investimento cresce, mas superávit cai nos Estados (Valor Econômico) 02/10/09

Marta Watanabe, Carolina Mandl, Murillo Camarotto, César Felício e Ana Paula Grabois, de São Paulo, Recife, Belo Horizonte e do Rio

Carlos Santana, secretário de Fazenda da Bahia: Estado registra aumento do ICMS recolhido em alguns segmentos Mesmo com receitas muitas vezes abaixo das previstas inicialmente para 2009 e com crescimento apenas nominal na arrecadação de tributos na comparação com 2008, Estados como São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Espírito Santo tiveram, no acumulado até agosto, elevação real nos investimentos em relação ao mesmo período do ano passado. A consequência foi a redução do superávit primário.

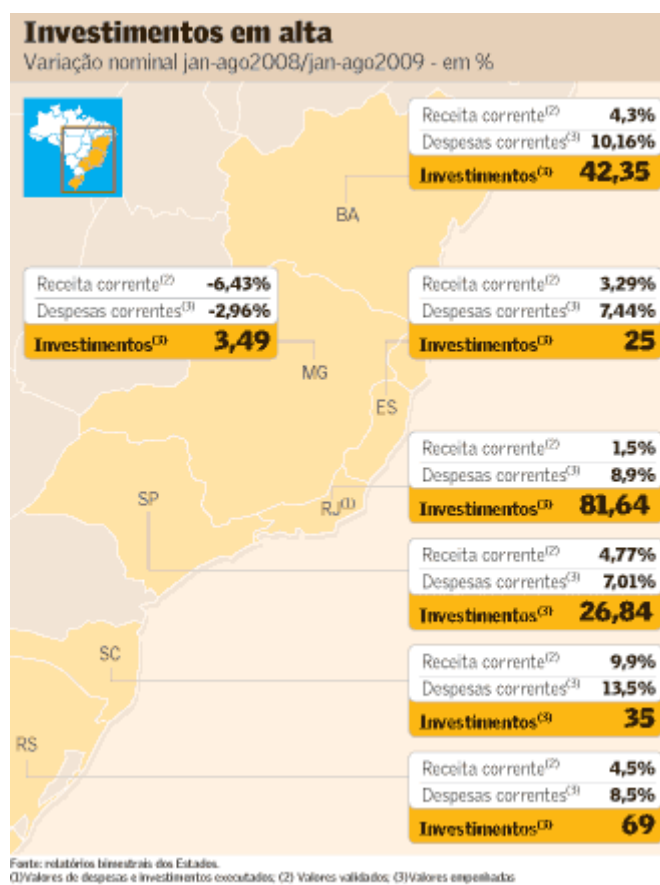
Em São Paulo, as receitas correntes totais tiveram aumento nominal de 4,77% no acumulado de janeiro a agosto de 2009 em comparação com o mesmo período do ano passado. As despesas correntes empenhadas subiram 7,01% nominais e os investimentos, 26,84%. O Estado terminou o segundo quadrimestre com superávit primário de R\$ 15,48 bilhões, abaixo dos R\$ 17,18 bilhões do mesmo período de 2008.

No Rio, a crise econômica internacional ainda produziu efeitos de baixa nas receitas do Estado até agosto, mas a máquina fluminense aumentou investimentos, gastos com pessoal e despesas de custeio. Tal combinação teve como consequência a queda de 45% no resultado primário de janeiro a agosto deste ano, na comparação com 2008. Impulsionados pelas contrapartidas do Estado nas obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), do governo federal, os investimentos estaduais subiram 81,64% e chegaram a R\$ 859,3 milhões até agosto.

A Bahia também não deve realizar as receitas previstas em orçamento. Até agosto, as receitas correntes aumentaram 4,3% em termos nominais na comparação com os primeiros oito meses de 2008. Os investimentos empenhados aumentaram 42,35%, e o resultado primário caiu de R\$ 1,95 bilhão, ao fim de agosto de 2008, para R\$ 1,28 bilhão no segundo quadrimestre deste ano.

O Espírito Santo foi um dos poucos Estados que previram desde o início crescimento zero de receitas para 2009. De acordo com os relatórios de execução, a receita corrente no acumulado até agosto havia crescido 3,29% em termos nominais em relação aos oito primeiros meses de 2008. As despesas correntes empenhadas aumentaram 7,44%, e os

investimentos, 25%. De forma semelhante a Bahia e São Paulo, o resultado primário capixaba teve queda de 20,26% em relação a igual período de 2008.



Segundo José Eduardo Azevedo, secretário de Governo do Espírito Santo, mesmo com o aperto nas contas, o governo do Estado resolveu elevar em 18% os investimentos com recursos próprios até o fim de 2009, na comparação com o ano passado. Como alvo principal de R\$ 1 bilhão em investimentos até o fim do ano, estão obras de infraestrutura e a interiorização de serviços de saúde e educação. Para 2010, a proposta do governo é manter investimentos em valores semelhantes aos deste ano.

O desempenho das receitas nos Estados no acumulado de janeiro a agosto foi afetado principalmente pela arrecadação do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), principal tributo dos governos estaduais. Em São Paulo, a arrecadação do imposto cresceu 1,2% nominal nos primeiros oito meses de 2009 em relação a igual período de 2008. Em termos reais, a perda foi de 3,8%.

Embora persista uma queda em relação ao ano passado, já há um indicador de recuperação da arrecadação na ponta. Na média móvel trimestral dessazonalizada, a arrecadação vem crescendo desde junho, com elevação de 2%. Apesar da alta, a previsão é que o patamar de arrecadação até o fim do ano ainda fique abaixo de 2008.

"O ano de 2008 foi atípico", diz Azevedo, do Espírito Santo, Estado no qual também o ICMS apresenta recuperação apenas com crescimento nominal, sem perspectiva de alcançar os valores de 2008, ano em que a arrecadação do imposto cresceu 18%. Segundo ele, o ICMS capixaba deve terminar 2009 com crescimento de 2% nominais. "É um breque depois de vários anos com crescimento entre 13% e 15%", diz.

O Espírito Santo ainda registra queda no recebimento de royalties do petróleo, além do ICMS recolhido pelas indústrias e pelos importadores. Há um crescimento nominal em relação ao ano passado em serviços de energia, telecomunicações e no varejo. "São os novos empreendimentos particulares e o comércio que estão puxando a arrecadação", avalia o secretário.

A Bahia é outro Estado que percebe o início de recuperação na arrecadação do imposto. Apesar da queda nominal de 4,8% no ICMS de janeiro a agosto em relação a igual período do ano passado, o secretário Carlos Martins Marques Santana chama a atenção para o crescimento do imposto recolhido na ponta por alguns segmentos.

Os atacadistas, por exemplo, apresentaram crescimento real (corrigido pelo IGP-M) de 3,08% no recolhimento de ICMS, no acumulado até agosto na comparação com 2008. O desempenho foi puxado pela ponta no bimestre julho/agosto, quando a elevação foi maior, de 8,92% em relação aos mesmos meses de 2008. O varejo, no ramo de pequenos comerciantes e lojas de departamentos, cresceu 3,93% no acumulado até agosto e 9,88% no bimestre julho e agosto. Serviços como telecomunicações e energia elétrica também tiveram reação nos últimos meses. Juntos, os dois serviços registram alta de 5,26% no ICMS recolhido em julho e agosto, na comparação com o mesmo bimestre de 2008. No acumulado dos oito primeiros meses, a elevação ficou em cerca de 3%. A indústria apresentou reação mais forte no bimestre julho e agosto, com aumento de 11,92% em relação ao ano passado. No acumulado ainda há queda de 1%.

Santana diz que o ICMS total ainda não se recuperou tanto por causa da cadeia petroquímica, que representa cerca de 25% da arrecadação baiana. O crescimento do recolhimento na ponta, com tendência de elevação na comparação com o mês anterior, desde maio, porém, tem dado perspectivas melhores ao Estado, diz o secretário.

A Bahia contingenciou cerca de R\$ 1 bilhão no início do ano. O orçamento original previa 10,12 bilhões de ICMS, previsão corrigida para R\$ 9,71 bilhões. Segundo Santana, é possível que o governo tire R\$ 500 milhões do contingenciamento, mas a Fazenda deve esperar até o fim do ano para verificar se terá receitas suficientes para isso. Para o secretário, o ICMS não terá em 2009 ganho real em relação ao ano passado.

No Rio, o ritmo de alta da arrecadação de impostos registrou desaceleração e foi sentida forte redução de recebimento de royalties, a segunda maior fonte de arrecadação estadual. Sob efeito da queda da cotação do barril de petróleo e da valorização do real, a receita de royalties e participações especiais do petróleo caiu 32,3% de janeiro a agosto e somou R\$ 3,03 bilhões. Com essa queda, a receita corrente, cresceu apenas 1,57%. A arrecadação tributária subiu 8,37%, com alta de 4,9% no ICMS.

O aumento das despesas ainda foi pressionado pelas altas de 9,7% no pagamento de pessoal e de 14% no custeio da máquina. O Rio também aumentou gastos com pagamento de dívidas. Foram R\$ 813 milhões nos oito primeiros meses deste ano, correspondendo ao elevação de 52,5% sobre o mesmo período de 2008.

Em Minas Gerais, arrecadação de ICMS recobrou fôlego depois de maio, com crescimento em todos os setores, mas com um resultado aquém do registrado no ano passado e abaixo do orçado para 2009. Segundo a secretária de Planejamento e Gestão, Renata Vilhena, a perspectiva é que Minas arrecade até dezembro R\$ 21,4 bilhões, ante R\$ 22,3 bilhões no ano passado e uma previsão de R\$ 23,7 bilhões na peça orçamentária. É uma redução nominal de 4%.

A receita de ICMS começou a reagir no fim do quadrimestre passado, mas não passou de R\$ 6,69 bilhões entre janeiro e abril, 6,6% a menos que o registrado no primeiro quadrimestre de 2008. Entre maio e agosto, o ICMS passou para R\$ 7,179 bilhões, 7,7% a mais que no quadrimestre anterior, mas 4,9% abaixo de igual período em 2008.

Isso fez com que, mesmo sem reajustes salariais, o peso da folha se aproximasse do limite prudencial da lei de responsabilidade fiscal. No fim do primeiro quadrimestre, a folha do Executivo já estava em 46,4% da receita corrente líquida, apenas 0,15% a menos do que determina a lei.

Em Pernambuco, o elevado ritmo da atividade econômica fez com que a arrecadação de impostos garantisse crescimento nominal de 6,5% das receitas correntes - as não financeiras - do Estado de janeiro a agosto deste ano ante igual período de 2008.

Os recursos obtidos por meio do ICMS e do IPVA registraram elevação de 8,8%, em linha com as previsões do governo pernambucano para o ano. Os dois tributos acabaram compensando a queda dos repasses do Fundo de Participação dos Estados (FPE), de 4,8%, e da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide), de 65,4%. Segundo cálculos da Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas de Pernambuco, o PIB do Estado cresceu 3,8% nos primeiros seis meses do ano em comparação com igual semestre de 2008. O PIB nacional registrou queda de 1,5% no mesmo período, de acordo com IBGE.

Diversos empreendimentos que foram inaugurados neste ano - como as fábricas da Bunge e da Brasil Foods - ou que estão em obras - caso da refinaria Abreu e Lima - elevaram o ritmo da atividade econômica em Pernambuco.

Por enquanto, o efeito mais visível da turbulência econômica aparece na última linha do balanço do Estado. O superávit acumulado está em R\$ 630,5 milhões, metade do registrado em igual intervalo de 2008. "O governo não quis comprometer os investimentos, por isso aproveitamos para gastar parte da poupança de R\$ 300 milhões que fizemos

durante o ano passado", explica Djalmo Leão, secretário da Fazenda. Além de utilizar essa reserva, Pernambuco ainda tomou R\$ 276 milhões em empréstimos do BNDES. O Estado investiu R\$ 610,3 milhões até agosto, uma alta de 65% ante os oito primeiros meses de 2008.

O maior gasto com a folha de pagamento também contribuiu para a redução do superávit. As despesas com o quadro de servidores cresceu 14,9%. Segundo Leão, isso se deveu à contratação de 4.500 funcionários, entre professores e policiais, além de alguns reajustes concedidos. Apesar disso, o Estado ainda está dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, 44,3% das receitas correntes.

Partilha é 'cláusula pétrea' do pré-sal, diz secretário (Estadão Online14:38h) 01/10/09

LEONARDO GOY - Agencia Estado

BRASÍLIA - O secretário de Petróleo e Gás do Ministério de Minas e Energia, Marco Antônio Martins Almeida, afirmou hoje que a proposta de se estabelecer um sistema de partilha para a produção petrolífera do pré-sal é uma "cláusula pétrea" dos projetos para o marco regulatório do setor. Almeida, que foi um dos principais técnicos responsáveis pela elaboração dos quatro projetos do pré-sal, informou que os técnicos que atuaram junto à comissão interministerial autora do modelo regulatório já fizeram uma reunião para analisar as mais de 800 emendas apresentadas pelos deputados às propostas. "A reunião, porém, não foi conclusiva", disse.

A uma pergunta sobre o fato de muitas emendas dos deputados questionarem a proposta de atribuir à Petrobras a condição de operadora única do pré-sal, o secretário afirmou que não é intenção do governo ceder nesse ponto.

Almeida participou hoje de um seminário na Confederação Nacional da Indústria (CNI), em Brasília, sobre o marco regulatório do pré-sal. Durante o debate, representantes da iniciativa privada criticaram o modelo de partilha afirmando que ele não incentiva a eficiência na operação, porque prevê que, uma vez encontrado petróleo, os custos operacionais serão pagos integralmente com parte do óleo da produção. O restante do óleo é que será partilhado como lucro entre a União e os consórcios.

"É preciso ter um maior controle do investimento. Nesse sistema, o operador pode não ter interesse em buscar mais eficiência", afirmou o secretário-executivo do Instituto Brasileiro do Petróleo (IBP), Álvaro Alves Teixeira. "Na partilha, se desestimula a eficiência, pois os custos são remunerados", disse o consultor Luiz Costamilan.

O governo vem argumentando que o controle dos gastos da operação do pré-sal será feito pela nova estatal prevista no modelo, que deverá se chamar Petro-Sal. Segundo Almeida, a Petro-Sal será uma espécie de auditora da produção, justamente para evitar custos muito altos, que acabariam por reduzir a fatia do óleo a ser destinada à União.

Comissão do Senado discute regime de incentivos para fontes alternativas (CanalEnergia) 01/10/09

Caso seja aprovado na próxima reunião, projeto será votado na Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa

Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado discutiu nesta quinta-feira, 1º de outubro, proposta que institui o Regime Especial de Tributação para o Incentivo ao Desenvolvimento e à Produção de Fontes Alternativas de Energia Elétrica (Reinfa), que estabelece medidas de estímulo à produção e ao consumo de energia limpa. O projeto de lei (PLS 311/09), do senador Fernando Collor (PTB-AL), deverá ser votado na próxima reunião da comissão. Caso seja aprovado pela CI, o projeto será ainda votado na Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

O projeto estabelece que poderão se beneficiar do benefício empresas que trabalham com geração de energia eólica, solar e marítima, assim como as que exercem atividades de pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração desse tipo de energia, ou de novas tecnologias ou materiais de armazenamento de energia. As empresas que lidam com produção de veículos tracionados por motor elétrico, híbridos ou não, também poderão ter acesso ao benefício.

O PL determina ainda que essas empresas ficarão isentas de uma série de contribuições e impostos, como o PIS/Cofins, incidentes sobre a receita bruta, assim como o Imposto de Importação incidente sobre os bens, sem similar nacional, necessários às atividades desenvolvidas pelos empresários. Entretanto, para ter acesso ao Reinfra, as empresas terão que estar em dia com os tributos e as contribuições administradas pela Secretaria da Receita Federal.

Para o autor da proposta, o que limita a exploração do potencial de fontes limpas é o alto custo do empreendimento, se comparado às fontes convencionais, como as hidrelétricas e térmicas. Segundo Collor, é oportuna a redução da carga tributária incidente sobre essas fontes alternativas, de modo a dar a elas condições para seu desenvolvimento e exploração no Brasil.

O relator do projeto, o senador Gilberto Goellner (DEM-MT), deu parecer favorável. Ele reconheceu que a carga tributária brasileira é alta, o que inibe uma maior aplicação de novas tecnologias. Goellner apresentou sugestões de aprimoramento do texto. Uma delas inclui entre as empresas beneficiárias do Reinfra as pessoas jurídicas que exerçam pesquisa, desenvolvimento e produção de equipamentos utilizados na geração de energia por biomassa ou por pequenas centrais hidrelétricas. O relator também propõe a isenção do PIS/Pasep e Cofins sobre bens adquiridos no mercado interno e ao aviso desta inexigibilidade nas notas fiscais.

Itaipu - A CI aprovou também nesta quinta-feira, 1º, a realização de audiência pública a fim de esclarecimentos sobre as condições de renegociação do tratado de Itaipu entre os governos brasileiro e paraguaio. Os convidados são os ministros das Minas e Energia, Edison Lobão, e das Relações Exteriores, Celso Amorim. O senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA), que solicitou a audiência, explicou que o governo nega que as mudanças irão acarretar prejuízos aos consumidores e ao interesse nacional, enquanto técnicos da área afirmam que o reajuste feito irá encarecer a energia, além de poder oferecer dano ao setor elétrico e à Eletrobrás. O senador informou que a comissão aguarda a confirmação da agenda dos ministros para marcar a data da audiência. O requerimento já foi aprovado nas comissões de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que promoverão a audiência em conjunto com a CI.

Fernando Luiz Zancan, da ABCM: A operação hidrotérmica e o papel do carvão mineral (CanalEnergia) 01/10/09

Se adotarmos a política energética correta, sem demonizar ou agregar externalidades ao custo da geração a carvão, teremos uma matriz equilibrada, que contemplará a modicidade tarifária
Fernando Luiz Zancan, da ABCM, Artigos e Entrevistas

O sistema elétrico brasileiro tem característica operacional própria e original entre os grandes sistemas do mundo, em função da elevadíssima proporção de energia hidráulica que utiliza.

Nas usinas hidráulicas o aflúvio aos reservatórios depende da meteorologia, com ciclos anuais e plurianuais. A otimização do uso da energia hidráulica requer confronto entre valores presentes e futuros, especialmente quanto à água acumulada nos reservatórios. As usinas termelétricas têm, nesse contexto, papel relevante de otimização do uso dos recursos hídricos, apesar de sua pequena contribuição à geração total de eletricidade.

Cada usina termelétrica, conforme sua tecnologia e condições de suprimento de combustíveis, caracteriza-se pela sua maior ou menor flexibilidade na geração de energia complementar à de origem hidráulica. Classifica-se, em função disso a sua capacidade em uma parcela flexível e outra inflexível.

A coordenação da operação hidrotérmica brasileira, conforme hoje se conhece, consolidou-se a partir do fortalecimento da integração física dos sistemas elétricos sul e sudeste impulsionado pela construção de Itaipu. Também da lei de Itaipu de 1973 veio o princípio de “rateio de ônus e vantagens decorrentes do consumo de combustíveis fósseis para geração de energia elétrica” e criou-se a Conta de Consumo de Combustíveis (CCC).

Na prática a programação da geração térmica complementar é feita anualmente com base em metodologia que envolve grande número de informações e é aplicada através de complexo modelo de computação. Dessa programação resulta a expectativa de consumo de combustíveis e o respectivo rateio do seu custo total. Com essa complementação termelétrica, é possível realizar a otimização do sistema, porque, se a térmica for flexível, quando há água em abundância numa região, as usinas térmicas deixam de ser despachadas e gera-se energia elétrica barata com a água que ia ser jogada fora.

O mecanismo de otimização dos sistemas elétricos interligados, trouxe ganhos significativos e dispêndios moderados. Fazendo uma análise do período de 1985 a 1999, com dados do GCOI, o benefício da operação do sistema hidrotérmico resultante do aproveitamento de energia hidrelétrica secundária propiciado pela capacidade flexível das usinas térmicas,

e medida pelo valor da geração térmica evitada, foi de US\$ 345 milhões anuais. No mesmo período o dispêndio médio com a aquisição de combustíveis para a geração térmica foi de US\$ 153 milhões. Em termos relativos as despesas com a compra de combustíveis por esse mecanismo girou em torno de 2% do faturamento total das concessionárias de distribuição do sistema interligado que, em termos finais, traduz-se por tarifas mais baixas para o consumidor final. Quantificando com outro método o sistema de operação de forma cooperativa, o resultado do todo traz mais energia do que a soma do máximo das partes. Isso fez com que o país evitasse se sobreequipar e sobreinvestir em US\$ 10 bilhões em duas décadas, atendendo um mercado 24% maior do que poderia ser atendido se o sistema fosse operado com cada usina buscando se maximizar.

A necessária ampliação na capacidade instalada de geração, que deve ser preponderantemente hidráulica, necessitará de energia firme. Deve-se levar em conta que a capacidade de armazenagem de água nos reservatórios – entenda-se energia - está caindo, em face da redução dos reservatórios por exigência ambiental: as usinas hidráulicas antigas tinham reservatórios com capacidade de armazenamento de 0,51 Km²/MW e hoje temos apenas 0,06 Km²/MW. Teremos a cada vez mais a necessidade e a conveniência da operação hidrotérmica otimizada. Espera-se uma participação de até 30 % da potência total instalada de térmicas no sistema interligado. Portanto, aumentado-se as hidráulicas teremos que inexoravelmente crescer as térmicas, mas a elevada participação hidráulica na matriz ainda deverá perdurar ao longo das próximas duas décadas.

Tratando-se especificamente das usinas térmicas, cabe ressaltar que na Lei 9648/98 a CCC foi praticamente extinta, restando apenas no sistema isolado, que tem um conceito diferente e não deve ser usada para efeito de comparação.

O novo modelo do setor elétrico, criado pelo governo Lula, que tem como uma de suas principais premissas a modicidade tarifária, reconheceu o modelo hidrotérmico e suas vantagens para a Sociedade e o conceito de pagamento do combustível foi novamente repassado ao consumidor sob nova forma.

O modelo de leilão para a energia nova implementado pela MME com gestão da EPE traz, no seu bojo, o pagamento da disponibilidade das usinas e ao mesmo tempo o pagamento do despacho (combustível) inserido na tarifa paga pelo consumidor, valor variável conforme a necessidade do sistema. A velha CCC volta de outra forma.

Hoje temos grandes discussões – inclusive CPIs - sobre o aumento das tarifas, que estão em níveis de primeiro mundo. Creio que os resultados do modelo de leilão de energia nova devam ser reavaliados. O mercado é muito criativo e muitas vezes as condições de contorno, ocultas ou que não bem avaliadas pelo órgão gestor desta política, levam a distorções no resultado esperado. Vejamos: assimetrias tributárias e distorções nos dados de entrada nos modelos de leilão levaram a instalação de um parque térmico exclusivamente a óleo combustível que, se despachado acima do previsto na modelagem, elevarão o custo final da energia ao consumidor.

Portanto a modicidade tarifária estará comprometida. Outras consequências são: a) o excesso de oferta no nordeste e carência no sul e sudeste devido a restrições de transmissão e, b) a incerteza do custo de combustível devido à volatilidade dos preços do petróleo e do gás, que são a base desta expansão até 2014. Entendemos que isso é um processo de aprendizagem e, portanto, sujeito a ajustes. Leilões regionais, modificação dos parâmetros do leilão no cálculo do ICB, tal como o uso da matriz originária do cálculo da garantia física para o cálculo do COP/CEC devem ser considerados como forma de otimização do modelo. O MME já está fazendo leilões de reserva para biomassa e para eólicas, porque não fazer para outras fontes?

É importante manter os benefícios da otimização hidrotérmica. Reconhecendo-se a característica essencial do nosso sistema hidrotérmico que é a necessidade de geração térmica flexível ajustada à hidrologia de cada ano. Mister se faz viabilizar a implementação de um parque térmico de usinas a carvão mineral. Diferente da geração termonuclear que, face as suas características, não pode modular no sistema hidrotérmico, a geração térmica a carvão pode fazê-lo e, também, pode ser usada na geração de base, sendo a mais competitiva.

Adicionalmente ao exposto sobre a importância da operação hidrotérmica para o Brasil, especificamente quanto a térmicas flexíveis, cujo combustível pode ser estocado, cabe salientar as vantagens macroeconômicas do aproveitamento do carvão mineral nacional para o abastecimento de energia elétrica em nosso País, em especial: combustível em moeda nacional (sem influência do câmbio), menor impacto na balança de transações correntes, geração de emprego e renda e disponibilidade de reservas para suprir cerca de 18 mil MW em mais de 100 anos o que contribui para a segurança energética do Brasil.

Temos a certeza que se adotarmos a política energética correta, sem “demonizar” ou agregar externalidades ao custo da geração a carvão – como taxa ou compensação de gases de efeito estufa – num país que precisa crescer e usar todas as fontes de energia para tal, teremos uma matriz equilibrada que contemplará, a modicidade tarifária - preservando nossa competitividade industrial – a segurança energética e a preservação ambiental.

Fernando Luiz Zancan é presidente da Associação Brasileira do Carvão Mineral

Cemig GT inicia emissão de R\$ 2,7 bilhões em notas promissórias (CanalEnergia) 01/10/09

Empresa fará distribuição de 270 notas, com valor unitário de R\$ 10 milhões, para financiar aquisição da Terna Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Cemig GT iniciou a distribuição de 270 notas promissórias comerciais da terceira emissão. De acordo com a empresa, as notas serão distribuídas em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, totalizando R\$ 2,7 bilhões. A operação foi aprovada em reuniões do conselho de administração da empresa nos dias 23 de julho e 27 de agosto. O BB Banco de Investimentos S.A. é o coordenador líder da emissão.

A data de emissão das notas será a data de sua efetiva subscrição e integralização. O prazo de vencimento das notas promissórias será de 180 dias, a contar da data de subscrição. Sobre o valor nominal unitário das notas promissórias incidirão juros remuneratórios à taxa de 113% da taxa média do CDI, ao ano over. A operação foi estruturada para a aquisição da Terna Participações, por meio da sociedade de propósito específico Taesa, formada pela Cemig GT, com 49% de participação, e por um fundo de investimentos do Banco Modal S/A, com 51%. A operação foi aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica na semana passada.

MPX Energia ON encerra em baixa de 3,23% (CanalEnergia) 01/10/09

Tractebel ON fecha com alta de 1,15%. IEE chega aos 22.234 pontos com baixa de 0,43%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A MPX Energia ON encerrou em baixa de 3,23% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quinta-feira, 1º de outubro. Outros resultados negativos marcaram o encerramento do pregão, como o da Eletrobrás PNB (-2,17%), o da Coelce PNA (-1,48%) e o da Cemig PN (-1,11%). A Tractebel ON fechou com alta de 1,15%, seguida pela AES Eletropaulo PNB (0,77%). O IEE alcançou os 22.234 pontos e encerrou em baixa de 0,43%. O Ibovespa também fechou em baixa, com -1,72%, aos 60.459 pontos.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,77%
AES Tietê PN: 0,70%
Celesc PNB: -0,47%
Cemig PN: -1,11%
Cesp PNB: -0,28%
Coelce PNA: -1,48%
Copel PNB: -0,99%
CPFL Energia ON: -0,56%
Eletrobrás PNB: -2,17%
Energias do Brasil ON: 0,34%
Equatorial ON: -0,29%
Light ON: 0,32%
MPX Energia ON: -3,23%
Tractebel ON: 1,15%
Terna Participações UNT: 0,13%
Transmissão Paulista PN: 0,70%

Abdan: TCU quer rever novos contratos de Angra 3 (CanalEnergia) 01/10/09

Associação e Apine estudam emenda constitucional para permitir setor privado na área nuclear
Alexandre Canazio, da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

O Tribunal de Contas da União, depois de analisar os contratos de construção de Angra 3 (RJ-1.350 MW), pretende analisar outros contratos da usina. Segundo Antonio Muller, presidente da Associação Brasileira de Desenvolvimento das Atividades Nucleares, ainda não está certo quais contratos serão revistos, mas a obra tem grandes negócios como envoltório metálico, de equipamento e de fornecimento global. Ele disse ainda que a Eletronuclear já se antecipou e está em conversação com o TCU.

Ele lembrou que a revisão do contrato com a Andrade Gutierrez, que resultou em uma economia de R\$ 120 milhões, adiou em seis meses o início da retomada das obras. "Eles estão fazendo, realmente, um trabalho cuidadoso e competente. Acho que vai dar certo", afirmou o executivo, em entrevista após participar do Enase2009 - 6º Encontro Nacional dos Agentes do Setor Elétrico na última quarta-feira, 30 de setembro.

Depois de muita discussão, o projeto da usina nuclear começa a sair do papel. Nesta sexta-feira, 2 de outubro, a empresa assina a primeira ordem de serviço, que dará início aos preparativos para a construção, que deve começar em 1º de dezembro. A expectativa é que a operação seja iniciada no primeiro semestre de 2015. O governo ainda não definiu como será a comercialização da energia da usina.

Ao mesmo tempo que toca Angra 3, a Eletronuclear está pesquisando as áreas para a instalação de um complexo nuclear, que poderá abrigar até seis usinas de até 1 mil MW cada, no Nordeste. Muller adiantou que, ainda em outubro, a empresa deve divulgar uma primeira listagem com os locais descartado para o empreendimento. A empresa está pesquisando áreas nos estados da Bahia, Pernambuco, Alagoas e Sergipe.

"Eles olham se tem falha, muita população por perto, se tem água. Eles têm um ranking muito grande de opções", contou Muller. O local do complexo nordestino deve ser anunciado no ano que vem. Pelo cronograma, a primeira usina deve entrar em operação em 2019. Outro complexo deve ser erguido no Sudeste. As apostas são que o projeto fique entre o Norte do Rio de Janeiro e o Sul do Espírito Santo.

"Deve haver pesquisa em São Paulo, mas o estado ainda está resistente", observou. Neste caso, a primeira usina entra em operação em 2021. Segundo Muller, os investimentos ainda não estão definidos, mas as novas usinas, em nível mundial, estão saindo por valores entre US\$ 3 mil e US\$ 4 mil por kW instalado. Ou seja, as novas usinas podem custar cerca de US\$ 4 bilhões cada.

Devido aos altos valores envolvidos, a Abdan e a Associação de Produtores Independentes de Energia Elétrica estão trabalhando, conjuntamente, para apresentar uma Proposta de Emenda Constitucional para permitir a entrada de investidores privados nacionais e internacionais nos projetos. A pretensão é que o setor privado seja majoritário nos projetos para evitar as burocracias imputadas às estatais.

APMPE projeta potencial de investimento de R\$ 130 bilhões em PCHs nos próximos 15 anos (CanalEnergia) 01/10/09

Cálculo considera potencial teórico de 15.454 MW ainda não explorados e 8.004 MW de projetos que estão em análise pela Aneel ou em elaboração

Fábio Couto, da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Associação Brasileira dos Pequenos e Médios Produtores de Energia Elétrica projetou um mercado potencial de pequenas centrais hidrelétricas que demandará um aporte de investimentos da ordem de R\$ 130 bilhões ao longo dos próximos 15 anos. Segundo o presidente da APMPE, Ricardo Pigatto, o cálculo considera um potencial teórico de 15.454 MW ainda não explorados, e 8.004 MW de projetos que estão em análise pela Agência Nacional de Energia Elétrica ou em fase de elaboração.

O montante considera um custo médio de R\$ 5.500 por kW instalado. No entanto, segundo Pigatto, um dos pontos que demandam aperfeiçoamento é a financiabilidade destes projetos. Na avaliação dele, o governo precisa criar condições de financiamento compatíveis com o papel das fontes alternativas no atual contexto energético.

Segundo ele, enquanto uma grande usina possui prazos de financiamento entre 20 e 25 anos, uma PCH obtém crédito com prazo máximo de 14 anos. Além disso, reduzir juros e o índice de cobertura da dívida, além de adotar critérios de project finance, seriam medidas que ajudam a viabilizar novos empreendimentos.

Ao participar do segundo dia Enase 2009 - 6º Encontro Nacional de Agentes do Setor Elétrico, realizado na última quarta-feira, 30 de setembro, Pigatto aproveitou a ocasião para chamar a atenção para os preços iniciais da energia hídrica em leilões de energia nova. Relembrando que no último leilão A-3 o preço teto havia sido fixado em R\$ 144 por MWh, Pigatto observou que esse patamar não permite remunerar o investimento de forma adequada. Para ele, um valor da ordem de R\$ 165 por MWh seria mais compatível com o empreendimento, sem prejudicar a competitividade.

Cogen e Coomex realizam workshop sobre a integração da biomassa na matriz elétrica (CanalEnergia) 01/10/09

Evento tratará de temas como foco no fortalecimento da matriz energética, viabilidade da bioeletricidade e projeção de preços da energia

Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

A Associação da Indústria de Cogeração de Energia e a Coomex realizarão no próximo dia 22 de outubro o workshop "Integração da Bioeletricidade na Matriz Elétrica - Oportunidade de Oferta e Cenários para 2010 e 2011". O evento debaterá temas como foco no fortalecimento da matriz energética, viabilidade da bioeletricidade e projeção de preços da energia.

Participam do workshop o diretor geral da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hubner, o diretor geral do Operador Nacional do Sistema Elétrico, Hermes Chipp, e o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Nivalde de Castro.

Segundo o diretor de Operações e Trading da Coomex, Cláudio Monteiro da Costa, o evento faz parte do Sugar & Ethanol Dinner 2009 e pretende reunir todos segmentos da cadeia de produção e comercialização de energia nos dois ambientes de contratação - regulado e livre: empreendedores de geração, conexão, consumidores livres regulares e de fontes incentivadas, além de investidores.

Já o vice-presidente executivo da Cogen, Carlos Roberto Silvestrin, destacou ainda que o tratamento da bioeletricidade é o de uma energia premium, valorizada no aspecto ambiental e no foco da sustentabilidade. Castro ressaltou que apresentará estudo sobre externalidades e competitividade da bioeletricidade, não visualizadas pela atual estrutura regulatória.

Serviço:

Evento: Workshop "Integração da Bioeletricidade na Matriz Elétrica - Oportunidade de Oferta e Cenários para 2010 e 2011"

Data: 22 de outubro

Local: Sheraton São Paulo WTC Hotel

Informações: (11) 3815-4887 / 3815-0031 ou pelo e-mail tatiana@cogen.com.br

UTE Camaçari Muricy I inicia operação comercial de 148 MW por tempo determinado (CanalEnergia) 01/10/09

Aneel liberada oito unidades geradoras, de 18,5 MW cada, de usina localizada na Bahia
Da Agência CanalEnergia, Operação e Manutenção

A Agência Nacional de Energia Elétrica autorizou o início da operação comercial de oito unidades geradoras da termelétrica Camaçari Muricy I. Cada unidade tem 18,5 MW, totalizando 148 MW de potência instalada. Localizada no município de Camaçari, na Bahia, a usina terá tempo determinado de operação. Com início nesta quarta-feira, 30 de setembro, a térmica vai operar até o dia 31 de dezembro, segundo despacho 3.691 do Diário Oficial da União.

Sobradinho trabalha com 66,93% da capacidade (CanalEnergia) 01/10/09

Reservatórios do Nordeste atingem 69,1% do volume armazenado. Índice está 40,1% acima da curva de aversão ao risco, segundo ONS

Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A hidrelétrica de Sobradinho opera com 66,93% da capacidade de armazenamento, segundo dados do boletim do Operador Nacional do Sistema Elétrico referentes à última quarta-feira, 30 de setembro. Os reservatórios do Nordeste atingem 69,1% do volume acumulado. Confira abaixo a situação de cada submercado:

Submercado Norte - Os reservatórios registram baixa de 0,3%, atingindo 53,4% do volume acumulado. A hidrelétrica de Tucuruí trabalha com 39,01% da capacidade armazenada.

Submercado Sudeste/Centro-Oeste - Os reservatórios registram baixa de 0,1%, atingindo 70,3% do volume. O índice está 40,3% acima da curva de aversão ao risco. As usinas de Furnas e Jurumirim operam com 84,87% e 90,09%, respectivamente.

Submercado Sul - O nível dos reservatórios chega a 94,4%, com baixa de 1,1%. O índice está 81,4% acima da curva de aversão ao risco. A hidrelétrica de Campos Novos trabalha com 91,40% da capacidade de armazenamento.

Submercado Nordeste - Os reservatórios atingem 69,1% do volume acumulado, com baixa de 0,4%. O índice está 40,1% acima da curva de aversão ao risco. A usina de Sobradinho opera com 66,93% da capacidade.

Coelce inicia pagamento da primeira parcela de dividendos de 2008 (CanalEnergia) 01/10/09

Parcela corresponde a 25% do montante total deliberado em assembleia em abril
Da Agência CanalEnergia, Investimentos e Finanças

A Coelce (CE) efetuará nesta quarta-feira, 30 de setembro, o pagamento da primeira parcela dos dividendos referentes ao ano de 2008. A parcela corresponde a 25% do montante total deliberado em assembleia geral ordinária de acionistas da companhia, realizada no dia 30 de abril. De acordo com a empresa, os dividendos serão creditados aos detentores de ações em 30 de abril no valor de R\$ 0,8449323 por ação ordinária, preferencial classe "A" e preferencial classe "B".

MPX Energia ON registra queda de 2,02% (CanalEnergia) 01/10/09

Tractebel ON registra alta de 1,20%. IEE alcança os 22.249 pontos com baixa de 0,36%
Da Agência CanalEnergia, Noticiário

A MPX Energia ON opera em queda de 2,02% no pregão da Bolsa de Valores de São Paulo desta quinta-feira, 1º de outubro. O setor elétrico registra outros resultados negativos com a Eletrobrás PNB (-2,01%) e a Celesc PNB (-1,61%). A Tractebel ON opera em alta de 1,20%, acompanhada pela AES Eletropaulo PNB (0,88%) e AES Tietê PN que registrou 0,80%. O Índice de Energia Elétrica alcançou os 22.249 pontos, com baixa de 0,36% assim como o Ibovespa, que chegou aos 60.617 pontos e registrou baixa de 1,46%.

Confira abaixo o desempenho das ações que compõem o IEE no pregão de hoje:

AES Eletropaulo PNB: 0,88%
AES Tietê PN: 0,80%
Celesc PNB: -1,61%
Cemig PN: -0,81%
Cesp PNB: -0,83%
Coelce PNA: -0,49%
Copel PNB: -0,73%
CPFL Energia ON: -0,88%
Eletrobrás PNB: -2,01%
Energias do Brasil ON: -0,07%
Equatorial ON: 0,57%
Light ON: 0,45%
MPX Energia ON: -2,02%
Tractebel ON: 1,20%
Terna Part UNT: 0,25%
Transmissão Paulista PN: 0,62%

Aprovados índices de DEC e FEC de seis distribuidoras (CanalEnergia) 01/10/09

Metas valem para Celpe, Energisa Borborema, Energisa Paraíba, Demei Ijuí, Hidropan e Unhenpal no período 2010 - 2013

Danilo Oliveira, da Agência CanalEnergia, Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica aprovou na última terça-feira, 29 de setembro, os indicadores de continuidade de serviços de distribuição - DEC e FEC - para as empresas Celpe (PE), Energisa Borborema (PB), Energisa Paraíba,

Departamento Municipal de Energia de Ijuí (RS), Hidropan (RS) e Unhenpal (RS) no período 2010 - 2013. A Celpe deverá reduzir no período seu DEC de 18,73 para 16,14 e seu FEC de 17,84 para 12,25.

Entre 2010 e 2013, a Energisa Borborema deverá diminuir de 16,94 para 14,23 o DEC e de 17,31 para 12,02 o FEC. A Energisa Paraíba tem como metas as diminuições do índice de DEC de 32,58 para 25,68 e do FEC de 24,97 para 16. As metas de DEC e FEC da Demei são de reduções de 14 para 13,31 e de 16 para 13,26, respectivamente. A meta de DEC do Hidropan deverá ser reduzida de 29,11, em 2010, para 18,67, em 2013. Já a meta de FEC da empresa tem como meta a redução de 26,11 para 16,34. A Unhenpal terá que reduzir de 20,28 para 17,10 a meta de DEC, e de 21,95 para 15,54, a de FEC, de acordo com a Aneel.

Alerj realiza audiência pública sobre três PCHs nesta quinta-feira (CanalEnergia) 01/10/09

Objetivo é acompanhar processos de licenciamento das usinas de São Sebastião, de Santo Antonio e do Caju junto ao INEA
Da Agência CanalEnergia, Meio Ambiente

A Comissão de Defesa do Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro realiza nesta quinta-feira, 1º de outubro, uma audiência pública sobre as pequenas centrais hidrelétricas de São Sebastião, de Santo Antonio e do Caju. O objetivo é acompanhar os processos de licenciamento das PCHs junto ao Instituto Estadual do Ambiente. Entre os convocados para a audiência estão a secretária de Estado do Ambiente, Marilene Ramos; o presidente do Inea, Luiz Firmino; o diretor do Grupo Energisa, Claudio Brandão e o diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica, Nelson Hubner.

MME divulga sistemática do leilão de eólicas (CanalEnergia) 01/10/09

Certame que acontece dia 25 de novembro será realizado em duas etapas
Da Agência CanalEnergia, Planejamento e Expansão

O Ministério de Minas e Energia publicou no Diário Oficial da União desta quinta-feira, 1º de outubro, portaria com a sistemática do leilão de eólicas, na modalidade reserva, previsto para o dia 25 de novembro. O certame será feito em duas rodadas. A energia comercializada no leilão terá contrato de 20 anos válidos a partir de 1º de julho de 2012. Serão realizadas rodadas uniformes, período em que haverá submissão de lance dos empreendimentos habilitados para produto em negociação com quantidades associadas ao preço de lance.

Após essa etapa, ocorre a rodada discriminatória, quando haverá submissão de um único lance com preços associados à quantidade de lotes classificados. A perspectiva da Empresa de Pesquisa Energética é que a lista de habilitados seja divulgada em meados de outubro e o edital até o fim do mesmo mês. Estão inscritos para o leilão 441 empreendimentos, que totalizam mais de 13 mil MW de potência instalada.

CPI das Tarifas de Energia realiza audiência no Maranhão e em Pernambuco (CanalEnergia) 01/10/09

Audiência pública vai ouvir representantes da Cemar e da Celpe sobre as tarifas praticadas nos estados
Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A CPI das Tarifas de Energia vai realizar nesta quinta-feira, 1º de outubro, audiência pública na Assembléia Legislativa do Maranhão sobre as tarifas praticadas pela Cemar (MA). Participarão da audiência a promotora de Defesa do Consumidor, Lítia Cavalcanti; o presidente da Cemar, Carlos Augusto Leoni Piani; e a superintendente do Procon/MA, Denise Gasparinho; entre outros.

Na sexta-feira, 2, a audiência pública vai acontecer em Pernambuco, na Assembléia Legislativa do Estado. A CPI vai ouvir o atual presidente da Celpe (PE), Luiz Antônio Ciarlini; o ex-presidente da empresa, José Humberto Castro; o diretor presidente do Grupo Neoenergia, Marcelo Corrêa; além de representantes do Procon e dos Ministérios Públicos Federal e Estadual.

CPI em Rondônia investigará possíveis irregularidades na UHE Jirau (CanalEnergia) 01/10/09

Objetivo é verificar, entre outros pontos, denúncias quanto a danos ambientais, utilização de terreno e aplicações das compensações

Da Agência CanalEnergia, Regulação e Política

A Assembleia Legislativa de Rondônia aprovou na última segunda-feira, 28 de setembro, a realização de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para analisar possíveis irregularidades nas obras da hidrelétrica de Jirau (RO, 3.450 MW). A CPI, solicitada pelo deputado Tiziu Jidalias (PP-RO), tem como objetivo verificar denúncias quanto a danos ambientais, licença, utilização de terreno e aplicações das compensações ambientais e sociais na construção da usina.

Jidalias pediu que o Ministério Público e o Tribunal de Justiça "atuem mais firme na fiscalização e execução da obra da usina". O deputado questionou ainda a mudança do local da obra em nove quilômetros de distância, sem apresentação de um novo estudo de impacto ambiental. Ele também solicitou uma nota de repúdio da assembleia legislativa para o Ministério do Meio Ambiente por conta da ação da Força Nacional na reserva do Bom Futuro. Isso porque, segundo Jidalias, eles estão sendo impedidos de entrar na localidade de Rio Pardo.

CCC: Distribuidoras pagarão R\$ 279,536 milhões referentes a setembro (CanalEnergia) 01/10/09

Valores serão recolhidos até o dia 10 de outubro. Maior quantia será paga pelas concessionárias do Sudeste, que desembolsarão R\$ 157,115 milhões

Da Agência CanalEnergia, Negócios e Empresas

A Agência Nacional de Energia Elétrica estabeleceu as quotas de rateio da Conta de Combustíveis Fósseis do Sistema Isolado para este mês. De acordo com o despacho 2.720 publicado no Diário Oficial da União da última terça-feira, 29 de setembro, as 65 distribuidoras pagarão um total de R\$ 279,536 milhões. Os valores serão recolhidos até o dia 10 de outubro. A maior quantia será paga pelas concessionárias do Sudeste, que desembolsarão R\$ 157,115 milhões. No sul, as distribuidoras pagarão R\$ 52,805 milhões, enquanto que, no Nordeste, o total a ser pago é de R\$ 39,204 milhões. No Centro-Oeste e no Norte, serão pagos, respectivamente, R\$ 18,487 milhões e R\$ 11,943 milhões.

SINDICAL

Brasília terá primeira central de atendimento a deficientes auditivos (CUT Nacional) 02/10/09

Escrito por Agência Brasil

Brasília - Um convênio entre o Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT) e o Instituto Cultural, Educacional e Profissionalizante de Pessoas com Deficiência do Brasil (Icep Brasil) vai criar a primeira Central de Libras do país. A central de atendimento poderá dar suporte técnico de comunicação às pessoas com deficiência auditiva que precisem entrar em contato com o setor público ou privado. O trabalho da Central de Libras será agendar o serviço de intérprete. O deficiente auditivo e seu acompanhante poderão solicitar o serviço via e-mail, mensagem de celular ou ligação comum. Dessa forma, pessoas com dificuldades auditivas poderão receber ajuda em bancos, hospitais, delegacias ou qualquer outro órgão que não possua intérprete de libras.

A primeira Central de Libras do país deve ser implantada em Brasília. A inauguração está prevista para novembro. A central funcionará 12 horas por dia, com oito intérpretes de sinais, cinco operadores de telemarketing e diversos técnicos trabalhando no projeto.

Nesta quinta-feira (1º), durante assinatura do convênio, o presidente do Icep Brasil, Sueide Miranda, ressaltou a necessidade de um mediador no processo de comunicação do deficiente. "Dessa forma a pessoa com deficiência auditiva vai conseguir ser atendida em um hospital. Esse projeto simboliza um avanço no Distrito Federal."

Paulo Humberto Matos de Alencar, presidente da Associação dos Surdos de Santa Maria e Entorno, expressou com auxílio de uma intérprete sua opinião: "É muito importante termos intérpretes, podermos ir a outros lugares com a ajuda de alguém. Agradeço ao Icep Brasil por esse projeto".

O Ministério da Ciência e Tecnologia vai investir R\$ 350 mil nas obras da Central de Libras. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 5,7 milhões de brasileiros são deficientes auditivos.

Metalúrgicos na Conexel continuam de braços cruzados (CUT Nacional) 02/10/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Os 260 trabalhadores na Conexel, em São Bernardo, entraram nesta quinta-feira (1º) no terceiro dia de greve para exigir da empresa o compromisso de um bom acordo salarial.

"A empresa segue uma linha de intransigência e se nega a negociar com o Sindicato", disse Ailton de Faria, do Comitê Sindical. A Conexel faz parte do grupo 2 e quer esperar uma definição do grupo patronal, mas os trabalhadores não concordam.

Indignação

Ailton lembrou que a reivindicação dos companheiros não é absurda, pois várias empresas já assumiram o compromisso que está sendo reivindicado pelo pessoal na Conexel. "Os trabalhadores estão indignados e avisam que não vão desistir no meio do caminho", concluiu o dirigente.

Papaiz e Sueme

Duas empresas da base que também se comprometeram com a proposta econômica do Sindicato são a Papaiz, em Diadema, e a Sueme, em São Bernardo.

Protesto (CUT Nacional) 02/10/09

Escrito por SindSaúde-SP

Trabalhadores da saúde em São Paulo saem às ruas para denunciar privatização do SUS

Os trabalhadores da saúde realizarão um ato público na Avenida Paulista, nesta sexta-feira (02), para denunciar o governo do Estado pela aprovação do projeto que amplia a terceirização da saúde pública no estado de São Paulo.

O protesto está marcado para começar às 10 horas na esquina da Avenida Paulista com a Rua Bela Cintra e caminhada pelas calçadas da avenida até o prédio da TV Gazeta.

Os manifestantes, caracterizados, como acidentados, grávidas e profissionais de saúde, carregando cartazes e faixas, encenarão o sepultamento do SUS pelo Governador do Estado e os 55 deputados da base governista que aprovaram a Lei Complementar nº 1.095/09 que amplia a terceirização da saúde em São Paulo.

A caminhada será silenciosa, acompanhada por uma música fúnebre. No encerramento, serão soltos balões com o apelo "Salve o SUS".

Sem proposta, bancários mantêm greve (CUT Nacional) 02/10/09

Escrito por Contraf-CUT

Nova reunião acontece nesta sexta (2). Paralisações continuam crescendo em todo o país

A Fenaban frustrou as expectativas da categoria e não apresentou proposta na rodada de negociação com o Comando Nacional dos Bancários, realizada em São Paulo nesta quinta-feira, 1º de outubro, oitavo dia da greve. As negociações prosseguem nesta sexta-feira, 2, às 11h, e a orientação do Comando Nacional é de continuar e ampliar a greve em todo o país até que a Fenaban apresente uma proposta que atenda as reivindicações dos bancários.

A greve nacional dos bancários prosseguiu crescendo e nesta quinta-feira já paralisou 6.944 agências nos 26 Estados e no Distrito Federal, o que representa um aumento de 118 unidades em relação ao dia anterior. Esse crescimento mostra a força da mobilização da categoria, indignada com a proposta rebaixada apresentada pelos banqueiros.

As discussões desta quinta-feira se concentraram na PLR. Os representantes dos bancos continuaram insistindo na fórmula apresentada na última rodada, que reduz os valores da PLR a ser distribuída em relação ao pagamento do ano passado.

"Deixamos claro que uma proposta que reduz a PLR é inaceitável pela categoria, diante da imensa lucratividade dos bancos, e insistimos na fórmula aprovada pela Conferência Nacional dos Bancários, com pagamento de três salários mais R\$ 3.850,00", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional. "Também reafirmamos que, além da PLR e do aumento real de salário, a proposta dos bancos tem que atender as demais reivindicações dos bancários, como valorização dos pisos salariais, proteção ao emprego, mais contratações, melhores condições de saúde, de segurança e de trabalho, com implementação de políticas que combatam as metas abusivas e o assédio moral, entre outros."

Servidores federais mobilizados (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por CUT-DF

Paralisações pelo país e passeata em Brasília pelo cumprimento dos acordos
No mesmo dia em que a Câmara dos Deputados aprovou a ratificação da Convenção 151, centenas de servidores públicos federais no Distrito Federal mais uma vez tomaram a Esplanada dos Ministérios nesta quinta-feira (1º) para pressionar pelo cumprimento dos acordos feitos com o governo. A intenção era de que o ministro Paulo Bernardo, do Planejamento, recebesse os representantes dos servidores e estabelecesse um cronograma de negociação. Entretanto, o ministro da pasta sequer informou o motivo do não atendimento aos sindicalistas.

Além dos servidores federais no DF, servidores de pelo menos 25 estados pararam nesta quinta-feira. A argumentação dos trabalhadores é que a Lei Orçamentária Anual enviada pelo Executivo ao Congresso Nacional não prevê nenhum novo reajuste ao funcionalismo. "O caminho é esse, o da mobilização, da luta e da indignação", disse o secretário de Políticas Sindicais da CUT-DF, Ismael José, de cima do carro de som.

O calendário de luta dos servidores públicos federais ainda prevê paralisação de 48 horas nos próximos dias 15 e 16 de outubro, ato público nacional em Brasília no dia 22 e indicativo de greve por tempo ilimitado no dia 10 de novembro. "Se não resolver será greve geral", alertou o presidente do Sindsep-DF, Oton Nascimento.

Entre as reivindicações dos trabalhadores está a aprovação de planos de carreiras, a revisão de tabelas salariais, o reajuste do auxílio alimentação e da assistência à saúde e a garantia de paridade entre servidores da ativa, aposentados e pensionistas.

Defesa do pré-sal e da soberania nacional (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Leonardo Severo

Foro Latino-americano de Energia manifesta apoio à luta da FUP e da CUT

Tony León, da Venezuela Em visita à sede da Central Única dos Trabalhadores em São Paulo, nesta quarta-feira (30), o secretário geral do Sindicato Nacional dos Trabalhadores de Energia e Petróleo da Venezuela, Tony León, coordenador do Comitê Internacional do Foro Latino-americano dos Trabalhadores de Energia (integrado pela Federação Única dos Petroleiros), fala sobre a luta em defesa da soberania energética, unidade da classe trabalhadora contra o imperialismo, fortalecimento dos governos populares, integração do Continente, solidariedade internacional e investimento na formação político-ideológica-sindical.

Como o Foro vê o atual momento político brasileiro de mobilização por uma nova lei do petróleo?

Com profunda identidade e muita esperança. O Brasil é um país imenso e uma mudança no marco regulatório do petróleo, uma mudança que fortaleça cada vez mais a nacionalização e a estatização desta riqueza, particularmente agora com a descoberta do pré-sal, significa muito para os povos do nosso Continente. Nos identificamos plenamente com a luta da Federação Única dos Petroleiros (FUP) e da Central Única dos Trabalhadores, em conjunto com as demais centrais e movimentos sociais, para garantir o pleno exercício da soberania energética, reconhecida como um

direito fundamental. Temos a convicção de que a mobilização do povo brasileiro será vitoriosa, pressionando os parlamentares para garantir avanços significativos. A energia é o motor da integração e deve ser preservada como patrimônio dos povos, não de empresas multinacionais.

Nos conte um pouco sobre a experiência venezuelana.

Desde 1998, na Venezuela, foi lançada uma campanha para que se modificasse os termos da Constituição de 61. Com intensa participação popular, a Assembleia Constituinte adequou a nossa lei orgânica de hidrocarbonetos aos novos tempos, virando a página do entreguismo, que era a marca dos governos anteriores. Diferente daqui, onde parcela dos deputados e senadores conspiram contra o interesse nacional, lá tivemos o Congresso unânime para garantir uma empresa 100% estatal, convertendo definitivamente a renda petroleira em benefícios diretos para a população, melhorando a saúde, a educação, a agricultura e a infraestrutura do país. Como vocês aqui, tomamos a decisão de não seguir permitindo a continuidade do sistema de concessões, pelos quais o cartel estrangeiro passa a administrar uma riqueza estratégica. Foi esta mudança que permitiu ao povo venezuelano tomar as rédeas do processo.

Efetivamente um marco na história do país.

É evidente. A história da Venezuela se divide antes e depois da chegada do presidente Hugo Chávez ao poder. Ele se elege pela primeira vez em dezembro de 98 e toma posse em fevereiro de 99. Até então, nossas reservas petrolíferas eram entregues em diferentes "convênios" associativos. Tínhamos a presença de todas as multinacionais do mundo, que se aproveitavam da situação, pois quase não pagavam impostos. Era uma política desenhada pelo imperialismo avalizada pela oligarquia em frontal violação à nossa soberania. Para se ter uma idéia, quando havia alguma pendência jurídica o julgamento era feito nos tribunais internacionais, não sob as leis venezuelanas. Então decidimos que o petróleo era nosso e que nós mesmos iríamos administrá-lo, respeitando os investimentos feitos pelas empresas. Três multinacionais não aceitaram isso e a Esso, por exemplo, foi aos tribunais internacionais, com uma campanha bárbara e criminosa contra a Venezuela. Saímos vitoriosos e a PDVSA, nossa empresa estatal petrolífera, absorveu todos os trabalhadores terceirizados da Esso.

O que havia até então era um verdadeiro assalto aos recursos petrolíferos.

Podemos dizer que os ingressos procedentes da renda petroleira eram efetivamente muito poucos, ínfimos. Isso não mudou até 2002, pois havia uma gerência que era como um quisto na PDVSA, respondendo aos interesses das multinacionais. Em abril de 2002, com o locaute-sabotagem petroleiro, que foi o primeiro golpe contra o governo bolivariano, isso começou a mudar. A paralisação da PDVSA teve um alto custo econômico, com o país perdendo mais de 20 bilhões de dólares, a produção caindo de 3.150 barris de petróleo para apenas 25 mil em dezembro daquele ano, quando 20 mil funcionários saíram da estatal. Naquele momento a solidariedade e o apoio técnico brasileiro jogou um papel decisivo, quando nosso país deixou de ser exportador para importador de gasolina. As filas eram intermináveis, pessoas morreram pois não tinham como se deslocar até os hospitais. Muita gente ficou sem gás para cozinhar. A armação golpista teve um alto custo econômico, mas nos recuperamos. A tecnocracia investiu naquele golpe de estado, articulada com a central da oligarquia, a CTV, a entidade empresarial Fedecámaras e o imperialismo norte-americano atuando naquele 11 de abril de 2002 para depor o presidente Chávez. Dois dias depois, uma aliança cívico-militar devolveu ao povo a presidência. A partir daí nacionalizamos o petróleo. Antes quem tirava era o administrador do bem, havia muita corrupção. Hoje é o governo venezuelano quem tem o controle, o capital acionário, quem conduz, comercializa. Hoje, o Estado fica com 50% do imposto da renda petrolífera e 33% dos dividendos. Há um Fundo Especial que administra estes recursos para dar melhores condições de saúde, educação, alimentação e infraestrutura ao nosso povo.

Como isso se dá, concretamente?

Para enfrentar emergencialmente muitos dos graves problemas sociais herdados, temos em nosso país programas sociais que chamamos de Missões. É uma ação conjuntural, de reestruturação do aparelho de Estado. Temos a Missão Robinson, com o apoio do heróico povo cubano, de atenção à educação básica primária, onde alfabetizamos um milhão e meio de venezuelanos que não sabiam ler nem escrever, inclusive adultos de mais de 70 anos. A Missão Ribas, que investe na educação média, com a qual já formamos mais de 600 mil bacharéis. A Missão Sucre, voltada à educação superior, com investimentos na criação de novas universidades, como a Universidade Bolivariana da Venezuela e das Forças Armadas, que agora estão abertas ao povo. Temos um milhão de novos jovens venezuelanos na universidade, disseminando o conhecimento por todo o país. Além disso, todos os estudantes das missões Robinson e Ribas recebem ajuda financeira, assim como parte considerável dos estudantes da Sucre.

Resultados palpáveis, principalmente para a população mais pobre.

Este é o compromisso primeiro. Também em convênio com os companheiros cubanos temos os programas Bairro Adentro I, II e III, com atenção médica primária à população mais pobre, com a participação de cerca de 30 mil médicos e enfermeiros. Temos um consultório em todos os bairros de Caracas e na zona rural, se entrega gratuitamente medicamentos, se construíram Centros Integrals de Diagnóstico, com os melhores equipamentos, se criou a Universidade Latino-Americana de Medicina, nos mesmos moldes da existente em Cuba, que é referência de medicina social, se estruturou o Hospital Cardiológico Infantil, se investe muito em fisioterapia.

E a questão alimentar?

Nosso país tem sido historicamente um importador de alimentos. Hoje, tentamos mudar esta realidade, utilizando os recursos provenientes do petróleo para garantir nossa soberania alimentar. Além do programa de alimentação Missão Mercal, que está disseminado pelo país, com produtos subsidiados à população, temos o PDVAL, que conta com a estrutura da PDVSA, para derrotarmos a campanha de desabastecimento promovida por setores da elite e dos latifundiários e multinacionais, que já assassinaram 130 camponeses nesta luta por alimento barato, por reforma agrária, por apoio à agricultura familiar. Estamos investindo na agroindústria, no processamento de alimentos como leite e milho, contando com o apoio técnico do Irã; na indústria de máquinas agrícolas, com o auxílio da Argentina, do Brasil e da Bielorrússia, e ampliamos o investimento em centros genéticos para a produção de sementes. Estamos também investindo em empresas nacionais de cimento e siderurgia, que são áreas estratégicas para o nosso desenvolvimento, para prover materiais para as pontes sobre o Rio Orinoco, para o plano de expansão ferroviária e metroviária. Podemos dizer que se antes a riqueza do petróleo semeava pobreza e miséria, hoje ela constrói um novo país mais justo, humano e igualitário. Para nós, esta concepção significa a negação do capitalismo, e aponta para a construção do socialismo.

Como vê a entrada da Venezuela no Mercosul?

Acredito que o ingresso da Venezuela jogará um papel importantíssimo no Mercosul, pois fortalecerá a aproximação dos governos progressistas, imprimindo maior dinamismo e complementaridade à economia regional. Além de favorecer o comércio, a participação venezuelana impregnará o Mercosul de conteúdo social, aprofundando a solidariedade entre nossos países e povos.

Os meios de comunicação no Brasil ignoram solenemente a realidade venezuelana, tentando impor sua visão distorcida sobre o processo de mudanças em curso. Na sua opinião, a que se deve este comportamento?

Há uma satanização do processo revolucionário bolivariano. O temo correto é este: satanização. Por quê? Porque abre esperança para a América Latina e para o mundo, porque coloca o socialismo na agenda. Porque atua ao lado de Cuba, da Bolívia e do Equador para a construção de novos valores de justiça, que soma com a Argentina, Brasil e Uruguai na consolidação de um campo. Contra os interesses dos povos, os grandes meios de comunicação são uma arma para as multinacionais, para os interesses do grande capital. Daí sua campanha de descrédito para destruir os passos não só da integração latino-americana, mas da integração africana, asiática. Infelizmente este não é um privilégio da imprensa brasileira, ocorre também em nosso país. Por isso estamos comprometidos com a soberania comunicacional, investindo em canais públicos, estatais e comunitários, com normas legais e regras que democratizam as concessões de rádio e televisão. A Telesul está jogando um papel decisivo neste novo momento, como ficou claro na questão da luta contra o golpe em Honduras. O debate sobre a comunicação é algo que vem tendo cada vez mais peso na atualidade e acreditamos que devemos levá-lo em conta no debate de formação política-ideológica-sindical. Este é um ponto que queremos estreitar mais na nossa relação com a CUT, particularmente na área de formação.

Como o Foro está avaliando a crise hondurenha?

Repudiamos veementemente o golpe de Estado contra o presidente Manuel Zelaya, movido por setores oligárquicos alentados pelo imperialismo norte-americano, com o objetivo de não permitir a nossa integração e unidade. É um ataque contra a Alba (Alternativa Bolivariana para as Américas), contra a soberania nacional e a auto-determinação dos povos. Estamos em contato permanente com a Frente de Resistência Nacional e exigimos que se respeitem os direitos humanos do povo hondurenho e da democracia. Mais do que declarações, nossa militância e nossos dirigentes estão empenhados em derrotar os golpistas e restabelecer o governo constitucional.

A crise ainda não passou (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Isaías Dalle

Clemente, do Dieese: "Se a taxa de juros tivesse caído rapidamente, cresceríamos de 2% a 3% este ano"

Em entrevista ao Portal do Mundo do Trabalho, o coordenador técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio, avalia que a crise levará dez anos para ser superada pelos EUA, o que deve se refletir no restante do planeta. E diz que o Brasil crescerá até 3% este ano se o Banco Central não tivesse demorado para derrubar a Selic.

A crise já acabou?

Clemente: Não, a crise não acabou, nós temos que considerar que é uma crise mundial e que terá efeitos por até uma década ainda. A economia como um todo terá de se adaptar a um novo padrão de consumo e de poupança. Com a desaceleração, a questão ambiental ganha força e deverá trazer uma nova ordem de consumo e produção. Passaremos por ajustes por conta de uma perda de riqueza sem precedentes da população norte-americana.

Maior que a da década de 1930?

Em termos de magnitude, não dá para comparar o mundo de 30 com o atual. O volume de perdas é muito maior. Existe ainda a interdependência dos países, e os Estados Unidos jogam um papel importante, pois consomem 1/3 da produção mundial. O mundo enriqueceu na última década puxado pelos Estados Unidos, que se endividava e consumia. A China poupava e exportava. O Brasil só foi redescobrir seu mercado interno há cinco anos. Quando os Estados Unidos param, o mundo trava. Vai cair o consumo. Em um ano, os Estados Unidos já queimaram mais de 6 milhões de empregos. É uma queima estrutural, esses empregos não serão recriados. Hoje a taxa de desemprego lá é de 10% da população.

Essa taxa não deve baixar?

Mesmo depois de retomar o ritmo econômico, a taxa de desemprego nos Estados Unidos deve ficar em 7%. E o país deve levar 10 anos para tanto, para recuperar a riqueza perdida.

E o Brasil?

O país teve uma série de políticas acertadas. Primeiro a estabilização da economia, depois a melhora das contas públicas e agora, uma quantidade enorme de políticas acertadas do governo Lula - crédito, exportação, fortalecimento do mercado interno, Bolsa Família, salário mínimo. E o equilíbrio das contas externas: isso faz toda a diferença num momento desses. Temos reservas.

O erro foi não ter baixado a taxa de juros antes. Há simulações que apontam que se a queda da taxa Selic tivesse ocorrido já em setembro de 2008, se de uma só vez reduzisse o mesmo tanto que foi reduzido em a partir de novembro e dezembro, o Brasil não teria sofrido a queda de PIB que sofreu. Haveria um crescimento do PIB em 2009 de 2% a 3%. No entanto, se crescermos esse ano, será menos de 1%. O Banco Central olhou para a inflação, o câmbio, e esqueceu do principal.

Há quem diga que a alta taxa básica de juros contribuiu para a formação das reservas de que você falou há pouco...

Coordenador técnico do DieeseEssa questão não é fácil, não é simples desarmar essa política. A renda transferida pela alta taxa de juros cria práticas difíceis de quebrar. Os fundos de pensão, por exemplo, muitos dirigidos por trabalhadores, investem nos papéis da dívida, atraídos pela taxa Selic. Não são apenas os grandes capitalistas. Isso exige por parte do Estado uma estratégia mais articulada. Com a inflação estável, o governo poderia ir sinalizando para o mercado que é necessário deslocar o dinheiro da especulação para investimentos produtivos. E ao mesmo tempo ir amortizando a dívida interna.

Mas, por outro lado, essa taxa Selic ajudou a consolidar uma credibilidade internacional, faz parte. Mas a questão é que a taxa no Brasil é um escândalo. Com a queda de pouco mais de quatro pontos ocorrida em um ano, tiramos R\$ 40 bilhões da especulação e direcionamos para a produção.

E ainda assim foi uma queda tímida.

Não foi tímida, foi atrasada. E a Selic precisa continuar baixando, porque o Brasil precisa ampliar sua taxa de investimento privado.

E para os trabalhadores, algum conselho prático?

Que as pessoas se animem porque o emprego vai voltar. Para os jovens, digo que invistam pesado em formação. E que as famílias continuem consumindo, com responsabilidade claro, mas mantenham o padrão de consumo. O Brasil tem hoje uma grande oportunidade de fazer mudanças estruturais a partir da ampliação do emprego e do salário. Por isso, o movimento sindical tem de continuar brigando por aumentos reais e por negociações coletivas ousadas.

Agora é pressão total no Senado (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Leonardo Severo, com informações do DIAP

Câmara ratifica a Convenção 151 da OIT sobre negociação coletiva e liberdade sindical no serviço público

O plenário da Câmara Federal aprovou na manhã desta quinta-feira (1º) o Projeto de Decreto Legislativo (PDC) 795/08, que ratifica a Convenção 151 da Organização Internacional do Trabalho. A proposta agora será enviada para análise do Senado, antes de ser ratificada pelo presidente da República.

A ratificação da 151 é uma reivindicação histórica da CUT e do movimento sindical brasileiro que, após negociação com o presidente Lula, garantiu o envio do texto ao Congresso como mensagem presidencial. Aprovada pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, a mensagem passou a tramitar como Projeto de Decreto Legislativo.

A proposição, além de aprovar o texto da Convenção, ainda ratifica o texto da Recomendação 159, da OIT, complementar ao texto da Convenção 151, de 1978, de ordem prática, onde estão definidos, entre outros: os critérios para o reconhecimento das entidades sindicais representantes dos servidores da Administração Pública; procedimentos para coibir a proliferação de organizações atuando na mesma base; determinação da fixação no ordenamento jurídico pátrio da legitimidade ativa, para fins de negociações e procedimentos para pôr em prática as condições de trabalho estabelecidas no âmbito da Administração Pública; e especificação detalhada do conteúdo do acordo decorrente das negociações.

Nesses textos, a OIT estabelece normas para a negociação coletiva e garante a liberdade sindical no serviço público, além de reconhecer como instrumentos válidos para a solução de conflitos a mediação, a conciliação ou a arbitragem. A convenção estende aos trabalhadores do serviço público as mesmas garantias e condições de associação e de liberdade sindicais asseguradas para os trabalhadores da iniciativa privada.

Na avaliação do presidente da CUT Nacional, Artur Henrique, o fato da decisão na Câmara ter sido tomada por consenso contribui para que o processo no Senado seja agilizado, materializando a conquista. "Sem dúvida nenhuma a ratificação da Convenção 151 é uma grande vitória dos trabalhadores, que fortalecerá ainda mais a nossa luta pela valorização dos servidores e dos serviços públicos. Estamos articulando com as demais centrais o envio de uma carta ao presidente do Senado para que esta bandeira histórica seja implementada o mais rapidamente possível", acrescentou o líder cutista.

Rondônia (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por CUT/RO

Audiência na Justiça do Trabalho estabelece retomada de negociações em grandes construtoras

Em audiência realizada na tarde desta quarta-feira (30), na sede do Tribunal Regional do Trabalho (TRT), sob a presidência da desembargadora Maria Cesarineide de Lima e com a participação dos procuradores do Ministério Público do Trabalho, Francisco José Pinheiro Cruz e Angelo Fabiano Farias da Costa, foi homologado o acordo coletivo dos trabalhadores das Usinas de Jirau e Santo Antonio. Na mesma audiência o STICCERO comunicou a rejeição da proposta de Convenção Coletiva de Trabalho pelos trabalhadores das demais empresas da construção.

Diante do novo impasse ficou estabelecido, na audiência, que as negociações serão retomadas com as grandes construtoras Camter, Consórcio Cowam/Triunfo e Andrade Gutierrez com o objetivo de se estabelecer acordos específicos com essas empresas, a exemplo das Usinas; bem como, para reabrir o debate com os trabalhadores das empresas regionais visando à aprovação da Convenção já negociada com o Sindicato Patronal (SINICON). Após solucionar os acordos com essas três empresas e a Convenção geral, acordos específicos poderão, também, ser assinados com outras construtoras.

Serão negociados sete pontos com a Camter, Consórcio Cowam/Triunfo e Andrade Gutierrez: 1) melhoria no reajuste salarial; 2) aumento dos pisos de ajudantes, meio-oficial, oficial e operadores; 3) aumento na cesta alimentação; 4) visita à família para trabalhadores contratados em outros estados, denominada de 'baixada'; 5) participação nos lucros e resultados; 6) aumento no adicional de horas extras e 7) assistência médica.

A Justiça do Trabalho e o Ministério Público solicitaram que os trabalhadores evitem paralisações na fase das negociações, pelo menos até o próximo dia 14 de outubro, para que as empresas tenham tempo de estudar as reivindicações e apresentar uma nova proposta. Os advogados do Sindicato dos Trabalhadores na Construção Civil (STICCERO) informaram que a entidade fará todo esforço possível para buscar um acordo antes de defender a utilização da greve, que é o último recurso dos trabalhadores. Sendo que antes da eventual deflagração de uma nova greve, serão obedecidos todos os procedimentos estabelecidos na Lei de Greve.

Para a administração do STICCERO e a Central Única dos Trabalhadores de Rondônia (CUT/RO) esta nova situação permitirá que as novas conquistas sejam estendidas a essas três grandes empresas num primeiro momento e, posteriormente, a outras empresas, inclusive no interior do Estado. É necessário que os trabalhadores permaneçam unidos, mobilizados e, principalmente, sigam as orientações do Sindicato e não tomem nenhuma medida isolada, pois isso daria motivos para as empresas, inclusive perante a Justiça, para punir e prejudicar os trabalhadores.

Sexta-feira, 17 h, no MASP (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Leonardo Severo

CUT convoca solidariedade à luta contra os golpistas em Honduras

Ao lado de inúmeras entidades do movimento sindical e social brasileiro, a Central Única dos Trabalhadores está convocando uma manifestação de solidariedade à resistência do povo hondurenho contra os golpistas nesta sexta-feira, 2 de outubro, no vão livre do MASP (Avenida Paulista).

"Vamos levantar bem alto a bandeira da democracia, defendendo o governo constitucional de Manuel Zelaya contra os golpistas, que buscam afogar em sangue a determinação de um povo", declarou João Antonio Felício, secretário de Relações Internacionais da CUT. Desde o primeiro momento, lembrou o dirigente, "nossa Central tem hipotecado sua mais irrestrita solidariedade à luta do povo hondurenho pelo retorno de seu presidente, inclusive compondo delegações internacionais que visitaram o país para manifestar o nosso repúdio à repressão desatada pelo desgoverno ditatorial de Micheletti".

A presença de representações dos mais variados movimentos no Masp, ressaltou João Felício, expressará que o povo brasileiro está em sintonia com os novos tempos que se abrem para a América Latina, de construção de países livres, independentes e soberanos, virando a página de truculência e autoritarismo de elites títeres dos interesses do grande capital nacional e internacional. O dirige

Veja abaixo o texto da Convocatória das entidades:

Manifestação em Solidariedade ao Povo de Honduras

Fora Golpistas !

Dia 2, sexta feira, vão do MASP - Paulista - Concentração à partir das 17 h

O Golpe Militar em Honduras tem que ser derrotado nas ruas em Honduras e em todo o mundo. Nos últimos dias os golpistas de Honduras não deixaram nenhuma dúvida aos trabalhadores e povos de todo o mundo de sua verdadeira face fascista : toque de recolher, estado de sitio, prisões, repressão brutal com centenas de feridos e assassinatos. As imagens de estádios sendo usados como "prisões" para as centenas de detenções realizadas de maneira arbitrária e violenta trazem na memória as imagens do golpe de Pinochet no Chile e as prisões e execuções no Estádio Nacional tão simbólicas, para todo os povos de nosso continente, do significado das ditaduras.

De outro lado as manifestações e resistência do povo hondurenho para derrotar o golpe continuam heróicas e fortes. As organizações sindicais, populares e políticas brasileiras fazem um chamado a construirmos um amplo movimento de solidariedade ao povo de Honduras. Realizaremos todos nossos esforços de mobilização e apoio político e material para a luta organizada a partir da Frente Nacional de Resistência Contra o Golpe de Honduras que luta por : fim da repressão e restabelecimento das liberdades democráticas, recondução do presidente eleito Manoel Zelaya ao governo, punição aos golpistas e pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte. Repudiamos qualquer tentativa de acordo feito nos gabinetes que vise livrar os golpistas de qualquer punição e negar o direito ao povo hondurenho de decidir livremente seu destino em uma Assembléia Nacional Constituinte. Nos colocamos na defesa da embaixada do Brasil

contra qualquer ataque ao presidente eleito Manuel Zelaya, aos ativistas e dirigentes que o acompanham, bem como contra qualquer funcionário da embaixada.

Para isso estaremos organizando :

- 1- Manifestação em São Paulo, no dia 2 de outubro no vão do MASP, na av. Paulista, concentração à partir das 17 h;
- 2- Uma delegação unitária das organizações brasileiras para levar nosso apoio e solidariedade, nos próximos dias, ao povo hondurenho;
- 3- Uma campanha de arrecadação de recursos para o apoio à resistência organizada pela Frente Nacional de Resistência Contra o Golpe de Estado.

Educação Profissional e Tecnológica (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por SNF-CUT

Fórum Mundial conclui programação e redefine prazo para inscrições de atividades

Reunido nos dias 29 e 30 de Setembro, o Comitê Organizativo do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, que se realizará de 23 a 27 de novembro no Pavilhão Ulysses Guimarães, em Brasília, debateu sobre os últimos preparativos, a fim de garantir qualidade nos debates, facilidade de acesso e conforto aos participantes, que já se aproximam de 6.000 inscritos.

Todas as mesas de Conferências e debates temáticos estão concluídas, contando com nomes expressivos de diferentes áreas do conhecimento e dos diversos continentes como Bernard Charlot, da França; Márcio Pochmann, do Brasil; Mariano Enguita, da Espanha; Maria Victoria Ângulo, da Colômbia; Leonardo Boff, do Brasil; Paul Brennan, do Canadá; Bernhard Fichtner, da Alemanha; Liliana Rodrigues, de Portugal; Nestor Lopez, da Argentina; Américo Kwononoka, de Angola; Filomena de Fátima Vieira Martins, de Cabo Verde e Yuan Li, da China.

A partir de uma análise detalhada das demandas no campo das atividades auto-gestionadas, o Comitê organizativo, no qual a CUT tem destacada participação, optou pela ampliação do prazo de inscrições dessas atividades, do dia 30/09 para 09/10 até às 18 horas.

Para poderem inscrever atividades auto-gestionadas, as entidades têm que fazer a adesão ao Comitê Organizativo do FMEPT, através do site <http://www.portal.mec.gov.br/fmept> ou do seu link na página da CUT <http://www.cut.org.br>.

Nesta sexta-feira, dia 2, às 10 horas, haverá uma web conferência via o site para mais esclarecimentos sobre a organização do FMEPT, bem como sobre as condições de participação.

As inscrições para participação no FMEPT são gratuitas, ficando a cargo dos participantes o custeio com transporte, hospedagem e alimentação. A coordenação do Comitê Organizativo do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica disponibilizará no site do FMEPT (acima descrito), inúmeras opções de hospedagens que estão sendo negociadas em Brasília, para que aqueles/las que se inscreverem possam, com antecedência, fazerem o bloqueio das vagas desejadas.

Ressaltamos a importância da participação dos trabalhadores e trabalhadoras neste FMEPT para que possamos garantir que nossa concepção de educação e os acúmulos obtidos pela CUT sobre este tema tenham incidência no documento final, à medida que servirá de referência para a intervenção da sociedade sobre a construção de novas diretrizes e políticas públicas neste campo em todos os continentes.

Para maiores informações, entrar em contato com Martinho da Conceição, na Secretaria Nacional de Formação da CUT. Telefone: 2108 9279. Email: martinho@cut.org.br Este endereço de e-mail está protegido contra spam bots, pelo que o Javascript terá de estar activado para poder visualizar o endereço de email

Trabalhadores no Ramo do Vestuário (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Leonardo Severo

Encontro debate ações de vigilância em saúde e segurança do trabalho

O 1º Encontro sobre a Saúde do Trabalhador no Ramo do Vestuário, Têxtil, Couro e Calçados reuniu mais de 30 lideranças sindicais de vários estados do país na capital paulista, no dia 29 de setembro.

Além do Nexo Técnico Epidemiológico (NTEP), implementado recentemente pelo governo federal, os dirigentes debateram ações de vigilância em saúde e segurança do trabalho, o fortalecimento do coletivo de saúde do Ramo e o controle social das novas políticas públicas.

O evento contou com palestra do perito e diretor de Saúde do Trabalhador do INSS, Cezar Augusto de Oliveira e do médico do Trabalho do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Théo de Oliveira; e participação do chefe da Divisão de Atendimento da Superintendência Sudeste I do INSS, Ricardo Ferro, e de Gilberto da Silva, do Instituto Nacional de Saúde no Trabalho (INST).

Durante o Encontro, lideranças da Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e São Paulo debateram em grupo as principais doenças ocupacionais que vitimam a categoria, destacando a importância dos coletivos de Saúde para combater o adoecimento. "Precisamos investir na prevenção, além de diagnosticar doenças e acidentes de trabalho. O INSS precisa oferecer um material oficial com informações detalhadas sobre a nova lei, pois a lógica de muitos empresários continua sendo desrespeitar, oprimir e submeter o trabalhador para ampliar o lucro", declarou a presidente da CNTV, Cida Trajano.

O diretor de Saúde do Trabalhador do INSS, Cezar Augusto de Oliveira explicou que o Nexo Técnico Epidemiológico Previdenciário (NTEP) traz avanços e auxilia no combate às doenças do trabalho, ao atacar o mascaramento na notificação e onerar as empresas que não cuidam da saúde e segurança nos locais de trabalho.

IDENTIFICAÇÃO - O NTEP é uma nova forma de identificar as doenças e lesões causadas pelo trabalho, reconhecê-las como tal e garantir os direitos decorrentes, como o recolhimento do FGTS durante o período de afastamento e a estabilidade no emprego por 12 meses, perdidas quando a relação entre o adoecimento e o trabalho não é estabelecida.

"Com o NTEP, o INSS torna-se pagador do trabalhador e fiscalizador de empresas, além de inverter o ônus da prova, pois agora cabe ao empregador comprovar que não lesionou", declarou Oliveira. Comparando o Código Internacional de Doenças (CID) e a lista do que é doença do trabalho ligada à atividade da empresa, se confirma o vínculo, não cabendo contestação.

Conforme Oliveira, a mudança já está valendo e, para ser respeitada, quem procura o INSS deve conhecê-la e cobrar os médicos peritos. Através deste procedimento, se alguém estiver sofrendo de uma enfermidade que é muito comum em seu setor de atividade, o médico perito é orientado pela nova legislação a classificar o problema, de pronto, como doença do trabalho, independentemente da CAT - Comunicação de Acidente de Trabalho. Por exemplo: se um trabalhador têxtil estiver com algum tipo de dor ou lesão na coluna cervical, algo extremamente comum no setor, o NTEP apontará que a doença é do trabalho. Para tanto, o médico deve inserir no cadastro eletrônico o código da doença, que vai se cruzar com um banco de dados das ocorrências mais comuns em cada setor. "O perito não precisará ser um especialista para apontar o vínculo existente entre a atividade e a incapacitação", lembrou o diretor do INSS, ressaltando o papel das entidades sindicais na fiscalização.

Ao debater no Encontro de Saúde da CNTV, Théo de Oliveira ressaltou que "no mercado só existe lugar para quem tem força de trabalho para vender. Portanto, se o trabalhador adoecer, está fora". "O trabalhador não tem capital nem meios de produção e se perde a sua capacidade produtiva, fica sem ter como garantir a sua própria existência", destacou Théo, "para quem é preciso transformar a saúde do trabalhador em verdadeira bandeira de luta do sindicalismo".

Na avaliação de José Carlos Guedes, tesoureiro da CNTV, os empresários do setor lucraram muito, principalmente com a exportação, mas tem pouco compromisso com a saúde dos seus empregados. Daí a importância e a inteligência dos critérios do NTEP, que punem os maus empresários ou oferecem bônus para quem prevenir e investir em segurança.

10º Congresso da Cosatu, África do Sul (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Leonardo Severo

CUT destaca papel da ação sindical e do fortalecimento do Estado no combate à crise

João Felício (CUT) O secretário de Relações Internacionais da CUT, João Antonio Felício, foi um dos painelistas do Seminário Internacional "A Crise Econômica Global e a experiência da classe trabalhadora na busca por alternativas", realizado pela Cosatu (Central Sindical da África do Sul) em Joanesburgo, dia 20 de setembro. Nesta entrevista para o Portal do Mundo do Trabalho, o dirigente cutista avalia a identidade das duas centrais e do momento político pelo qual passam os dois países. João Felício fala de "busca de caminhos independentes e soberanos, de enfrentamento com a lógica excludente e parasitária do sistema financeiro", e da "consolidação de um projeto de desenvolvimento com inclusão social, onde o movimento sindical ocupa papel cada vez mais destacado". De partida para a Alemanha, onde participa das comemorações do 60º aniversário da DGB e da reunião do Conselho Executivo da Central Sindical Internacional (CSI), João Felício avalia a Jornada Mundial do Trabalho Decente, convocada pelo movimento sindical internacional para o dia 7 de outubro, sublinha a importância do apoio da CUT ao governo constitucional de Manuel Zelaya, em Honduras, e "da manipulação dos meios de comunicação, convertidos cada vez mais em instrumento da candidatura tucana contra os interesses do Brasil e do seu povo".

Participaste como painalista no Seminário Internacional e do 10º Congresso da Cosatu, em Joanesburgo. Qual a sua avaliação do movimento sindical sul-africano?

Mais do que uma parceira, a Cosatu é uma amiga histórica da CUT e a entidade mais expressiva da África, com grande representatividade e base social. O movimento sindical dos nossos dois países têm trajetórias muito semelhantes: o do Brasil, consolidado na luta contra a ditadura militar; na África do Sul, na luta contra o apartheid. Foi um período rico, de intensas lutas, em que foi forjada uma ampla unidade com os movimentos sociais. Neste momento, a organização sindical tem como foco o enfrentamento com o capital, que quer jogar sob os ombros da classe trabalhadora a sua crise.

E qual a receita da Cosatu para combater os impactos da crise internacional?

Como eu disse, a estratégia de enfrentamento guarda muita semelhança com a nossa pauta, as bandeiras são muito parecidas, tendo como foco a defesa do mercado interno, a geração de emprego, a redistribuição de renda, a garantia de direitos, regras que possibilitem uma efetiva regulação do sistema financeiro.

E quanto à participação do presidente Jacob Zuma?

O novo presidente do país, Jacob Zuma, foi ovacionado pelos delegados presentes ao Congresso da Cosatu. É um governante em que eles depositam muita confiança. O país vive momento muito promissor, em que seu ritmo de crescimento se destaca no Continente. Pude ver que a capital, Joanesburgo, é um verdadeiro canteiro a céu aberto, principalmente pelas obras de infraestrutura para a Copa de 2010, são corredores de ônibus, avenidas..

O clima é positivo.

Extremamente positivo. Isso podia ser sentido no plenário do Congresso, onde havia frequentemente explosões de cantoria. São músicas muito alegres, onde os delegados extravasavam um sentimento vitorioso, de quem lutou e derrotou o sistema de segregação racial do apartheid, de quem está construindo um novo país. Ao mesmo tempo, foi um evento muito disciplinado, sério, focado em apontar soluções, em definir ações para a superação dos problemas.

E o Seminário Internacional?

Fui expositor, junto com um representante da central italiana CGIL. Falei do nosso empenho na busca de caminhos independentes e soberanos, de enfrentamento com a lógica excludente e parasitária do sistema financeiro, e da necessidade da consolidação de um projeto de desenvolvimento com inclusão social, onde o movimento sindical ocupa papel cada vez mais destacado. Expus as razões pelas quais o Brasil tem avançado mais rapidamente na superação da crise, do papel que teve o movimento sindical na construção de uma política de valorização do salário mínimo, do fortalecimento do papel do Estado, na ampliação do crédito, de como um mercado interno mais pujante tem possibilitado que o país caminhe para a frente.

E a Jornada Mundial pelo Trabalho Decente?

A Jornada foi convocada pela Confederação Sindical Internacional (CSI) e pela Confederação Sindical dos Trabalhadores das Américas (CSA), junto a centrais de outras correntes de pensamento, para 7 de outubro. Neste dia, o movimento sindical internacional voltará às ruas unido para defender esta bandeira que, no nosso país, dialoga com a aprovação da redução da jornada de trabalho sem redução de salário, com a ratificação das Convenções 151 e 158 da OIT - que estabelece a negociação coletiva no serviço público e coíbe as demissões imotivadas -; com a luta pela atualização dos índices de produtividade da terra, que acelerará a reforma agrária e trará mais justiça ao campo; com a defesa das imensas riquezas do pré-sal para o povo brasileiro.

Como a CUT vê a situação de Honduras?

Reiteramos o nosso apoio ao governo constitucional de Manuel Zelaya. Delegações de cutistas já estiveram presentes em Tegucigalpa levando a nossa solidariedade, pois estamos alinhados com a democracia, contra os golpistas. É inadmissível e inaceitável que meia dúzia de tresloucados, no velho estilo das ditaduras dos anos 60 e 70, repudiadas pelos povos, tentem se impor pelas armas. O governo brasileiro está correto ao não negociar com golpistas e dar abrigo ao presidente. Infelizmente, a imprensa brasileira tenta dar maior dimensão ao superficial, ao supérfluo, para desviar a atenção do que é realmente digno de nota: estamos contra a tirania. Salta aos olhos a manipulação dos meios de comunicação, convertidos cada vez mais em instrumento da candidatura tucana contra os interesses nacionais. É um alinhamento absurdo contra a integração latino-americana, contra a democracia, reproduzindo valores e concepções políticas e ideológicas de uma elite que deu as costas ao povo. Por isso estaremos nas ruas de São Paulo, na próxima sexta-feira (2), às 17 horas, em frente ao MASP, em solidariedade ao povo hondurenho.

E a nova agenda na Alemanha?

Viajo para Berlim, onde participarei das comemorações do 60º aniversário da DGB, da reunião da Comissão de Direitos Humanos e do Conselho Executivo da Central Sindical Internacional (CSI). O debate será em torno da crise financeira, alimentar, política, abordando a questão das mudanças climáticas e ambientais, da crise do emprego e da necessidade de uma economia sustentável. Durante o evento, também assinaremos com a CCOO (Comisiones Obreras de España) e a União Geral dos Trabalhadores da Espanha um convênio que estabelece parceria entre as centrais, garantindo que os brasileiros que vivem naquele país possam procurar estas entidades para garantir direitos. Estas centrais também passarão a tratar o tema da migração como uma de suas prioridades, da mesma forma que a CUT fará em nosso país com os espanhóis. Fico feliz pois é um reconhecimento da ação da CUT, que tem dado a sua contribuição para que o movimento sindical brasileiro ocupe cada vez mais um papel protagônico e o país descortine novos horizontes.

Leonardo@cut.org.br

Terceirização (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por FUP

Secretária de Relações de Trabalho da CUT fala sobre a campanha contra a precarização do trabalho e explica o PL 1621/2007

Denise Motta DauEm entrevista para o site da FUP, Denise Motta Dau, secretária nacional de Relações de Trabalho da CUT fala sobre o Projeto de Lei elaborado pela Central e aborda elementos importantes sobre o tema.

A CUT e demais centrais sindicais sempre mostraram resistência a qualquer tipo de desregulamentação das relações de trabalho. Infelizmente, a maioria das empresas adotaram este modelo de flexibilização. No atual cenário, como a Central Única dos Trabalhadores encara o desafio de acabar com a precarização das condições de trabalho?

A exemplo das mobilizações que fizemos para barrar a Emenda 3, contra a descaracterização do trabalho temporário e do estágio profissional, vamos continuar combatendo toda e qualquer iniciativa que vise rebaixar direitos e precarizar as relações de trabalho. Flexibilização na linguagem empresarial significa desregulamentar; eliminar tudo o que os empresários consideram barreira para a contratação e a demissão da força de trabalho. A lógica pretendida é a utilização do trabalho como mero recurso de produção que pode ser utilizado e descartado a qualquer tempo. Isto não podemos admitir. Não nos recusamos a debater e estabelecer novos marcos para as relações de trabalho, contudo qualquer parâmetro estabelecido deve ser para ampliar direitos.

O Projeto de Lei que prevê a ampliação dos direitos dos trabalhadores terceirizados, elaborado pelas centrais sindicais e apresentado pelo Deputado Vicentinho (PT/SP), já está em tramitação no Congresso. Como está sendo a divulgação deste projeto?

O Projeto de Lei 1621/2007 foi elaborado pela CUT e aprimorado pelo companheiro Vicentinho. As diretrizes do projeto - direito à informação prévia; proibição da terceirização na atividade-fim; responsabilidade solidária pelas obrigações trabalhistas; igualdade de direitos e de condições de trabalho e penalização das infratoras têm balizado o debate e intervenção conjunta das Centrais Sindicais. A divulgação do PL 1621/2007 compõe as estratégias da Campanha de Combate à Terceirização - Precarizar Não, que vem sendo implementada pela CUT desde 2008. Temos debatido o projeto em atividades promovidas pelos sindicatos e instâncias em todo o país e, também, em atividades promovidas por outros atores, inclusive segmentos empresariais. Hoje, dia 30/09, está acontecendo uma audiência pública sobre o PL no Congresso Nacional, onde teremos a oportunidade de dialogar com parlamentares, empresários, sindicalistas, juristas e outros segmentos, espaço em que esperamos favorecer e ampliar o campo de forças pela aprovação do nosso projeto.

A inexistência de alguma lei que regule a terceirização no Brasil faz com que o empresariado se negue a negociar com as centrais e sindicatos?

Salvo raras exceções, a prática empresarial brasileira tem sido de resistência à democratização das relações de trabalho, por conseguinte à negociação coletiva com os sindicatos. A terceirização tem aprofundado as dificuldades de diálogo entre capital e trabalho, dentre outros aspectos, por pulverizar ainda mais a organização e representação sindical. Lamentavelmente, as resistências não foram vencidas no Fórum Nacional do Trabalho para levar a cabo a necessária reforma sindical no país, em direção a um sistema de relações de trabalho mais democrático. A obrigatoriedade da informação prévia e a negociação com os sindicatos são premissas que estamos defendendo numa lei de regulamentação da terceirização, como mecanismos para evitar a precarização do trabalho.

A campanha do GT da CUT contra a precarização do trabalho existe desde 2004. Já é possível enxergar uma forte reflexão sobre o tema pela maior parte dos trabalhadores terceirizados?

O GT da CUT sobre Terceirização foi instalado em 2004. As estratégias da CUT de enfrentamento e combate à Terceirização são resultados da reflexão e da trajetória percorrida por este grupo e reflete, em grande medida, o acúmulo dos ramos de atividade da CUT que participam regularmente do GT. Dada a nossa dimensão nacional e a diversidade de experiências desenvolvidas pelos sindicatos, que são quem, na ponta, dialoga no cotidiano com os trabalhadores terceirizados, é difícil fazer um balanço de como este tema está sendo apropriado, refletido, pela base. A Cartilha de Subsídios ao Debate e à Ação Sindical que lançamos em 2008 com o objetivo de ampliar do diálogo com a com a nossa base tem sido bastante requisitada pelos sindicatos. Já esgotamos duas tiragens de 10 mil exemplares e as solicitações continuam chegando. Este é um indicador de que o tema vem sendo debatido com os trabalhadores pelos sindicatos.

Existe alguma diferença na organização dos trabalhadores terceirizados do setor petróleo e dos trabalhadores de outros ramos de atividades?

A organização sindical em cada ramo de atividade tem especificidades relativas à natureza do trabalho, às características econômicas do setor, à trajetória de lutas de cada sindicato, dentre outros aspectos. Se, por um lado, estas características estabelecem diferenças, por outro lado, a lógica de exploração do trabalho é a mesma em todos os ramos ou segmentos econômicos, público ou privado, rural ou urbano, o que nos coloca numa condição de igualdade. A precarização decorrente da terceirização tem atingido indistintamente todos os segmentos produtivos, contudo processos de trabalho com alto grau de periculosidade, como é o caso do setor do petróleo e o setor elétrico, os trabalhadores terceirizados têm ficado numa situação de maior vulnerabilidade, não só com a integridade física ameaçada - o que em si é um problema grave, como têm a própria a vida ameaçada.

Como Secretária das Relações do Trabalho da CUT, você acompanhou a FUP em uma das reuniões de negociação da pauta de reivindicações dos petroleiros, onde a terceirização foi um dos principais pontos discutidos. A CUT pretende assessorar as demais categorias, em outras negociações semelhantes?

Quero parabenizar a FUP por esta iniciativa que, sem dúvida, é de grande importância estratégica uma vez que a maioria de sua base é de trabalhadores terceirizados. Além de favorecer as condições para superar as desigualdades entre trabalhadores diretos e terceirizados, conquistas que venham a ser obtidas podem ser paradigmáticas para outros setores. A SRT-CUT pretende sim acompanhar e assessorar outros ramos inclusive na elaboração de cláusulas para as negociações. Além disso, a retirada do PL 4302 é um dos pontos de pauta da 6ª Marcha da Classe Trabalhadora que ocorrerá no dia 11 de novembro deste ano, pois ele prejudica mais ainda as relações de trabalho nos processos de terceirização.

Greve dos Bancários (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Seec-PE

Paralisação em Recife: 140 unidades do BB, 79 da Caixa, 22 do BNB e 47 privados

Foto: Ivaldo Bezerra-Lumem
Cerca de mil bancários marcharam nesta quarta, 30, pelas ruas do Recife. A concentração teve lugar em dois pontos: BB da Rio Branco e Caixa Cais do Apolo. Já então, os trabalhadores mostraram sua animação, com fantasias, cartazes e muita descontração. Em cada ponto de saída, uma banda de frevo marcou presença. Uma delas acompanhou o percurso, que começou por volta das 11 horas e teve sua primeira parada no Bradesco do Imperador. A turma entrou na agência, fez seu protesto e seguiu. Parte deles ficou no local para garantir o fechamento da unidade até 13 horas. Foi a vez de pousar no Bradesco da Concórdia.

Com banda de frevo lá dentro, a agência virou salão de carnaval, com direito à porta-estandarte, muito frevo e até roda de ciranda. Tanto no Imperador quanto na Concórdia, a Polícia Militar apareceu mas não interveio. Os soldados diziam estar lá apenas "para garantir a ordem".

Vigilantes da Nordeste Segurança de Valores também foram convocados pelo banco na Concórdia. O gerente tentou alegar interdito para reabrir a agência, mas o presidente do Sindicato, Marlos Guedes, retrucou: "Tá dizendo no mandado de segurança que não pode banda de frevo? E cadê o oficial de Justiça?". A agitação, que tivera início por volta das 11h45, se estendeu até 13h30.

Durante todo o trajeto a passeata chamou a atenção da população. Nas paradas de ônibus e no caminho, os transeuntes dançavam ao som do frevo. Muitas pessoas se aproximaram para perguntar do que se tratava e demonstraram seu apoio: "É isso mesmo!", "Tem que botar pra quebrar!", "Esse povo ganha muito dinheiro em cima da gente!...". Eram frases que se repetiam em todo o percurso.

Nesta quinta, 1º de outubro, a ordem é reforçar o movimento e fechar o máximo possível de agências de bancos privados.

Por decisão da plenária dos empregados da Caixa realizada na terça, 29, o Sindicato vai encaminhar documento à superintendência, cobrando que o banco oriente a quem, eventualmente, permaneça nas agências durante a greve, que atenda as pessoas de baixa renda que procurem pelos serviços da empresa e necessitam de acompanhamento. É que, neste primeiro de outubro, começa o pagamento dos aposentados e de uma série de benefícios sociais, como o Bolsa-família. Em tempos normais, essas pessoas usam o autoatendimento, onde requerem ajuda de um bancário - até para pegar o primeiro cartão ou gravar a senha - ou são segregados para as lotéricas e assemelhados. "Se quem não faz greve se dispõe a atender clientes VIP também deve prestar assistência a quem precisa", observar Marlos Guedes, presidente do Sindicato.

Marlos viaja a São Paulo para representar Pernambuco na negociação com a Fenaban - Federação Nacional dos Bancos, nesta quinta (1º). A greve está mantida na sexta-feira, dia 2. Somente na sexta às 19 horas é que eventuais propostas - do Banco do Brasil, Fenaban e Caixa - serão apreciadas.

Posse festiva da direção da CUT-RS será nesta sexta (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por CUT-RS

A posse festiva da nova direção da CUT-RS, para a gestão 2009-2012, será realizada nesta sexta-feira, 02, a partir das 20 horas, nas dependências do Centro de Eventos do Parque Harmonia.

Os convites estarão disponíveis na tesouraria da entidade a partir da próxima segunda-feira, 21, ou no local da festa. O valor do convite é de R\$ 10,00 e dá direito a um jantar. As bebidas serão por conta dos convidados.

Sindieletro-MG denuncia práticas antissindiciais antes da entrega da pauta na Cemig (CUT Nacional) 01/10/09
Escrito por Sindieletro-MG

As negociações da Campanha Salarial 2009 nem começaram e a Cemig na região Norte de Minas já está realizando um minucioso levantamento para saber quem vai ou não fazer greve. Os supervisores e gerentes estão perguntando se o trabalhador vai ou não parar durante as mobilizações. Com mais essa conduta de desrespeito, o Sindieletro-MG vai buscar as medidas cabíveis para defender os eletricitários.

Vale lembrar que, recentemente, a Companhia tentou realizar levantamento com os empregados para saber a avaliação deles da campanha salarial de 2008. O Sindieletro entrou com ação cautelar na Justiça do Trabalho e conseguiu liminar suspendendo essa prática.

Para a direção do Sindieletro, a empresa ignora que os trabalhadores ganharam na Justiça do Trabalho várias ações de práticas antissindiciais adotadas pela Companhia que somaram mais de R\$ 10 milhões em indenizações. A Cemig se esquece também que a Constituição brasileira assegura ao cidadão o direito de greve.

A categoria quis antecipar a entrega da pauta de reivindicações para iniciar o diálogo mais cedo, a partir do dia 25 de setembro. Mas a Cemig não aceitou o calendário proposto, e marcou o recebimento para o dia 7 de outubro. Foram também marcadas duas reuniões de negociação, nos próximos dias 14 e 16.

O golpe e a base aérea americana nas Honduras (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Nikolas Kozloff

O texto abaixo é de Nikolas Kozloff, autor de Revolution!: South America and the Rise of the New Left. Artigo originalmente publicado no www.counterpunch.org/kozloff07222009.html.

Tradução de João Camargo.

O golpe e a base aérea americana nas Honduras

Falam os muros de Palmerola. Os mainstream media novamente deixaram cair um aspecto-chave na história que se desenrola nas Honduras: a base aérea americana em Soto Cano, também conhecida como Palmerola. Antes do recente golpe militar o Presidente Manuel Zelaya declarou que transformaria a base num aeroporto civil, intenção a que se opôs imediatamente o embaixador dos EUA. Zelaya pretendia pôr este plano em prática com financiamento venezuelano.

Durante muitos anos, antecedendo o golpe, as autoridades hondurenhas discutiam a possibilidade de converter Palmerola numa instalação civil. Afirmavam que Toncontín, o aeroporto internacional de Tegucigalpa, era pequeno demais e incapaz de lidar com os grandes aviões comerciais. Com estruturas que datam de 1948, Toncontín tem uma pista demasiado curta e equipamento de navegação primitivo. Está ainda rodeado por colinas, o que o torna um dos mais perigosos aeroportos internacionais existentes.

Por contraste, Palmerola tem a melhor pista no país, com 2700 m de comprimento e 50 m de largura. O aeroporto foi construído mais recentemente, em meados dos anos 80, com um custo declarado de US\$30 milhões e foi usado para abastecer os Contras na guerra por procuração promovida pelos EUA contra os Sandinistas na Nicarágua ou ainda para conduzir operações de contra-insurreição em El Salvador. No pico da guerra dos Contra, os EUA tinham mais de 5000

soldados em Palmerola. Conhecida como "o porta-aviões inafundável" dos Contra, esta base albergava Boinas Verdes assim como operacionais da CIA que trabalhavam como consultores e conselheiros dos rebeldes da Nicarágua.

Mais recentemente têm estado cerca de 500-600 militares estado-unidenses nesta base, que também serve como base da força aérea hondurenha, assim como centro de treino para aviadores. Com a saída das bases estado-unidenses do Panamá em 1999, Palmerola tornou-se uma das mais utilizadas bases aéreas disponível para os EUA em solo latino-americano. A base localiza-se a aproximadamente 48 km para Norte da capital, Tegucigalpa.

Em 2006 parecia que Zelaya e a administração Bush estavam a aproximar-se de um acordo quanto ao futuro estatuto de Palmerola. Em Junho desse ano Zelaya foi a Washington para se encontrar com Bush e o hondurenho pediu que Palmerola fosse convertida num aeroporto comercial. Supostamente Bush terá dito que a ideia era "perfeitamente razoável" e Zelaya declarou que uma auto-estrada de quatro pistas seria construída de Tegucigalpa a Palmerola com fundos provenientes dos EUA.

Em troca do apoio da Casa Branca com as instalações de Palmerola, Zelaya ofereceu aos EUA acesso a uma nova base militar que se localizaria na área de Mosquitia, na fronteira das Honduras com a Nicarágua. Mosquitia supostamente serve como corredor para passagem de drogas do Sul para Norte. Os cartéis passam por Mosquitia com o seu produto, vindos da Colômbia, Peru e Bolívia.

Uma área remota, apenas acessível por ar, mar e pelo rio Mosquitia, está rodeada por pântanos e selva. A região é ideal para os EUA porque pode albergar grande número de tropas em relativa obscuridade. A localização costeira adequava-se perfeitamente à cobertura naval e aérea, consistente com a estratégia declarada pelos EUA no combate ao crime organizado, tráfico de droga e terrorismo. O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas Hondurenhas, Romeo Vásquez, ressaltou que as forças armadas precisavam de exercer uma maior presença em Mosquitia porque a região estava cheia de "conflitos e problemas."

Mas que tipo de acesso teriam os EUA a Mosquitia? O ministro da Defesa Hondurenho, Aristides Mejía dizia que Mosquitia não seria necessariamente uma "base clássica com instalações permanentes, mas apenas utilizada quando necessário. Pretendemos, se o Presidente Zelaya aprovar, expandir as operações conjuntas [com os Estados Unidos]." Esta afirmação, no entanto, aparentemente não foi do agrado de um dos cabecilhas do futuro golpe, Vasquez, formado na estado-unidense Escola das Américas, que já tinha viajado para os EUA para discutir planos futuros para Mosquitia. Contradizendo o seu próprio colega, Vásquez disse que a ideia era "estabelecer uma base militar permanente hondurenha na zona" que receberia aviões e sistemas de abastecimento de combustíveis. Os Estados Unidos ajudariam a construir pistas aéreas no local.

Os acontecimentos em terra, no entanto, forçariam em breve os hondurenhos a tomar uma abordagem mais assertiva no que dizia respeito à segurança aérea. Em Maio de 2008 um terrível acidente ocorreu no aeroporto de Toncontín, quando um Airbus A320 da TACA deslizou para fora de pista na sua segunda tentativa de aterragem. Depois de derrubar árvores e esmagar cercas metálicas, a fuselagem do avião partiu-se em três. Três pessoas morreram e 65 ficaram feridas no acidente.

Após a tragédia as autoridades hondurenhas foram forçadas finalmente a bloquear a aterragem de aviões na notoriamente perigosa pista de Toncontín. Todos os grandes jactos, segundo as autoridades, seriam temporariamente transferidos para Palmerola. Enquanto visitava a base aérea americana o próprio Zelaya afirmou que as autoridades criariam uma nova estrutura civil em 60 dias. Bush já tinha concordado com a construção hondurenha de um aeroporto civil em Palmerola, "Há testemunhas," disse o Presidente.

Mas construir um novo aeroporto tinha-se tornado politicamente mais complicado. As relações EUA-Honduras haviam-se deteriorado consideravelmente desde o encontro com Bush em 2006, tendo Zelaya estreitado laços com a Venezuela e aumentado as críticas à política de combate à droga seguida pelos EUA.

O próprio embaixador de Bush no país, Charles Ford, disse que embora o tráfego fosse aceite em Palmerola, os acordos passados deveriam ser respeitados. A base era usada principalmente para aviões de vigilância de tráfico de drogas e Ford destacou que "o presidente pode pedir a utilização de Palmerola quando quiser, mas certos acordos e protocolos devem ser seguidos" e que "é importante destacar que Toncontín é certificada pela Organização Internacional de Aviação Civil", esperando com esta afirmação dissuadir as principais preocupações acerca da segurança do aeroporto. Disse ainda que havia algumas linhas aéreas que não viam Palmerola como um destino de aterragem "atraente". Ford não elaborou ou explicou o que os seus comentários significariam.

Lançando mais achas para a fogueira, o secretário de Estado Adjunto, John Negroponte, que também foi embaixador dos Estados Unidos em Honduras, disse que o país não podia transformar Palmerola num aeroporto civil "de um dia para o outro". Em Tegucigalpa, Negroponte encontrou-se com Zelaya para discutir sobre Palmerola. Após o encontro,

em declarações a uma rádio hondurenha o diplomata americano disse que antes de Zelaya poder concretizar os seus planos para Palmerola o aeroporto teria de receber certificação internacional para os novos voos. De acordo com a agência noticiosa espanhola EFE, Negroponte aproveitou a sua viagem a Tegucigalpa para se encontrar com o presidente do Parlamento Hondurenho e futuro líder do golpe de Estado Roberto Micheletti [no relato não foram descritos os assuntos abordados na reunião].

É desnecessário dizer que a visita de Negroponte às Honduras foi amplamente repudiada por activistas progressistas e dos direitos humanos, que chamaram Negroponte de "assassino" e que o acusaram de ser responsável por desaparecimentos forçados durante o seu termo como embaixador de 1981 a 1985. A atitude condescendente de Ford e Negroponte vexam os grupos de trabalhadores, de indígenas e de camponeses que exigem que as Honduras reclamem a sua soberania nacional sobre Palmerola. "É necessário recuperar Palmerola porque é inaceitável que a melhor pista aérea da América Central continue nas mãos dos militares americanos", afirmava Carlos Reyes, dirigente do Popular Bloc, que inclui várias organizações políticas progressistas. "A Guerra Fria acabou e não há quaisquer pretextos que justifiquem a presença militar na região", concluiu. Os activistas defendem que o governo não deveria sequer considerar trocar Mosquitia por Palmerola, porque isso seria uma afronta ao orgulho hondurenho.

Ao longo do ano seguinte Zelaya procurou converter Palmerola num aeroporto civil mas os seus planos atrasaram-se quando o governo não conseguiu atrair investidores internacionais. Finalmente em 2009 Zelaya anunciou que as forças armadas hondurenhas realizariam a construção. Para pagar o novo projecto o presidente utilizaria fundos provenientes da ALBA [Alternativa Bolivariana para as Américas] e do Petrocaribe, dois acordos comerciais recíprocos impulsionados pelo líder venezuelano Hugo Chávez. Previsivelmente a direita hondurenha saltou em cima de Zelaya por este usar fundos venezuelanos. Amílcar Bulnes, presidente da Associação Empresarial das Honduras [conhecida pelo seu acrónimo castelhano COHEP] afirmou que os fundos do Petrocaribe não deveriam ser utilizados no aeroporto, mas em outras necessidades, não tendo especificado quais.

Algumas semanas depois de Zelaya ter anunciado que as forças armadas procederiam à construção de Palmerola, os militares rebelaram-se. Liderado por Romeo Vásquez, o exército removeu Zelaya e exilou-o. Na altura do golpe, activistas da paz estado-unidenses visitaram Palmerola e ficaram surpreendidos por ver que na base havia intensa actividade e helicópteros voando por todo o lado. Quando perguntaram às autoridades americanas se algo tinha mudado na relação EUA-Honduras, foi-lhes respondido que "não, nada" mudara.

A elite hondurenha e a política externa de direita dura do 'establishment' dos EUA tinham muitas razões para desprezar Manuel Zelaya, como já discuti em muitos outros artigos. A controvérsia à volta da base aérea de Palmerola deu-lhes no entanto a munição decisiva.

Trabalhadores da educação em Campinas (SP) propõem novos critérios de aulas em 2010 (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas

Profissionais de educação da rede pública municipal de Campinas se reuniram na última quinta-feira (24/09), no Sindicato, para discutir proposta alternativa acerca da atribuição de aulas em 2010. O objetivo é minimizar os problemas que ocorrem quase todos os anos, por ocasião da publicação da Resolução, pela SME, que estabelece o processo de atribuição de aulas, classes, turmas ou termos.

Conforme ficou deliberado na plenária extraordinária anterior, realizada também no Sindicato, a base para essa discussão e formulação foi a Resolução SME Nº. 13/2008, que dispõe sobre o Processo de Atribuição.

Estiveram presentes profissionais de várias unidades educacionais que apresentaram os resultados das discussões realizadas em cada escola.

No início da reunião foram apresentadas as propostas das unidades educacionais, que depois foram analisadas uma a uma. A partir do debate, uma proposta consensual foi tirada como resultado.

De acordo com a diretoria do Sindicato, "a reunião foi produtiva e o grupo entendeu que a proposta de alteração deveria contemplar o conjunto de profissionais do funcionalismo". Por isso, a discussão teve o objetivo de reunir uma proposta única.

A direção do Sindicato dos Trabalhadores do Serviço Público Municipal de Campinas e um representante da categoria ficaram responsáveis por organizar a proposta, com as alternativas dos critérios de atribuição para 2010, apresentadas e aprovadas em reunião. A proposta foi protocolada ao secretário municipal de educação Prof. José Tadeu Jorge.

Professor João Sicsú: Taxa de câmbio e projeto de desenvolvimento (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por João Sicsú

O Portal do Mundo do Trabalho reproduz abaixo artigo de João Sicsú, diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas do IPEA e professor do Instituto de Economia da UFRJ. Autor do livro Emprego, Juros e Câmbio (Campus-Elsevier), Sicsú fez recentemente uma análise de conjuntura para a direção nacional da CUT.

Taxa de câmbio e projeto de desenvolvimento

João Sicsú

A taxa de câmbio é um elemento-chave de um projeto de desenvolvimento. Essa constatação é fundamental: além de ser essencial para auxiliar o esforço de crescimento econômico, a administração cambial deve ser compreendida como um instrumento nevrálgico que deve fazer parte de um projeto de desenvolvimento. A macroeconomia e seus preços básicos, isto é, juros e câmbio, podem definir os rumos de uma sociedade, se esta está caminhando em direção ao progresso ou ao atraso.

Em relação à taxa de câmbio, já foi percebido que existe uma tendência forte à sua valorização nos países em desenvolvimento, devido às possibilidades econômicas que caracterizam esses países. Tais economias podem ser exportadoras de itens básicos, podem ser atrativas para o investimento direto estrangeiro ou podem ainda ter ativos financeiros atraentes. Portanto, essas economias podem sofrer de doença holandesa ou de outras enfermidades cambiais valorizativas.

Embora uma taxa de câmbio competitiva seja um elemento muito importante de um projeto de desenvolvimento, porque pode abrir mais um mercado demandante de produtos domésticos, cabe ser mencionado que o mercado interno se diferencia do externo porque o primeiro pode ser estimulado por meio de políticas fiscais, monetárias, de socialização da riqueza e de elevação da renda; enquanto o segundo depende, quase que exclusivamente, de variáveis que não estão sob o controle doméstico, como o crescimento da economia mundial. Embora o canal de demanda externa deva ser fortemente utilizado em um projeto de crescimento, dentro de uma visão keynesiana-desenvolvimentista de redução de incertezas, o mercado interno, que pode ser estimulado por políticas governamentais, deve ter um papel de grande destaque dentro de um projeto de crescimento com desenvolvimento.

Uma taxa de câmbio competitiva é resultado de vontade política que deve ser expressa em decisões e ações governamentais. Uma taxa de câmbio de equilíbrio de mercado é uma taxa não competitiva, embora represente as forças conjunturais e estruturais presentes em economias que buscam o desenvolvimento. Uma política cambial adequada ao desenvolvimento é exatamente aquela que se confronta com as forças conjunturais que contribuem para o baixo crescimento e, simultaneamente, se opõe às forças estruturais que promovem o atraso.

Uma taxa de câmbio competitiva é aquela que estimula a industrialização mais sofisticada, que possui densidade tecnológica. Sendo assim, uma política industrial de desenvolvimento e absorção de tecnologia deve complementar uma política de administração de uma taxa de câmbio competitiva. Isto se faz necessário porque o preço cambial é apenas uma das variáveis que pode estimular a industrialização sofisticada; outras variáveis como, por exemplo, custos locais devem ser também observadas e, então, necessitam de políticas correspondentes para enfrentá-las.

A estratégia de sofisticação da indústria que seja capaz de tornar empresas competitivas no mercado internacional é necessária porque torna a sociedade proprietária de vasto conhecimento, o que lhe oferece flexibilidade para refazer planos de desenvolvimento. Países que produzem apenas itens básicos ou semibásicos (que não possuem tecnologia) estão fadados a participar de uma única via de inserção internacional que os condena ao atraso. Tal inserção é aquela em que, por exemplo, exportam grãos verdes de café para países que não plantam sequer um pé de café, mas se

tornaram os maiores exportadores de valores do produto após selecioná-lo, processá-lo, embalá-lo... enfim, agregam valor com uso de tecnologia. Países detentores de conhecimento possuem estratégias flexíveis de desenvolvimento. Em outras palavras, países desenvolvidos estão sempre se desenvolvendo porque descobrem novas oportunidades e têm conhecimento para aproveitá-las. Países atrasados, quando descobrem novas oportunidades, são obrigados a "arrendá-las" aos desenvolvidos, aumentando ainda mais a distância que os separa em termos de desenvolvimento e qualidade de vida.

A industrialização sofisticada competitiva no mercado internacional e abastecedora do mercado interno cria um ambiente para uma oferta mais igualitária de oportunidades e para uma distribuição menos injusta da renda e da riqueza. A industrialização deve ser formalizada, isto é, deve ser contabilizada do ponto de vista ambiental, social e econômico pelo Estado, gerando mais arrecadação de impostos visando à universalização de oportunidades, mais garantias e direitos trabalhistas, salários maiores compatíveis com a produtividade mais elevada e relações sócio-ambientais sustentáveis.

Mas como deve ser feita a administração de uma taxa de câmbio competitiva, industrializante? Um regime cambial deve ser estabelecido, isto é, regras, políticas, metas, objetivos e instrumentos devem ser organizados para esse fim. Mas, em primeiro lugar, as taxas que remuneram ativos financeiros domésticos devem ser suficientemente baixas para que a avalanche de recursos financeiros internacionais não invada a economia brasileira, promovendo uma pressão cambial valorizativa.

Além disso, o Banco Central deve formar reservas para enxugar o mercado de divisas e para que tenha moeda estrangeira em volume suficiente, para evitar desvalorizações abruptas em momentos de elevação do risco. Demandas internas por moeda estrangeira devem ser criadas: uma sugestão são estímulos fiscais à compra de máquinas e equipamentos importados. Políticas de regulação do movimento financeiro internacional devem ser estabelecidas para residentes e não-residentes. Assim como devem ser criados impostos sobre a exportação de itens básicos.

Esse é um dos caminhos factíveis rumo à superação de barreiras conjunturais e estruturais que valorizam a taxa de câmbio e condenam a economia ao crescimento moderado e ao atraso. Um regime cambial administrado, estável e competitivo, ao lado de um orçamento equilibrado, com pleno emprego e de juros muito baixos, formam o tripé de um genuíno modelo keynesiano-desenvolvimentista.

Contraproposta aprovada pelos trabalhadores da Conab é entregue a empresa (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Condsef

Nesta quinta-feira, 1º, a Condsef (Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal) e uma comissão de trabalhadores da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento) eleita pela base entregam aos gestores da empresa contraproposta alternativa aprovada pela maioria absoluta dos trabalhadores durante assembleias realizadas em todo o Brasil. A Condsef preparou ofício (veja aqui) que será entregue ao presidente da Conab, Wagner Gonçalves Rossi. Enquanto buscam um entendimento sobre acordo coletivo que está em processo de negociação, a direção da Conab acatou solicitação dos trabalhadores e o acordo coletivo em vigor (2007-2009) foi prorrogado por mais 30 dias.

O objetivo é não interromper os benefícios dos trabalhadores enquanto a categoria se encontra em processo de negociação. Essa precaução evita prejuízos injustos aos trabalhadores. Enquanto isso, o processo de negociação segue em ritmo acelerado. A Condsef espera que uma proposta viável tanto para os trabalhadores como para a própria Conab seja aprovada em breve.

Reforçar mobilização para avançar - Para que haja evolução nas posições do governo é fundamental reforçar a mobilização e unidade da categoria. Por isso, os trabalhadores da Conab participam, em todo o Brasil, de paralisação de 24 horas da base da Condsef, aprovada na última plenária nacional da entidade e contou com presença de representantes de 25 estados, incluindo o Distrito Federal. Os servidores da Conab se juntam a diversos setores em defesa do cumprimento integral de acordos e compromissos e em defesa de suas principais reivindicações.

Nova rodada de assembleias deve acontecer a partir da próxima terça-feira, dia 6. Os trabalhadores vão manter constantes avaliações do processo de negociação. A expectativa é que as atividades de mobilização quebrem a resistência do Dest em aprovar proposta importante tanto para os trabalhadores como para o desenvolvimento da própria Conab.

Metalúrgicos da Gerdau em Sorocaba paralisam atividades por duas horas (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba

Os trabalhadores das fábricas da Gerdau em Sorocaba e Araçariçuama pararam nesta quarta, dia 30, por duas horas, no início do turno da manhã, para exigir que a empresa abra negociações com o Sindicato dos Metalúrgicos sobre a campanha salarial. A siderúrgica Gerdau faz parte do Grupo 8 na Fiesp e os trabalhadores reivindicam reposição da inflação e aumento real. "A mobilização de hoje foi uma contribuição dos companheiros da Gerdau para a campanha salarial dos metalúrgicos", afirma João de Moraes Farani, diretor executivo do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região e vice-presidente da Federação Estadual dos Metalúrgicos da CUT (FEM).

Farani disse que a Gerdau é representativa no setor e pode ajudar a agilizar as negociações estaduais. Juntas, as duas plantas da Gerdau na região de Sorocaba empregam aproximadamente 700 trabalhadores. Na Gerdau de Sorocaba, o protesto começou às 7h e terminou às 9h. Em Araçariçuama, a mobilização foi das 8h às 10h.

Câmara aprova aumento de recursos para Educação (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Agência Diap e G1

O plenário da Câmara aprovou, nesta quarta-feira (30), em segundo turno, por 390 votos e 3 abstenções, a proposta de emenda à Constituição (PEC) 277/08, da senadora Ideli Salvatti (PT/SC).

A proposta acaba, gradualmente, com a incidência da Desvinculação de Receitas da União (DRU) sobre os recursos do Governo Federal destinados à Educação. A DRU incide sobre a arrecadação dos tributos e contribuições em 20%. De acordo com o projeto aprovado pelos deputados, em 2009 e em 2010 serão tirados dos recursos direcionados à educação, respectivamente, 12,5% e 5% - índice que vai chegar a zero em 2011.

Até 2011, a área pode receber mais R\$ 10 bilhões, segundo o Ministério da Educação.

A proposta aprovada também amplia para pessoas entre 4 e 17 anos o direito à educação básica gratuita e obrigatória - isso só acontece, atualmente, para quem tem entre 7 e 14 anos e, a partir do ano que vem, para as pessoas entre 6 e 14.

Como houve mudanças em relação ao texto original dos senadores, a matéria retornará ao Senado para nova votação em dois turnos.

Nesta sexta-feira (2), FUP e senador Mercadante debatem o pré-sal e nova lei do petróleo (CUT Nacional) 01/10/09
Escrito por Imprensa FUP

Nesta sexta-feira, dia 02, o coordenador FUP, João Antonio de Moraes junto ao senador Aloizio Mercadante e à Escola São Paulo (CUT), fará um debate sobre o pré-sal, a nova lei do petróleo e outras nuances desta riqueza. O objetivo do encontro é aprofundar a discussão sobre o Projeto de Lei dos trabalhadores, que está em tramitação no Congresso Nacional, e ressaltar a importância de tornar a Petrobrás uma empresa 100% estatal.

O debate será realizado no Sindicato dos Químicos, na Rua Tamandaré, 348, Liberdade, São Paulo.

Ditadura hondurenha usa estado de sítio para expulsar camponeses (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Vermelho

O governo ditatorial de Roberto Micheletti usou o decreto de estado de sítio para tirar a força um grupo de camponeses de um instituto público, apesar dos apelos ao diálogo e do aumento das vozes contra a medida. No começo da manhã

desta quarta-feira (30), como ocorreu no fechamento da Rádio Globo e do Canal 36 de TV, membros da polícia e o exército assaltaram o Instituto Nacional Agrário (INA) para despejar 57 camponeses.

"A ação faz parte do que é o decreto", disse aos jornalistas o porta-voz da Polícia Nacional, Orlin Cerrato. O porta-voz policial revelou que diversas pessoas foram detidas e levadas à delegacia para prestar esclarecimentos e determinar responsabilidades por estarem no prédio, enquanto a fiscal de Direitos Humanos, Gabriela Gallo, afirmou à imprensa que não houve feridos.

Para Alegria, "um ato fascista"

"Estão desesperados, estão aplicando um decreto ilegal, que não foi aprovado pelo Congresso, é um ato fascista", declarou aos jornalistas o dirigente camponês Rafael Alegria – integrante da Via Campesina, composta também pelo MST brasileiro –, antes de entrar no local acompanhado pela fiscal.

Esta não foi a única ação policial do dia. Uma operação envolvendo 500 agentes, segundo indicou à Agência Efe uma fonte oficial, dispersou utilizando gás lacrimogêneo centenas de participantes da Resistência que se concentravam em frente ao prédio da Rádio Globo, protestando contra o fechamento na segunda-feira.

A rádio, que continua no ar de forma clandestina na internet, era um dos poucos meios de comunicação hondurenhos que reproduzia as declarações de Zelaya, quem está refugiado na embaixada do Brasil desde 21 de setembro.

De acordo com o Decreto Executivo que impôs o estado de sítio, o governo ditatorial atribui-se a prerrogativa de despejar as pessoas que ocuparem instituições públicas, suspender várias garantias constitucionais, entre estas, as de liberdade de imprensa e reuniões. O prazo das medidas de exceção é de 45 dias.

Tribunal se distancia de Micheletti

Enquanto o Governo de Micheletti aplica o decreto, o Tribunal Supremo Eleitoral se somava ao Congresso e as diferentes vozes de partidos políticos hondurenhos, incluídos candidatos presidenciais, para reivindicar a suspensão da disposição.

A solicitação foi apresentada pelos magistrados do organismo eleitoral David Matamoros e Enrique Ortez Sequeira durante uma reunião com Micheletti na Casa Presidencial, e se soma as demandas similares colocadas pelo Parlamento, os candidatos presidenciais e outros setores.

Matamoros ressaltou a necessidade que "o decreto seja eliminado para que não haja nenhuma dúvida sobre a legitimidade do pleito de 29 de novembro". Sequeira indicou que pediu ao governante de fato que elimine o decreto. Micheletti disse que deve analisar a solicitação e voltou a insistir que o decreto será suspenso em momento oportuno.

BB aceita combater assédio moral e a contratar três mil funcionários (CUT Nacional) 01/10/09

Escrito por Contraf-CUT

Na retomada das negociações das questões específicas do Banco do Brasil realizadas nesta quarta-feira (30), no sétimo dia da greve nacional dos bancários, a empresa avançou em algumas reivindicações do funcionalismo: anunciou a contratação de três mil novos funcionários até 2010 e a criação de comitês de ética nos 27 Estados e no Distrito Federal com representação eleita pelos bancários, visando combater o assédio moral e "outros desvios comportamentais".

O BB também propôs, na reunião realizada em São Paulo, manter o modelo de PLR em vigor e condicionou a discussão de outras reivindicações ao resultado da rodada de negociação que será realizada com a Fenaban nesta quinta-feira 1º de outubro. Nova rodada de conversação com o BB será mantida pelo Comando Nacional dos Bancários após a reunião com a Fenaban.

"Consideramos um avanço importante o banco aceitar essa antiga reivindicação do funcionalismo de que é preciso implementar uma política efetiva de combate ao assédio moral", afirma Carlos Cordeiro, presidente da Contraf-CUT e coordenador do Comando Nacional. "Também é positivo o BB contratar mais funcionários para melhorar as condições de trabalho, mas achamos que os três mil são um número muito baixo. E esperamos que o banco avance nas propostas sobre PCCS, na valorização dos pisos salariais, no fim da lateralidade e na PLR dos bancários da Nossa Caixa."

Lateralidade

O Comando Nacional insistiu na mesa de negociação com o fim da prática da lateralidade, cobrando que toda substituição seja remunerada. O BB disse que está estudando a possibilidade de o primeiro gestor também passar a ser substituído conforme o definido para as agências com até sete funcionários.

Isonomia

Em relação à isonomia, o banco anunciou que está regularizando a situação dos funcionários pós-98 no que diz respeito ao acesso de recurso do Pavas (Programa de Atendimento a Vítimas de Assaltos e Sequestros), que deixa de ser de ressarcimento e passa a ser de antecipação de recurso.

Abono-assiduidade

Os negociadores do BB afirmaram ao Comando Nacional que o banco está analisando a possibilidade de os dias de abono-assiduidade serem cumulativos e passíveis de venda para todos os funcionários.

"Mesmo com os avanços na mesa de negociação ainda temos muitos pontos que precisam de respostas da empresa, por isso precisamos continuar mobilizados e manter a paralisação enquanto o banco não der a sua resposta final", diz Ronaldo Zeni, representante da Federação dos Bancários do Rio Grande do Sul na Comissão de Empresa dos Funcionários do BB.

Mais de 500 metalúrgicos contra demissões na Makita (CUT SP) 01/10/09

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Cerca de 500 metalúrgicos do ABC protestaram, nesta quinta-feira (1º), em frente ao Consulado Geral do Japão, na avenida Paulista, em São Paulo, contra o fechamento e as demissões dos 285 trabalhadores da Makita, multinacional japonesa que fechou sua planta de São Bernardo do Campo para se mudar para Ponta Grossa (PR), no início de setembro, sem comunicar os trabalhadores.

Durante o protesto, que começou às 9h e terminou às 11h30, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sérgio Nobre, e uma representante dos demitidos foram recebidos pelo cônsul-geral do Japão em São Paulo, Kazuaki Obe. O diplomata se comprometeu com o dirigente sindical a interceder junto à Makita em favor dos funcionários. (o Sindicato pode enviar fotos do protesto aos jornais que solicitarem)

Sérgio Nobre entregou ao cônsul carta com o histórico do caso (leia abaixo). O documento afirma, entre outras informações, que a empresa não tem responsabilidade social e agiu de má-fé ao fechar a fábrica e demitir os funcionários, apesar de garantir que não o faria. E que repetiu o erro ao descumprir acordo firmado pós-fechamento que no qual garantia a ampliação dos benefícios dos demitidos.

Reunião na Justiça – O juiz da 2ª Vara do Trabalho de São Bernardo do Campo convocou uma reunião para a próxima quarta-feira (07/10), às 14h, entre o Sindicato e a direção da Makita para tentar uma conciliação.

A reunião foi marcada depois que o Sindicato ingressou com uma contestação ao interdito proibitório (leia abaixo) solicitado pela Makita contra o Sindicato, por conta do acampamento dos demitidos em frente à fábrica. No pedido de interdito, mais uma vez a Makita usa de má fé porque informa à Justiça apenas que a empresa faz uma reestruturação sem informar que fechou a fábrica e demitiu em massa. Em outra mentira, a Makita enviou carta aos demitidos nesta terça-feira (20/09) afirmando que houve arrombamento e invasão da fábrica, afirmação inverídica que será contestada judicialmente pelo Sindicato.

Denúncia na OCDE – O Sindicato também está encaminhando à OCDE (Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico) denúncia formal contra a Makita devido à omissão de comunicação de encerramento das atividades produtivas e transferência da planta de São Bernardo para outro Estado. A OCDE é uma organização internacional e intergovernamental que agrupa os países mais industrializados. Com sede em Paris, os representantes dos 30 países compõem um foro de interlocução e negociação sobre uma vasta gama de temas econômicos e regulatórios. O Brasil não é país-membro da OCDE, mas coopera com a organização desde a década passada e integra vários de seus comitês.

Histórico caso Makita – Desde 2004, quando a Makita iniciou a construção de uma planta em Ponta Grossa, no Paraná, começaram os rumores de que a unidade de São Bernardo seria fechada. O Sindicato mantém conversas com a empresa desde aquela época e sempre foi informado pela direção da Makita que a fábrica não fecharia nem demitiria os funcionários da planta no ABC, que apenas estava expandindo seus negócios.

Após o fechamento inesperado e mobilização dos dispensados em São Bernardo, novamente o Sindicato procurou a empresa que, pressionada por protestos e até apelo do Poder Público local, concordou em firmar acordo que garantia ampliação de pacote de benefícios aos demitidos e solução para os casos de trabalhadores (um terço do total) que não poderiam ter sido dispensados – período pré-aposentadoria, grávidas, portadores de doenças ocupacionais. A empresa mais uma vez descumpriu o acordo e os trabalhadores voltaram a protestar em frente à fábrica, onde permanecem acampados.

O que é interdito proibitório – Segundo dirigentes sindicais da CUT, "o uso do interdito está associado à cultura autoritária que há no Brasil de tutela das organizações dos trabalhadores. Parte-se do princípio de que seremos sempre violentos. É uma visão atrasada, patrimonialista, que vem desde Getúlio Vargas. O interdito tem sido usado de forma indiscriminada contra as mobilizações dos trabalhadores, por isso é considerado uma afronta ao direito constitucional de greve.

O interdito proibitório é uma ação jurídica relacionada a situações nas quais o direito de posse ou de propriedade está sendo ameaçado. Está previsto no artigo 1.210 do Código Civil. Deve ser concedido quando "o possuidor direto ou indireto (...) tenha justo receio de ser molestado na posse" e quando houver ameaça de "turbação" (quando a posse é relativamente tomada) ou "esbulho" (quando a posse é totalmente tomada). É uma ação preventiva para quando o proprietário prove ter informações seguras sobre o risco a que estaria exposto.

O interdito proibitório está no Código Civil desde o início do século 20, e já foi muito utilizado por latifundiários para evitar ocupação de terras e por empresários para debelar greves de ocupação, quando os funcionários se mantinham dentro da empresa. Dos anos 1990 para cá, tem sido usado indevidamente por empresas para inviabilizar os movimentos grevistas e as próprias entidades sindicais.

Nesta sexta (02): trabalhadores da saúde vão à Paulista para denunciar privatização do SUS (CUT SP) 01/10/09

Sindsaúde

Os trabalhadores da saúde realizarão um ato público na Avenida Paulista, nesta sexta-feira (02), para denunciar o governo do Estado pela aprovação do projeto que amplia a terceirização da saúde pública no estado de São Paulo.

O protesto está marcado para começar às 10 horas na esquina da Avenida Paulista com a Rua Bela Cintra e caminhada pelas calçadas da avenida até o prédio da TV Gazeta.

Os manifestantes, caracterizados, como acidentados, grávidas e profissionais de saúde, carregando cartazes e faixas, encenarão o sepultamento do SUS pelo Governador do Estado e os 55 deputados da base governista que aprovaram a Lei Complementar nº 1.095/09 que amplia a terceirização da saúde em São Paulo.

A caminhada será silenciosa, acompanhada por uma música fúnebre. No encerramento, serão soltos balões com o apelo "Salve o SUS".

SITES PESQUISADOS








O Clipping é um levantamento diário da Área de Comunicação do Sinergia CUT sobre as principais notícias publicadas e relacionadas ao mundo sindical e ao setor energético de SP.

Informações e Sugestões:

imprensa@sinergiaspcut.org.br

Área de Comunicação SINERGIA CUT
 Diretor de Comunicação: Claudinei Ceccato - Coordenação: Lilian Parise
www.sinergiaspcut.org.br
 Elaboração: Ana Claudia de Siqueira

